

Índice

Introdução	1
1. Questões Introdutórias.....	6
1.1 Metodologia	6
1.2 Estado do Conhecimento do Património Senense	11
1.3 Caracterização da Instituição Acolhedora.....	16
2. Introdução a Região	20
2.1 Condições Naturais: Enquadramento Geral	20
2.1.2 Geologia e Relevô	21
2.1.3Clima	22
2.1.4 Hidrologia.....	23
2.1.5 Vegetação	24
2.2 Ocupação humana	26
3. Roteiro – Percursos de automóvel.....	31
3.1 CISE – Senhora do Desterro	33
3.2 Senhora do Desterro – Lapa dos Dinheiros.....	39
3.3 Lapa dos Dinheiros – Valezim	43
3.4 Valezim – Vide.....	50
3.5 Vide – Alvoco da Serra	55
3.6 Alvoco da Serra - Loriga.....	68
4 Roteiro - Percorso Pedestre	83
4.1 Levadas de Água da Central Hidroelétrica.....	85
4.2 Outeiro da Vinha-Vasco Esteves de Cima	87
4.3 Loriga – Resteves	90
4.4 Loriga – Malhapão	93
Considerações Finais.....	95
Bibliografia	97
Anexo I – Questionário para as Fontes Orais.....	108
Anexo II – Modelo das Fichas de Inventariação.....	110
Ficha A – Património Arqueológico	111
Ficha B – Património Arqueológico Industrial	112
Ficha C – Património Arquitectónico.....	113

Anexo III – Imagens.....	114
Anexo IV – Inventário do Património Histórico	130

Introdução

O mestrado em Arqueologia, ministrado pela FSCH - UNL (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), fica apenas finalizado após a defesa da dissertação ou realização de um estágio com relatório final e a sua apresentação pública. A fim de dar cumprimento a esta última fase, apresenta-se o relatório de estágio efetuado no CISE (Centro de Interpretação da Serra da Estrela), em Seia.

O facto de ser natural de Loriga, uma das quatro vilas integradas no âmbito geográfico do presente trabalho, em larga medida dominado pela Serra da Estrela, desde cedo me despertou a curiosidade pelo ambiente montanhoso e de uma certa forma também pela convivência familiar, motivando na minha pessoa gosto pelos diversos aspetos que caracterizam o território, tais como a geografia, rusticidade, a etnografia, as tradições, a história e os resquícios patrimoniais, que ainda continuam presentes na região. Porém a informação turística divulgada sobre vestígios históricos referente a locais públicos relativo a esta povoação, entre outras da região, é pobre no seu conteúdo. Neste enquadramento o presente estudo tenciona não só, colmatar a falta de interesse pelo património histórico, mas também valorizá-lo e educar a comunidade sobre a importância do papel que estas povoações tiveram ao longo da história através das suas tradições e saberes.

A entrada no novo milénio assinalou um marco importante na região senense. A criação do CISE, com sede na cidade de Seia, foi promovida pela CMS (Câmara Municipal de Seia) e foi orientada para o desenvolvimento de atividades educativas na educação e valorização do património ambiental da Serra da Estrela.

Desde a sua criação, o CISE promove parcerias com várias instituições de investigação e ensino superior nas mais diversas vertentes científicas, nomeadamente a biologia, a geografia, a geologia e a história, entre outras, sobre aquela que é a serra mais alta de Portugal Continental. Por estas razões desenvolvi diligências no sentido de poder realizar um estágio nessa instituição.

Após a concretização do protocolo efetuado entre a FSCH e o CISE/Município de Seia, foi proposta por ambas as entidades a realização de um trabalho prático em arqueologia, com a finalidade de colaborar na divulgação do conhecimento histórico na área onde se realizou o estágio. O município considerou útil contar com alguém que pudesse dar a sua colaboração no recém-criado projeto das “Aldeias de Montanha”, nomeadamente a nível do desenvolvimento de trabalho sobre a componente histórica

dessas aldeias. Neste sentido, foi sugerido a realização de um roteiro/cultural do património arquitetónico e arqueológico para o território onde decorre o referido projeto.

O Projeto das Aldeias de Montanha teve início em 2012 tendo como motor a CMS, e agrega quatro aldeias e cinco vilas, como é o caso das localidades do Sabugueiro, Lapa dos Dinheiros, Valezim, Sazes da Beira, Cabeça, Loriga, Alvoco da Serra, Teixeira e Vide, compreendendo uma área geográfica de montanha de grande extensão, como objeto de trabalho.

Para a realização do estágio, e dada a dimensão do território, foram seleccionadas as vilas de Valezim, Loriga, Alvoco da Serra e Vide; e as aldeias da Lapa dos Dinheiros, Fontão, Outeiro da Vinha, VEB (Vasques Esteves de Baixo), VEC (Vasques Esteves de Cima), Aguincho, Frádigas e Barriosas. Considerou-se, ainda, a integração do Santuário da Nossa Senhora do Desterro, que é anexa administrativamente à vila de São Romão, por conter um conjunto patrimonial, arquitetónico, e arqueológico industrial interesse a nível local.

O trabalho emerge com a finalidade de divulgar à comunidade o conjunto patrimonial arqueológico, arqueológico industrial e arquitetónico neste território, tendo como principal objetivo efetuar um roteiro que inclua quer circuitos realizados de automóvel, quer circuitos pedonais.

Durante a realização do estágio foi oportuno contactar com áreas científicas distintas, como é o caso da biologia que permitiu observar de forma diferente os seres-vivos que habitam o território serrano, nomeadamente observar a fauna e a flora desta; conhecer alguns espaços da Serra da Estrela pouco visitados pela comunidade; e aprender questões metodológicas que foram indispensáveis na realização do presente trabalho.

Após terem sido definidas as povoações deste relatório, foram delineados os seguintes objetivos:

- Inventariar o património histórico edificado e arqueológico do território em estudo;
- Propor um roteiro histórico-cultural;

O primeiro objetivo abrange a inventariação de três tipos de património na área territorial em estudo. A sua importância é fundamental para averiguar e compreender quais são os sítios arqueológicos/estruturas arquitetónicas históricas existentes nas povoações, tendo em conta os critérios utilizados, de maneira a serem pontos de interesse para serem divulgados no segundo objetivo. Para atingir tal fim, foi necessário elaborar diferentes fichas de inventário com diversos campos, de forma a obter informação para cada sítio arqueológico/estrutura histórica edificada sobre a sua identificação, localização, descrição, estado de conservação, entre outros.

O segundo objetivo pretende que seja efetuada uma proposta de um roteiro sobre o património arquitetónico histórico e arqueológico para as aldeias e vilas de montanha. São elaborados dois tipos de circuito, um para automóveis e outro para pedestrianistas. A partir destes percursos são demonstradas algumas estruturas perenes que perpetuaram com o tempo, reflexo da história dessas povoações. São sítios com interesse histórico relevante, enquadrados numa paisagem tipicamente serrana, que sugere a quem a visita um quadro da vida passada destas populações que a habitaram.

O relatório de estágio está organizado em quatro capítulos e conclusões finais.

O primeiro capítulo denominado “*Questões Introdutórias*” está subdividido em quatro subcapítulos. O primeiro refere-se à introdução, onde se justifica o motivo da escolha do tema do relatório de estágio e da instituição de acolhimento, e ainda se definem os objetivos que estiveram na base do seu desenvolvimento. O segundo subcapítulo refere-se às metodologias utilizadas que nortearam a realização do trabalho em questão, em três partes distintas: a primeira foi dedicada à consulta das fontes bibliográfica webgráfica e cartográfica; na segunda parte decorreu o trabalho de campo, tendo como finalidade prospetar sítios arqueológicos e averiguar os percursos a propor; e na terceira parte foram abordados os procedimentos para a realização do roteiro. Por último o terceiro é dedicado ao estado da investigação na região de Seia, sobretudo para as povoações, mencionando as publicações mais relevantes para o território em questão.

O segundo capítulo, denominado “*Introdução à Região*”, está subdividido em dois subcapítulos. O primeiro refere-se ao enquadramento ao meio físico e pretende descrever as condições geológicas, hidrológicas e coberto vegetal que constituem o quadro natural desse território. No segundo subcapítulo, efetua-se uma abordagem

histórica da ocupação humana nesta área geográfica, desde a sua primeira presença, da fundação das aldeias até aos alvares da atualidade.

O terceiro e quarto capítulo apresenta a proposta do roteiro onde são explanados os diferentes itinerários, isto é, um circuito para automóvel que interliga as aldeias e vilas de montanha e um conjunto de percursos pedestres, que, numa escala mais detalhada, permitem a descoberta da paisagem e a visita ao património presente descrito.

Nas considerações finais são apresentadas as críticas inerentes ao desenvolvimento do trabalho, evidenciando a importância referente a este estudo/trabalho que este pode representar para as comunidades locais.

1. Questões Introdutórias

1.1 Metodologia

Para a realização do presente trabalho, foram delineadas três etapas, conforme os passos citados no presente subcapítulo.

Na primeira fase foi efetuada uma recolha e análise bibliográfica, webgráfica e cartográfica relativa às localidades em estudo.

Nesta etapa, optou-se por uma recolha sistemática das monografias de carácter geral e local, procurando-se informações sobre a geografia, a história, a etnografia, as lendas, entre outras. Da mesma forma, deu-se relevo à pesquisa das fontes orais, tendo sido realizado um questionário com perguntas chave para os habitantes das localidades alvo. Acresce-se ainda que o objetivo do questionário [Anexo I] realizado se direciona à recolha de dados sobre possíveis indícios arqueológicos. Outra componente a ter em atenção foi a microtoponímia, retirada das matrizes prediais de dados, localizar possíveis vestígios arqueológicos de modo a orientar o trabalho de prospeção.

A consulta webgráfica revelou documentação referente às localidades que não constava da bibliografia pesquisada, em particular imagens e lendas. Também foram consultadas duas bases de dados digitais sobre o património arquitetónico e arqueológico, nomeadamente o Portal do Arqueólogo e o Portal do S.I.P.A. (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico), que permitiram não só a aquisição de informação destes dois tipos de património, como também auxiliaram a construção das fichas de inventário.

Quanto à consulta cartográfica, utilizaram-se as C.M.P. (Cartas Militares de Portugal) na escala 1:25 000, nos seus números 212, 223, 233 e 234. Foram ainda consultadas para o território a Sul de Seia, a C.G.P. (carta geológica de Portugal) na escala 1:50 000, nos seus números 17-D e 20-B; e outros tipos de mapa que evidenciassem a região.

Durante esta primeira etapa foi também efetuada uma pesquisa atenta a roteiros já disponíveis, tendo-se dado especial atenção a itinerários da região beirã (Barbosa e Correia, 1998; Rodrigues *et.al*, 2008; Tavares *et.al*, 2012) e perceber que metodologias foram utilizadas (tipo de público, trajetos, estratégias adotadas, etc.) na elaboração dos respetivos roteiros, particularmente os que versam património arquitetónico histórico e arqueológico (Tente, 1999; Fontes e Ruiz, 2007; Rodrigues, *et. al.*, 2008).

Na segunda fase foram realizados os trabalhos de campo que tiveram como principais objetivos: efetuar prospeções arqueológicas e reconhecer estruturas históricas edificadas, com vista à identificação e elaboração de descrições caracterizadoras; e verificar os trilhos, tendo em conta o grau de dificuldade, para futuro delineamento de percursos pedestres e circuitos.

Antes de se proceder a esta tarefa foi necessário definir linhas orientadoras para visita às localidades em estudo. Primeiramente, decidiu-se realizar o levantamento do património arqueológico, arqueológico industrial e arquitetónico, das localidades próximas do ponto inicial do percurso, o CISE, em Seia. Neste sentido o trabalho foi efetuado pela seguinte ordem: Senhora do Desterro, Lapa dos Dinheiros, Valezim e Loriga, e em seguida Alvoco da Serra, e por último, Vide.

Para a persecução desta etapa, foram definidas três tipos de fichas de inventariação: uma para o património arqueológico¹, arqueológico industrial e património arquitetónico. Tendo em conta as características específicas de cada tipo de património foram elaborados cinco campos, nomeadamente a identificação, localização, descrição, outras informações e imagens, dentro dos quais foram utilizados diversos parâmetros, de modo a obter informação em cada estrutura edificada/sítio arqueológico nas localidades abrangidas pelo roteiro. Neste sentido, são expostos os seguintes dados:

- O primeiro grupo, intitulado “*Identificação*”, pretende apresentar o nome da estrutura edificada/sítio arqueológico. Neste são inseridos três campos, nomeadamente o número da ficha, o nome da estrutura edificada/sítio arqueológico e o número de inventário. Neste último parâmetro foram usados três tipos de código de inventariação para cada tipo de ficha: o CNS (Código Nacional de Sítio), para a ficha do património arqueológico; o CUP (Código da Unidade Patrimonial)², utilizado somente para as fábricas têxteis; e, por último, o número de Inventário do SIPA (Sistema de Informação para o Património

¹ A construção da ficha do Património Arqueológico teve por base no modelo fornecido no portal da Direção Geral do Património e Cultura. (Ver portal da Direção-Geral do Património Cultural, Portal do Arqueólogo. DGPC [online]. [consultado 10 de Fevereiro 2015]. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/>).

² Nas infraestruturas relacionadas com a atividade de lanifícios foi utilizado o número de inventário da investigação da Elisa Calado. (Pinheiro, 2008-2009)

Arquitetónico)³, usado para as estruturas religiosas, civis, infraestruturais e jurídicas.

- O segundo grupo, denominado “Localização”, tem como função divulgar onde se localiza a estrutura edificada/sítio arqueológico no território. Neste sentido, foi inserida, neste campo, a zona administrativa (distrito, concelho, freguesia), o lugar, toponímia local, localização geográfica (a CMP – Carta Militar Portuguesa), a altitude e as coordenadas geográficas denominadas WGS (World Geodetic System);
- O terceiro grupo pretende adquirir informação a partir da observação em campo, de modo a descrever cada sítio arqueológico/estrutura edificada, tendo em conta a sua cronologia, a sua categoria/tipologia e se existe informação bibliográfica.
- O quarto grupo, designado “Outras informações”, procura complementar a informação obtida com detalhes sobre as estruturas edificadas e dos sítios arqueológicos, através de diversos parâmetros das três fichas de inventário. As três fichas têm em comum indicações referentes ao proprietário(s), se é público ou privado; ao estado de conservação, onde são salientadas as condições de terreno observado em campo; os riscos e ameaças, que se referem a ameaça que poderão deteriorar o património histórico; o acesso, que dá a conhecer a localização destes locais; as fontes orais, adquiridas através dos inquéritos mencionados anteriormente, que complementam outros pormenores sobre o sítio arqueológico/estrutura edificada; e outras informações, onde são acrescentados dados que não foram mencionados nos outros campos, como é o caso da classificação como imóvel de interesse. Ainda neste grupo, devido às características específicas de cada tipo de património, foram estabelecidos outros parâmetros complementares:
 - Na ficha do património arqueológico insere-se o campo uso do solo, que procura determinar a sua utilização atual; a alínea proteções, informa se o local está protegido e que tipo de estruturas são utilizadas; o parâmetro espólio pretende dar a conhecer o que se encontrou em campo a partir dos trabalhos de prospeção;

³ Na construção das fichas de inventário para o património arquitetónico utilizou-se o modelo das fichas do portal SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, Inventário do Património Arquitetónico. SIPA [online]. [consultado 10 de Fevereiro 2015] Disponível em <http://www.monumentos.pt/>.

- Nas fichas do património arqueológico industrial e arquitetónico foi utilizado no campo “materiais”, tendo como finalidade procurar identificar os materiais da construção do imóvel histórico;
- O último grupo, “Imagens”, tem como função mostrar as fotografias e o extrato da C.M.P. onde se localiza o sítio arqueológico/estrutura edificada;

Após a descrição das fichas de inventário foram utilizados três critérios que serviram de base para a seleção dos sítios/ estruturas históricas de interesse para o roteiro, nomeadamente a segurança do sítio/ estrutura histórica e a sua acessibilidade.

Quanto ao património arquitetónico histórico definiram-se seis categorias: arquitetura religiosa (capelas, igrejas, santuários, cruzeiros e alminhas), civil residencial (casas habitacionais e casa senhorial), jurisdicional (pelourinhos), vernacular (casas habitacionais e alminhas) e infraestrutural (pontes e fontenários).

Em relação ao património arqueológico a estratégia adotada consistiu numa primeira fase, na identificação de sítios arqueológicos através de uma prospeção extensiva dirigida aos elementos bibliográficos, fontes orais e portais de inventário (Calado e Rodrigues, 1951; Bicho, 2006; Renfrew, 2004; Carvalho, 2006). Numa fase ulterior, o trabalho foi direcionado para a realização de prospeções *in loco*, baseando-se em visitas detalhadas aos locais previamente identificados.

Este processo teve como base os arqueossítios que já haviam sido alvo de trabalhos arqueológicos. Para um segundo plano, selecionaram-se os locais onde são referenciadas na bibliografia e também os locais identificados através da consulta direta às populações locais.

Durante o trabalho de campo ocorreram diversas condicionantes que impediram a progressão do trabalho de prospeção. De destacar a falta de visibilidade da superfície do terreno que, no caso de matagais, chegou a impossibilitar o acesso aos sítios. É ainda de referir que, em alguns locais visitados, não havia qualquer vestígio arqueológico que pudesse ser registado.

Para a definição dos percursos foi necessário não só averiguar as condições do terreno, como também criar critérios que serviram de base para a seleção dos sítios/ estruturas históricas de interesse para o roteiro, como é o caso da falta segurança, perigosidade e acessibilidade.

A última fase do trabalho consistiu na elaboração de uma proposta de roteiro para as povoações de montanha previamente seleccionadas. Esta fase abrangeu a criação de dois tipos de itinerários: um roteiro automóvel direccionado para quem deseje deslocar-se em veículos motorizados; e outro tendo em conta o forte incremento do pedestrianismo na região, para quem pretender percorrer o território a pé.

O itinerário para veículos motorizados consiste num circuito rodoviário a realizar no território das Aldeias de Montanha, onde se situam as localidades em questão. Este circuito permite não só descoberta e visita das estruturas edificadas históricas e de alguns sítios arqueológicos de interesse, mas também o usufruto da paisagem serrana.

Relativamente aos percursos pedestres identificaram-se dois tipos de itinerário: trajectos não sinalizados sugeridos pelo autor, a realizar em algumas aldeias para descoberta do património histórico; e a utilização de alguns percursos pedestres de Pequena e Grande Rota devidamente sinalizados e homologados, ou em fase de homologação, pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. Esta opção teve a ver com o facto de estes, proporcionam a visita de locais históricos e, em particular, de sítios arqueológicos situados no espaço envolvente ao núcleo urbano das aldeias e vilas seleccionadas, que de outra forma não teriam sido dados a conhecer.

Os itinerários desenvolvidos pertencem a tipologia de Pequena Rota, uma vez que não excedem os 5000 m, e são percursos lineares. Relativamente ao grau de dificuldade estabelece-se como fácil um percurso sem grandes oscilações e curto e moderado com elevações maiores e de longa distância.

1.2 Estado do Conhecimento do Património Senense

O conhecimento histórico do território senense que abrange as povoações de montanha é limitado no que concerne às investigações sobre o património arqueológico e arquitetónico devido à falta de investimento na cultura e falta de interesse pelos vestígios do passado. Esta área territorial possui um potencial histórico de grande relevância, infelizmente estudos com carácter científico sobre esta área são praticamente nulos não permitindo assim colmatar o défice histórico desta área, bem como à deficiente divulgação do património que aqui se encontra.

As primeiras referências que se conhecem nesta área de estudo específica surgem no final do século XIX. Pinho Leal efetuou, entre 1873 a 1890, o dicionário geográfico intitulado “*Portugal Antigo e Moderno*”, fornecendo informações pertinentes para as localidades de Valezim e Vide⁴.

Passados dez anos, foi realizado o primeiro estudo científico na Serra da Estrela. Em 1883 Martins Sarmento, juntamente com a equipa de investigadores da Sociedade de Geografia de Lisboa, realizou a “*Expedição científica à Serra da Estrela*” onde identificaram o Castro de S. Romão. Frisa o autor (1883: p.7) que no “*coração da Serra da Estrela não há antiguidades a procurar*”, referindo que é necessário “*um explorador, que pudesse percorrer com vagar o itinerário*” (Idem: p.9).

Em 1905 e 1908, Adelino de Abreu e António Lacerda produziram dois roteiros turísticos, relativos a diversas temáticas sobre a história e o património das diversas localidades da Serra da Estrela, onde mencionaram estações arqueológicas de interesse para esta região montanhosa, designadamente o Castro de S. Romão, o Buraco da Moura e o Cabeço do Castello (Valezim) (Abreu, 1905: p. 76-77; Lacerda, 1908: p. 41-43).

Entre os anos 1936 e 1960 foi publicado por vários autores a “*Grande Enciclopédia Brasileira Portuguesa*” onde foram mencionadas informações relevantes, sobretudo para as localidades de Valezim e de Vide, sobre algumas estruturas históricas edificadas, como também possíveis vestígios arqueológicos através de indagações toponímicas.

⁴ Na localidade da Vide Pinho Leal descreve o seguinte sítio “(...) aponta-se também como grande curiosidade um penedo onde se vê exteriormente uma abertura de forma circular como a boca d’um cantaro e interiormente uma cavidade com a fôrma d’um cantaro.” (Leal, 1882: p.163).

Em 1949 Fred Wachsmann publicou um roteiro intitulado “*Como Vi a Serra da Estrela*”. O autor indica o percurso turístico e as temáticas que importavam a quem visitava esta região durante o Estado Novo. Esta obra facultava informações para o património arquitetónico histórico e arqueológico das localidades da Senhora do Desterro, da Lapa dos Dinheiros, de Valezim, de Loriga e de Alvoco da Serra (Wachsmann, 1949: p.11-17).

A partir da década de 80 e inícios da década de 90 registou-se pela primeira vez, num curto espaço de tempo, a produção de algumas publicações arqueológicas e históricas de grande pertinência. Esta importância atribuída à investigação histórica está relacionada com o facto da localidade de Seia ter sido elevada a cidade no ano de 1986 e estar a comemorar na mesma data a emissão do primeiro foral concedido pelo monarca D. Afonso Henriques (1136-1186). A conjuntura política esteve, por um breve período de tempo, favorável para o desenvolvimento do conhecimento histórico do Concelho.

Neste contexto, Maria Helena da Cruz Coelho publicou, em 1986, “*Seia: uma terra de fronteira nos séculos XII-XIII*”, uma pequena monografia referente à questão histórica, geoestratégica, económica e social do território de Seia durante o período da Idade Média (Coelho, 1986).

No ano subsequente, José Mattoso apresentou uma conferência designada “*Seia: na Idade das Trevas*”, a propósito da celebração dos 850 anos do foral de Seia sendo depois publicada pela autarquia (Mattoso, 1987). Este autor refere a problemática da investigação histórica nesta região e salienta, com base na documentação escrita, a importância geopolítica entre cristãos e muçulmanos e a disputa, de ambas facções, pelo domínio do território durante a Alta Idade Média. Dando ênfase à informação apresentada por este artigo importa salientar que desde muito cedo esta região foi ambicionada devido à sua posição geográfica privilegiada. Porém pouco ou nada se conhece dos vestígios arqueológicos datados da época medieval nesta área territorial.

Ainda na década de oitenta do período medieval, a equipa de arqueologia da Universidade de Lisboa, dirigida por Carlos Fabião e João Senna-Martinez, no âmbito do PEABMAM (Programa de Estudos Arqueológicos da Bacia do Médio e Alto Mondego), realizou prospecções e escavações no Castro de São Romão e no Buraco da Moura, situados na freguesia de São Romão, sobre os quais publicaram os resultados e considerações em várias separatas e revistas científicas, das quais se destaca a Revista

Anual para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego e a Revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Senna-Martínez, Guerra e Fabião, 1986; Guerra, 1989; Senna-Martínez, 1989; Senna-Martínez, 1993; Guerra e Fabião, 1996).

Em 1993 é editada uma publicação patrocinada pelo PNSE (Parque Natural da Serra da Estrela), coordenada e redigida por Jorge de Alarcão, denominada “*Arqueologia da Serra da Estrela*”. O autor elaborou ou criou uma carta arqueológica focada somente no período romano, não tendo dado importância aos vestígios dos diversos períodos históricos, sendo que a maioria dos arqueossítios identificados circunscreve-se fora da área do PNSE. Este será um trabalho a realizar num futuro próximo e que implicará o envolvimento do PNSE (Alarcão, 1993).

Em 1998, Isabel Castro elaborou uma dissertação de mestrado sobre o espaço rural na Idade Média situada na encosta Ocidental da Serra da Estrela. A autora elaborou a paisagem rural a partir dos documentos escritos disponíveis em várias localidades serranas, nomeadamente São Romão, Seia e Valezim. Nesse quadro, reproduz vários mapas demonstrativos sobre a distribuição das culturas como os cereais (trigo e centeio), vinhas e pastagens. Reproduz ainda os núcleos de povoamento e os limites dos coutos na serra, analisa e explica as vertentes sociais, económicas e políticas do passado rural destas localidades (Pina, 1998).

Entre 2008 e 2009, Elisa Pinheiro publicou no âmbito do Projeto Rota da Lã Translanã I e II (2003-2009), em dois volumes. A autora elaborou um exaustivo levantamento das vias agropecuárias e do património edificado associado à indústria dos lanifícios nas regiões da Beira Interior (distritos da Guarda e Castelo Branco) e na Comarca Tajo-Sabor-Almonte. Trata-se de uma abordagem fundamentada e extremamente pormenorizada sobre o tema. A numeração utilizada na ficha de inventariação do património arqueológico industrial para a vertente das estruturas fabris têxteis foi baseada na inventariação realizada nesta obra (Pinheiro, 2008-2009).

Em 2009, João Marques na sua dissertação de mestrado na área de museologia industrial tem como objecto de estudo a central hidroelétrica da Senhora do Desterro, em Seia. A tese retrata a história da fundação e término desta estrutura revolucionária criada durante o século XX, é através dos registos arqueológicos recolhidos que este procura obter elementos que lhe permita identificar a primeira estrutura ali edificada.

Refere ainda as modificações e impactos de foro sociológico e económico na região de Seia (Marques, 2009).

Em 2013, Rita Saraiva elaborou uma tese sobre o povoamento proto-histórico e romano na região de Seia e Gouveia. A autora a partir da análise dos sítios arqueológicos mencionados na bibliografia e das várias prospeções seletivas, através da toponímia realizada em campo, fornece indícios para o panorama arqueológico, em toda a área dos municípios de Seia e Gouveia (Saraiva: 2013). Todavia a autora salienta que será necessário, no futuro, mais investigações e estudos para a *“construção do conhecimento mais sólido e coeso da região, atendendo a uma ampla diacronia cronológica”* (Idem: p.84).

A última dissertação arqueológica elaborada até ao momento foi realizada por Nuno Ribeiro em 2014. Durante dezasseis anos de investigação com a colaboração da APIA (Associação Portuguesa de Investigação Arqueológica), centrou-se nas bacias hidrográficas dos rios Ceira e Alva, sobretudo nas freguesias de Vide e Teixeira (Seia) e outros sítios em várias freguesias do concelho da Covilhã, onde identificou vários sítios de arte rupestre com uma ampla diacronia. A temática desta investigação sobre a pré-história nesta área territorial é inédita.

Durante a década de 90 até a atualidade foram publicadas diversas monografias, realizadas por ilustres figuras naturais destas localidades, nomeadamente professores e párocos que referenciam sítios de interesse arqueológico e estruturas históricas.

Em 1992, o Padre Quelhas Bigotte elaborou a *“Monografia da cidade e concelho de Seia”* em que menciona dados históricos relacionados com o património arqueológico e arquitetónico de todas as freguesias do Município.

Nos anos posteriores foram publicadas três monografias locais sobre Valezim (Gonçalves, 2001), Loriga (Pina e Gomes, 2014) e Alvoco da Serra (Aparício, 2007). Ali foram transmitidas informações sobre a história e o património, as tradições e as vivências destas populações. Porém, os conteúdos mencionados nessas obras, sobretudo para o património arqueológico, como é o caso dos caminhos, pontes e castros, são baseados, na maioria dos casos, lendas e fenómenos sem explicação científica.

A última monografia referente ao território de Seia foi publicada por Paulo Loução, designada *“A Magia da Aldeias de Montanha”*. Este livro foi patrocinado pelo município de Seia e está interligado com o projeto das *“Aldeias de Montanha”*, com o

intuito de promover a história, a memória, as tradições, o imaginário e os espaços a visitar em nove dessas aldeias. Contudo o autor não é crítico na informação que utiliza sobre os aspetos históricos dessas localidades, uma vez que se baseia em transcrições históricas de autores locais e fontes orais sem analisar a veracidade dessas fontes. Outro aspeto pejorativo é o facto do próprio utilizar vários documentos escritos ao longo da sua narrativa sem mencioná-los na bibliografia.

Em suma, o conhecimento histórico do território de Seia é limitado particularmente nas Aldeias de Montanha. Até ao momento foram publicadas algumas monografias e artigos sobre este assunto. Alguns repetem apontamentos já mencionados anteriormente ou correspondem a investigações pouco rigorosas que carecem de mais rigor científico, mas que, apesar disso, no entanto vieram a enriquecer a história dessas localidades. Ainda assim, serão necessárias investigações mais aprofundadas sobre esse assunto de maneira a construir bases mais sólidas do passado dessas povoações.

1.3 Caracterização da Instituição Acolhedora

A Serra da Estrela apresenta um património natural e cultural bastante rico e único que justificou a classificação de uma vasta área do maciço como Parque Natural em 1976. Sendo atualmente a maior área protegida do país, foi-lhe atribuído o estatuto de reserva Biogenética em 1992 e a maioria das áreas desta montanha foi incluída na Rede Natura 2000⁵.

A designação pelas Nações Unidas do ano *Internacional das Montanhas, do Ecoturismo e das Paisagens Culturais*, na abertura do segundo milénio, e a inexistência, na Serra da Estrela, de equipamentos de cariz interpretativo e museológicos dedicados a esta área montanhosa contribuíram, de modo decisivo para que a nível local e regional surgisse um debate em torno da necessidade de adotar medidas que permitissem suprir tão notória a falta de informação sobre a temática do ambiente.

Foi neste contexto que a CMS avançou, no ano 2000, com o projeto de criação do CISE tendo para o efeito contado com a atribuição de fundos europeus ao abrigo do Programa Operacional da Região Centro - AIBT-Estrela, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

A instituição está sedada num parque ecológico em Seia, uma das principais portas de acesso ao topo da serra mais alta de Portugal Continental. O equipamento integra no Departamento Sociocultural, na secção do serviço de Turismo [Anexo III-Fig.1] e tem como missão “*sintetizar e divulgar conhecimentos sobre os processos naturais, sociais e económicos que condicionam a vida nesta montanha*”⁶.

O espaço onde se situa, tal como se apresenta na atualidade, é o resultado de uma intervenção profunda efetuada entre 2004 a 2007, teve como objetivos a requalificação dos jardins e de um edifício de habitação bem como de dotar a instituição de novas instalações e equipamentos.

O parque constitui o maior espaço verde da cidade de Seia albergando diversas espécies de flora nativas e exóticas, que suportam diversos animais característicos dos habitats florestais nacionais, constituindo um espaço de lazer, privilegiado para a realização de visitas diárias e apresentação de exposições ao ar livre.

⁵ Ver Decreto-Lei n.º 557/76; Decreto-Lei n.º 83/2007;

⁶ Ver O CISE. CISE [online]. Disponível em <http://www.cise.pt/pt/index.php/cise>. [consultado 12 de Março 2015].

No edifício principal, estrutura ampla de dois pisos, construída de raiz e aberta ao público em março de 2007 estão em funcionamento os equipamentos pedagógicos, técnico-científico e recreativos: sala de natureza; centro de documentação; salas de formação; auditório; laboratório de fauna e flora; banco de sementes; posto de vendas e bar⁷.

A exposição permanente está dividida em três áreas: Planeta Terra e Sistema Solar, Região Centro de Portugal e Serra da Estrela. Esta inclui ainda a projeção 3D de um filme dedicado ao património paisagístico, cultural e arquitetónico da serra da Estrela.

As exposições temporárias têm neste espaço físico uma duração temporal nunca inferior a dois anos. As temáticas escolhidas geralmente têm a ver com a biodiversidade e geodiversidade da serra da Estrela. Presentemente está patente a recém inaugurada exposição “*Lagoas da Estrela – Água, Energia e Eletricidade*” [Anexo III-Fig.2], tendo como objetivo transmitir o conhecimento sobre a biodiversidade associado às lagoas naturais e artificiais e avaliar os impactos ambientais e de que modo o sistema hidroelétrico da Serra da Estrela contribui para a biodiversidade da região.

O primeiro objetivo deste centro é a interpretação da natureza que consiste num conjunto de atividades organizadas com a finalidade de informar e auxiliar aqueles que a visitam e ajudar quem reside no interior das áreas protegidas a compreender o espaço natural, justificando a necessidade da sua conservação e preservação. Deste modo a interpretação é um dos meios desta instituição para conseguir descodificar as paisagens, fenómenos naturais ou enquadrar as tradições locais que se observam, transformando as visitas em experiências únicas e dinâmicas (Mendes, 2007: p. 7).

Neste campo, esta estrutura oferece condições para divulgar os conhecimentos que permitam a todos os interessados, conhecer e compreender a dinâmica natural da Serra da Estrela, através das diversas atividades, tais como: saídas de campo; exposições temáticas; conferências; realização cursos temáticos sobre o ambiente; e saídas de campo relativos ao meio natural da região.

O segundo objetivo do CISE é apoiar a investigação científica. Nesta vertente este centro procura ajudar logisticamente a investigação, disponibilizando às equipas de

⁷ Ver Regulamento Interno do CISE. Câmara Municipal de Seia [online]. Disponível em <http://www.cise.pt/pt/index.php/cise>. [consultado 12 de Março 2015].

investigadores laboratórios, espaços de reuniões e acolhimento, bem como promover estudos relativos à Serra da Estrela nas diversas áreas da biologia, arqueologia, silvicultura, ordenamento do território, entre outras; a partir da criação de parcerias com instituições do ensino superior politécnico e universitário. Deste modo, o CISE actua como um centro recetor e emissor de conhecimentos através da colaboração técnica e científica das instituições públicas e privadas que permitem estabelecer uma relação de intercâmbio de informação (Idem). Serve de caso exemplo o último projeto científico, denominado “*Biodiversidade, endemismos e espécies protegidas associadas às lagoas e cursos de água da Serra da Estrela: valorização de um século de aproveitamento hidroelétrico*” que foi financiado pelo fundo EDP para a Biodiversidade 2011 em colaboração com várias instituições e universidades ligadas à biologia e conservação da natureza.

O terceiro objetivo do centro de interpretação é relativo à EA (Educação Ambiental). Atualmente, uma das preocupações da sociedade é a procura de soluções que viabilizem a preservação e valorização do ambiente. Todavia estas resoluções dos problemas ambientais são cada vez mais complexas, uma vez que envolvem vários aspetos da ordem social, económica, histórica, geográfica, biológica, entre outros. Além disso, e apesar de se tratarem, muitas vezes, de questões de ordem política, estes problemas têm uma aplicação de natureza socioeconómica e ecológica (Idem).

Neste enquadramento o CISE tem procurado envolver as escolas e autarquias e através destas, a população no desenvolvimento de uma rede escolar de clubes de ambiente englobando as escolas dos ensinos pré-escolar, básico e secundário do concelho de Seia e de todas as escolas da região interessadas em participar. Deste modo, o desenvolvimento de uma estratégia integrada de EA é relevante, uma vez que irá estabelecer uma perspetiva ecológica de forma a adquirir novas atitudes e competências, no sentido de fazer uma gestão racional e adequada dos bens e recursos naturais da região, com vista a uma melhoria das condições socioeconómicas das populações (Idem).

O último objetivo do CISE é o desenvolvimento do ecoturismo na área territorial onde está sedado. Na última década este conceito turístico tem sido aplicado na serra da Estrela pois tem existido um forte consenso de que as populações residentes dentro e

nas zonas periféricas das áreas protegidas devem beneficiar deste tipo de espaços. Deste modo, a promoção de turismo de natureza na serra da Estrela irá permitir conciliar a preservação dos valores ambientais com o incremento de uma atividade turística sustentável (Idem).

O CISE através de ações como a criação de uma base de dados abrangente relativo aos valores da região e a marcação de uma vasta rede de percursos turísticos pedestres e de circuitos para automóveis, procura dar a conhecer toda a região, contribuindo desta forma reduzir a sazonalidade que caracteriza o turismo da serra da Estrela.

É nesta dinâmica que o CISE participa no projeto das “*Aldeias de Montanha*”, criado em 2012, tem sido desenvolvido pela CMS, em conjunto com nove localidades⁸ do concelho, situadas no extremo sudoeste do PNSE e com diversos agentes económicos locais. O projeto visa preservar e requalificar o património, ligar as várias aldeias em rede e tem por finalidade principal o desenvolvimento do território alicerçado, em larga medida, num turismo sustentável. Para tal estruturou-se a atuação do projeto em torno de três eixos: a gastronomia (sabores de montanha), BTT (Bicicleta em Todo o Terreno) e os percursos pedestres (Caminhos de Montanha).

Como resultado desta operação foi já implementada no território uma rede de percursos pedestres das Aldeias de Montanha, constituída por 14 rotas⁹, com cerca de 100 km, que se encontram, de momento, em fase de sinalização. Este trabalho está a ser efetuado pelo Município de Seia, através do CISE.

O estágio de que este relatório é reflexo pretendeu contribuir para o projeto das Aldeias de Montanha através da realização de um trabalho de inventariação e compilação de informação ao património histórico-arqueológico locais, que possa ser utilizada em materiais promocionais do território.

⁸ As nove aldeias que entram no projeto são as seguintes: Alvoco da Serra, Cabeça, Lapa dos Dinheiros, Loriga, Sabugueiro, Sazes da Beira, Teixeira, Valezim e Vide [Ver CMS. – Aldeias de Montanha [online]. Disponível em <http://www.cm-seia.pt/> (consultado 3 de Março de 2015)].

⁹ Delinearam-se 14 rotas que se distribuem pelas nove aldeias de montanha: São elas a Rota do Piódão (Vide); Rota da Ribeira de Loriga (Loriga, Vide e Cabeça); Rota dos Socalcos (Cabeça); Rota da Eira e Rota da Garganta de Loriga (Loriga); Rota da Missa (Teixeira); Rota das Canadas (Alvoco da Serra); Rota do Volfrâmio (Sazes da Beira); Rota das Minas do Círio (Valezim); Rota da Caniça (Lapa dos Dinheiros); Rota do Vale do Rossim; Rota da Fervença (Sabugueiro); Rota da Ribeira de Alvoco (Alvoco da Serra – Vide) e Rota do Pastoreio (Alvoco da Serra) [Ver CMS – Na Rota das Aldeias de Montanha. Câmara Municipal de Seia [online]. Disponível em <http://www.cm-seia.pt/> [consultado 3 de Maio de 2015]].

2. Introdução a Região

2.1 Condições Naturais: Enquadramento Geral

O roteiro fica localizado na encosta norte da Serra da Estrela e abrange administrativamente a parte sul e sudoeste do concelho de Seia, no distrito da Guarda, com altitudes compreendidas entre os 300 m, em Vide, os 700 m em Loriga, culminando o ponto máximo com 1000 m, nos viveiros de Valezim.

Este território apresenta vários aspetos físicos que caracterizam a região. Salienta-se o relevo acidentado e vigoroso da montanha que é demarcado pela diferença geológica, sendo este dominado por vales encaixados e declives abruptos, rasgado por diversas ribeiras, nascentes de água e afluentes do rio Alva permitiram o crescimento de uma variedade de plantas nativas e exógenas caracterizadoras desta área territorial.

Esta região encontra-se integrada na unidade territorial do concelho de Seia, que corresponde à sub-região (NUTS III) da Serra da Estrela, incorporando a escala regional (NUTS I) da zona centro de Portugal. O município de Seia tem como zonas limítrofes: a norte, os concelhos de Gouveia e Manteigas; a sul, Covilhã, Arganil e Oliveira do Hospital; a Este, Covilhã e Manteigas; e a Oeste, Nelas e Oliveira do Hospital. O município desenvolve-se numa área total 459, 52 km¹⁰ onde são distribuídas pelo concelho 21 freguesias¹¹ [Anexo III - Fig.3 e 4]. A área do roteiro é abrangida por quatro freguesias: a localidade de Valezim; Loriga com uma anexa, a aldeia do Fontão; Alvoco da Serra com quatro povoações, as aldeias de Outeiro da Vinha, Vasques Esteves de Cima, Vasques Esteves de Baixo e Aguincho; e por último a freguesia da Vide com 23 anexas, onde foram apenas seleccionadas duas anexas, Frádigas e Barriosa. As povoações da Lapa dos Dinheiros e da Senhora do Desterro pertencem à freguesia de São Romão.

¹⁰ Ver CISE – Geologia e Geomorfologia. CISE [online]. [consultado 14 de Março 2015]. Disponível em <http://www.cise.pt/pt/index.php/cise>.

¹¹ Alvoco da Serra, Girabolhos, Loriga, Paranhos da Beira, Pinhanços, Sabugueiro, Sandomil, Santa Comba, Santiago, Sazes da Beira, Teixeira, Travancinha, Valezim, Vila Cova a Coelheira, União das Freguesias de Carragozela e Meruge, União das Freguesias de Sameice e Santa Eulália, União das Freguesias de Santa Marinha e São Martinho, União das Freguesias de Seia, S. Romão e Lapa dos Dinheiros, União das Freguesias Torroselo e Folhadosa, União das Freguesias Tourais e Lajes e por último União das Freguesias de Vide e Cabeça [Ver Câmara Municipal de Seia - Concelho. Câmara Municipal de Seia [online]. [consultado 3 de Maio de 2015]. Disponível em <http://www.cm-seia.pt/>].

2.1.2 Geologia e Relevô

Do ponto de vista geológico, as rochas granitoides e os xistos e metagrauvaques constituem as litologias dominantes da Serra da Estrela. No território das Povoações de Montanha, a partir da leitura do mapa “*Geologia Simplificada*” (Tavares *et. al.*, 2013: p.12) verifica-se que nas localidades da Senhora do Desterro, Lapa dos Dinheiros, Valezim, Loriga e Alvoco da Serra há predominância do designado “granito de Seia”. Este granito porfiroide de grão grosseiro é composto por grandes cristais de feldspato juntamente com biotíticos e alguma moscovite (Vieira, 2004: p. 16). Estas rochas datam do período Carbónico (320-290 milhões de anos) e a sua origem está relacionada com a orogeneia Hercínica, fase durante a qual se formaram importantes fenómenos de instalação de granitos¹².

Em relação aos xistos e aos metagrauvaques, datados de há 500-650 milhões de anos, pertencem ao complexo xistograuvaquico do grupo Rosmaninhal e Malpica do Tejo, e predominam nas localidades anexas das freguesias de Loriga, Alvoco da Serra e Vide (Tavares *et. al.*, 2013, p: 12).

Relativamente ao xisto por apresentar uma textura fina que permite a escorrência superficial da água, torna-o mais sensível à erosão fluvial. No que diz respeito aos afloramentos graníticos, sendo esta uma rocha compacta, facilmente fraturada pelas diferenças de temperatura, com formas de diáclases que permitem a penetração da água, favorecem a alteração da rocha originando a sua arenização, contrariamente ao xisto, que é mais resistente à alteração química (Ferreira, 1999a, p: 26).

Outro fator que tem contribuído neste processo são as ações antrópicas, na medida em que a destruição do coberto vegetal causado a maior parte das vezes por incêndios, tem conduzido à exposição erosiva da rocha granítica¹³. Deste modo, os terrenos apresentam-se com fraca aptidão agrícola onde a rocha se mostra por toda a parte: “*a terra arável vai-se assim irremediavelmente concentrando nos lugares baixos,*

¹² Ver Câmara Municipal de Seia – Na Rota das Aldeias de Montanha. Câmara Municipal de Seia [online]. Disponível em <http://www.cm-seia.pt/> [consultado 3 de Maio de 2015].

¹³ Suzanne Daveau refere, sobre a alteração das rochas e dos solos “(...) *É nas vertentes mais íngremes que a rocha aflora naturalmente, tratando-se das variedades mais duras desta, quartzito, granito (...); mas a acção do homem moderno, pelos golpes brutais que multiplica no terreno, (...) o lavar da terra, (...), os incêndios colocam a descoberto solo ou rocha, suscitando muitas vezes o seu rápido abarrancamento, quando uma forte chuvada provoca um escoamento superficial violento, antes de a vegetação ter tido tempo de voltar a encobri-los e protegê-los*”. (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1988: p.532).

talvegues de veleiros ou sopé de relevos, empobrecendo cada vez mais os cimos e as encostas” (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1991: p. 991).

Surgem, ainda, representados depósitos sedimentares de cariz recente, resultantes da deterioração das rochas existentes, provocados pelos agentes erosivos, dos quais fazem parte grupos de características distintas, nomeadamente os aluviões fluviais e os depósitos de origem glaciária.

Os aluviões são depósitos sedimentares que ocorrem ao longo dos vales, rios e ribeiras, com espessura muito reduzida, sendo constituídos, fundamentalmente por areias e cascalheiras. Nos troços dos rios e ribeiras, onde a capacidade de transporte de água é maior, aparecem calhaus rolados e blocos rochosos de grande dimensão (Ferreira e Vieira, 1999b: p.35). Estas formações sedimentares são fundamentais para a atividade humana, visto que os materiais recolhidos são aproveitados para a construção de estruturas, como por exemplo muros, palheiras, casas habitacionais e entre outros.

A atividade glaciária teve importante destaque na serra, tendo ocorrido no último período frio (glaciação Würm), pensa-se com início aproximadamente 100 mil anos e com terminos em 10 mil (Tavares *et. al.*, 2013: p. 13). Desse período persistem na paisagem serrana múltiplos testemunhos característicos, quer formas de erosão, tais como vales perfil em U, circos glaciários; quer formas de acumulação de que são exemplo moreias laterais e frontais e os blocos erráticos (Idem).

No aspeto paisagístico no substrato rochoso dominado pelo granito salienta-se o relevo acidentado, recortado por encostas de declive acentuado e vales muito encaixados, com traçado retilíneo e geométrico, que aproveitam a rede de falhas e fraturas existentes (Ferreira, 1999a: p. 29).

Em contraste nas regiões onde prevalece o xisto devido a sua maior impermeabilidade, as superfícies planas e as escarpas degradam-se com rapidez, originando relevo ondulado com cabeços arredondados (Idem).

2.1.3Clima

O fator climático é um dos principais agentes erosivos na transformação da paisagem, como afirma Brito “ *modela vertentes, determina comportamentos dos rios, constrói (...) os mosaicos da vegetação e influencia ainda muito directamente os tipos de agricultura*” (1994: p. 50-51).

De um modo genérico, esta área territorial é marcada pela irregularidade do clima mediterrânico, com verões quentes e secos, com forte insolação e invernos chuvosos e frios (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1988: p.365). A relativa “*posição marginal em relação ao Atlântico*” (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987: p.27), que dista cerca de 100 quilómetros, a elevada altitude da serra e a disposição geral do relevo têm uma correlação direta com o tipo de clima nesta região.

A distribuição espacial da precipitação neste território é constante atingindo valores médios entre 1400 a 1600 mm (Jassen, 2002: p.15). Nas localidades de Loriga, Valezim e Alvoco da Serra, entre o mês de dezembro a março, dependendo do estado de tempo, pode ocorrer precipitação nevosa. No entanto, devido às alterações climáticas, a ocorrência de neve tem sido cada vez mais rara nestas localidades.

As temperaturas médias mensais, a partir dos dados recolhidos na estação meteorológica das Penhas Douradas, situada a 1383 m. de altitude, revelam que Julho (17,4°C) é o mês mais quente e Janeiro (2,5°C) é o mês mais frio, verificando-se uma evolução mensal regular entre os valores mínimos e os valores máximos (Tavares *et. al.*, 2013: p. 13).

2.1.4 Hidrologia

As Povoações de Montanha oferecem a quem as visita e a quem permanece nelas a água que aí abunda. As nascentes e os cursos de água florescem em qualquer lugar. A abundância e características dos cursos de água estão diretamente relacionados com o clima¹⁴, natureza do solo e acidentes tectónicos¹⁵ das áreas que atravessam.

O território concelhio está integrado na bacia hidrográfica do Mondego. O rio Alva, um dos principais afluentes que nasce a 1651 m. de altitude, entre a Fraga das Penas e o Curral do Martins, constitui um dos principais tributários da margem esquerda do rio Mondego e apresenta um percurso serpenteado e sinuoso, atravessando diversos vales encaixados com declives abruptos a grande altitude. Conflui no Mondego a cerca de 4

¹⁴ Em relação ao clima, Jan Jassen salienta que “os padrões de distribuição da temperatura e da precipitação na Estrela são muito complexos. São controlados fundamentalmente pela posição global (principalmente influências de norte para sul do macroclima Temperado e influências e sudeste para noroeste do macroclima Mediterrânico) e pela posição em longitude relativamente ao Atlântico e ao interior da Península Ibérica (principalmente influências marítimas de oeste para este e influências continentais de este para oeste). Estes processos são intensificados, ou enfraquecidos pelo relevo (nomeadamente por efeito da altitude, orientação e o “efeito barreira”: o maciço funciona como uma barreira para as massas e ar provenientes do Atlântico”. (2002: p.15).

¹⁵ Orlando Ribeiro refere que “o traçado dos cursos de água é fortemente influenciado quer pela existência de faixas de menor resistência (vales fractura), resultante de falhas antigas niveladas ou de deslocamentos recentes, quer por autênticas “caleiras tectónicas”, depressões entre falhas que facilitam a organização da drenagem” (Ribeiro, 1990: p.292).

km a montante de Penacova, tendo a sua foz a meia distância entre Raiva e a Livraria do Mondego (Lourenço, 2007: p. 17). O concelho de Seia dispõe de um vasto conjunto de ribeiras afluentes, entre as quais se destacam a Ribeira de Loriga e Alvoco da Serra, situadas na metade meridional deste município (Cavaco e Marques, 1966: p.190).

O regime do rio Alva caracteriza-se na estação do verão pela ausência de cheias e pela falta de estiagens durante a época de águas altas, no Inverno. Neste sentido, o regime deste curso de água define-se por duas épocas nítidas e de características opostas, a abundância, nos períodos de precipitação maior, e insuficiência, que ocorre quando há ausência de precipitação e evaporação (Lourenço, 2007: p. 17).

Este recurso hídrico foi aproveitado pelas populações locais para várias atividades, tais como a produção de energia hidráulica, para os sistemas de moagem e engenhos da indústria dos lanifícios e energia elétrica a partir de centrais hidrelétricas (Lourenço, 2007: p.17; Marques, 2009: p.79).

2.1.5 Vegetação

A cobertura vegetal do território da zona sul da Serra da Estrela resulta, em larga medida, das características dos solos, condições climáticas, altimétricas e da ação humana.

A montanha, em resultado de um gradiente altitudinal amplo, demonstra uma zonação bem definida da vegetação, permitindo diferenciar três grandes andares: o andar basal, de acentuada influência mediterrânica, até 800-900 m; o andar intermédio, onde o carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) dominava antes da intensa reflorestação com pinheiro bravo; e acima dos 1600 m, o andar superior, desarborizado, domínio do zimbro (*Juniperus communis*) e das pastagens estivais de cervum (*Nardus stricta*) (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1988: p.598).

A vegetação potencial do andar basal seria constituída por bosques perenifólios ou mistos de quercíneas perenifólias e caducifólias, com predominância do carvalho-roble (*Quercus robur*), das azinheiras (*Quercus rotundifolia*) e sobreiro (*Quercus suber*). Na atualidade a maioria destas formações ocupa áreas de pequena dimensão ou desaparece completamente para dar lugar a áreas de cultivo, prados, pastagens, olivais, vinhas, milheirais, povoamentos de pinheiro bravo e matos em função da intensa atividade antrópica (Jassen, 2002: p.19).

No andar intermédio, localizado entre os 800-900 m e os 1600-1800 m de altitude, a vegetação seria formada por bosques de carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), de bétulas (*Betula alba*), de teixo (*Taxus baccata*) e de azevinho (*Ilex aquifolium*). Todavia são incipientes os vestígios deste coberto vegetal, devido à atividade humana, em consequência de incêndios florestais e às práticas de silvicultura, pastoreio e agrícola.

O andar superior apresenta uma extensão territorial menor. No passado, após o recuo do glaciar wurmiano¹⁶, com base em análises polínicas (Jassen, Woldrign, 1981: p. 299-309), admite-se que a bétula, o carvalho negral, o pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*) e o teixo tenham ocupado também os patamares mais elevados da montanha após o recuo do glaciar wurmiano. Porém, como resultado da intensiva desflorestação, a zona mais alta da serra atualmente encontra-se desprovida de vegetação arborecente (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1988: p.598). No presente, a vegetação predominante é constituída por um conjunto de formações arbustivas (piornais, caldoneiras, urzais e giestais), marcado pelo domínio do zimbro, que se desenvolve entre prados de montanha, comunidades rupícolas e lacustres (Idem).

A flora nativa da serra da Estrela sofreu profundas alterações sobretudo a partir do início do século XIX, período em que se introduziu um grande número de espécies exóticas com o objetivo de produzir madeira mais rapidamente ou de melhor qualidade (Idem: p.593). A partir dos anos 30 do século XX, os baldios e as áreas denominadas “incultos” (principalmente áreas de pastagem com matos) foram florestadas, devido à política florestal do regime salazarista. Esta florestação causou um declínio do sistema silvo-pastoril tradicional e a introdução de espécies alóctones.

¹⁶ Segundo José Mattoso refere, “durante um período que genericamente podemos situar na segunda metade do III milénio a.C. existiam nas vertentes da serra frondosas matas de carvalho e vidoeiros, com alguns pinheiros, castanheiros e nogueiras. É importante frisar esta antiga presença das duas últimas espécies, visto ter-se pensado, até há bem pouco tempo, que ambas tenham sido introduzidas pelos Romanos no actual território português, o que é comprovadamente falso. Precisamente no III milénio começa a notar-se uma progressiva, notória, diminuição da mancha florestal, que se pensa ser parcialmente atribuível a acções humanas, talvez relacionadas com a prática do pastoreio e com a abertura de espaços agricultáveis. Estas práticas de desflorestação parecem ser contínuas, notando-se até o seu incremento nos fins do II Milénio a.C., inclusivamente com o recurso a queimadas, destinadas a abrir áreas não só para os pastos, mas também para a agricultura. Embora não se tenham recolhido indicadores cronológicos precisos, tudo indica que durante o Bronze Final o tipo de economia agro-pastoril serrana pressuposto por estas práticas se manteve inalterado, registando-se, no entanto, algumas perturbações posteriores, cujo significado e enquadramento temporal nos escapam” (Mattoso, 1992: p. 93).

2.2 Ocupação humana

A presença humana está confirmada no território a Sul de Seia, desde tempos da Pré-História, através de evidências científicas que a certificam nesta região, como é o caso das gravuras rupestres, localizadas em Vide, situadas sob a confluência entre o xisto e o granito, que datam uma longa diacronia desde o Paleolítico até à idade Contemporânea (Ribeiro, 2014: p. 270-283) e o estudo de paleobotânica efetuado por Jan Jassen e Woldringh (1981: p. 306) testemunham o impacto humano no meio-ambiente, no final do II milénio a.C..

O povoamento nesta área territorial só começa a ser arqueologicamente detetável a partir da segunda metade do terceiro milénio a. C., que corresponde ao Calcolítico Final (Varela, 1993: p.46), período em que se começa a verificar uma primeira presença de pastores na serra, cuja ação se traduziu na deflorestação parcial dos andares médios e superior (Jassen, 1985, p.68-70). De acordo com esta datação na base do Cabeço do Castro e no Buraco da Moura foram identificados alguns artefactos, nomeadamente fragmentos de olaria, lâmina em sílex, cerâmica, entre outros (Senna-Martinez e Varela, 1995: p.51-52), que possivelmente poderão representar a presença de gentes que procuravam o acesso tradicional à serra pelo interflúvio do Alva e da Caniça.

No período da idade do Bronze, entre o século XI a.C. ao século VIII a.C., caracteriza-se por uma certa diversificação dos instrumentos e por uma considerável transformação social. O crescente poder centrava-se cada vez mais nas mãos de grupos restritos, presumivelmente assentes em linhagens familiares, que incrementou de forma significativa a dicotomia entre os vários estratos.

Neste enquadramento, assiste-se à construção do primeiro povoado que ocupou o topo Oeste do Cabeço do Castro de São Romão, de forma a controlar não só as vias de acesso mas também os recursos naturais. Terá sido assim que nos primeiros séculos do primeiro milénio a.C., se fortificam no topo do Castro os primeiros habitantes de um povoado que cresceu cerca de 2 hectares (Silva, 1995: p.40), aproveitando as excelentes condições de defesa natural no interior do espaço amuralhado. Nos espaços habitacionais as populações dedicavam-se a várias atividades, tais como a tecelagem, metalurgia, armazenagem, torrefacção e moagem de bolota (Senna-Martinez, 1995: p.64).

Embora ainda não esteja bem definido há a possibilidade de ter havido uma continuidade no local da ocupação humana durante a Idade do Ferro. Neste período as

áreas montanhosas sobranceiras ao atual território a Sul e a Sudoeste de Seia seriam, possivelmente habitadas pelos povos autóctones opostos à penetração romana que nesta região só terá sido concluída na segunda metade do séc. I. a.C.

O Castro de São Romão foi ocupado pelos romanos nos primeiros séculos da Era Cristã, sofrendo consideráveis transformações na sua estrutura e nas suas funções, passando a enquadrar-se numa vasta unidade económica e administrativa, a província romana da Lusitânia (Guerra e Fabião, 1996).

De entre as diversas transformações operadas pelo processo de romanização destacam-se duas pelas implicações de que se revestem para esta região: o estabelecimento de uma complexa e eficaz rede de comunicações e o incremento da agricultura. Nas proximidades deste importante povoado nas atuais localidades da Lapa dos Dinheiros, Valezim, Loriga, Alvoco da Serra e Vide poderiam ter existido no respetivo período pequenos núcleos populacionais vocacionados para as práticas agrícolas e pecuária.

A partir do século III, o Império Romano atravessou uma grave crise económica, militar e agrícola. A falta de investimento na defesa militar das cidades e a desorganização administrativa romana condicionaram a entrada dos povos germânicos, nomeadamente visigodos e suevos, no atual território português a partir do século IV d.C.

Apesar dos dois séculos que estes povos ocuparam a Península são poucos os testemunhos arqueológicos e mesmo linguísticos dessa passagem¹⁷ neste território. É possível que estas comunidades, oriundas do Norte da Europa, tivessem atravessado a zona de montanha da Serra da Estrela, porém a sua presença ainda está por documentar.

Os últimos anos do reino visigótico foram difíceis devido às condições com que se deparavam naquele período, nomeadamente as disputas internas na nobreza visigótica; a ausência de controlo administrativo e fiscal do território; e o isolamento das comunidades. Estes fatores proporcionaram não só a ruralização das comunidades (Mattoso, 1993: p.445), como também facilitou a entrada dos muçulmanos na Península

¹⁷ Algumas anexas da localidade de Vide, em Seia, apresentam indagações toponímicas que demonstram possíveis ocupações dos povos germânicos. É o caso da aldeia das Frádigas “*um arcaísmo em que conserva, por certo, o antigo (latim Fabricas)*” de sentido arqueológico, alusivo a vestígios de indústrias primitivas ou hispano-romanas; Barriosa toponímia que deriva do termo medieval “*barrio*”, que em documentos aparece como local inculto, não longe de outro, povoado, mas propício à agricultura e à povoação; e Gondufo, o seu topónimo Gondufe, “é um evidente genitivo de um nome pessoal de origem germânica, Gondulfus (Gondufo), isto é, alusivo a uma *Gundulfi* “villa” ou análoga propriedade rústica de um possessor daquele nome, que o mais tardar, viveu no século X-XI (VV. AA., 1945d: p. 154-155).

Ibérica. A conquista muçulmana da Ibéria teve início no ano de 711, prolongando-se por vários séculos nunca chegando a ser ocupada a extremidade norte peninsular, na região das Astúrias.

Após a expulsão dos cristãos pelos muçulmanos estes refugiaram-se num reduto a Norte da Península. Foi a partir desse local estratégico que se iniciou a reconquista, tendo tido vários momentos de avanço e de recuo. A fronteira entre o mundo cristão e o muçulmano estabeleceu-se definitivamente nos princípios do século X no vale do Douro (Marques, 1993: p.254). A viragem estratégica e política possibilitaram, a partir do século XI, a vitória final dos cristãos (Idem).

D. Fernando Magno tomou Seia, em 1055, que era uma importante povoação fortificada (Mattoso, 1987: p.10), antes de recuperar Coimbra aos muçulmanos em 1064 (Coelho, 1986: p.4).

Com o Condado Portucalense, fortalecem-se as atenções para com esta zona fronteira. A cidade de Coimbra ficou reforçada por núcleos fortificados a sul e a nascente, disseminados pelas serras da Estrela e Lousã. Pouco tempo depois, em 1116, esta cidade é atacada pelos muçulmanos. D. Teresa tomou providências urgentes para bloquear possíveis ataques do inimigo nas terras anteriormente reconquistadas. Entregou, assim, ao seu valido, Fernão Peres de Trava, em 1122, várias fortificações salientando-se na área de montanha o castelo de Seia (Idem).

A posição de fronteira que Seia ocupa por várias décadas, protegendo a área de Coimbra, é um dos fatores que permite o seu desenvolvimento histórico. Como salienta Maria Helena Coelho (1986: p.9), “*será através dele que se compreenderá o povoamento e organização destes núcleos e a sua estruturação social e económica*”.

Em 1131, D. Afonso Henriques faz a doação de Seia ao valido de João Viegas pelo reconhecimento de serviços prestados¹⁸. Para favorecer o repovoamento desta região, Seia recebeu um foral dado por D. Afonso Henriques, em 1136, constando nele importantes dados relativos aos aspetos socioeconómicos significativos de uma comunidade serrana daquela época.

Passados dois anos, couta o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a ermida e herdade de São Romão [Anexo III - Fig. 5], a qual o mosteiro recebe por doação aos presbíteros João Siciiz e Favila (Viterbo, 1960: p.600). Estes foram anteriormente recebidos pelos

¹⁸ Segundo as Inquirições de 1258, informa que João da Ranha ficou com a localidade de Loriga em seu poder. (Coelho, 1986: p. 10).

condes D. Henrique e D. Teresa, no ano de 1106, com a obrigatoriedade de a povoarem e cultivarem (Coelho, 1986: p.4). Esta herdade abrangia uma vasta área que incluía várias localidades como a Lapa dos Dinheiros e Valezim. Só passado algumas décadas, no tempo do monarca Sancho I, Valezim recebeu uma carta de foral, datada de 1202, ficando independente do couto de São Romão (Veiga, 2003: p.127).

Em 1258, D. Afonso III leva a cabo as Inquirições régias para o território de Seia, com a finalidade de averiguar os problemas de abuso de poder senhorial que estavam a afetar algumas localidades naquela época (Idem). É a partir destes documentos régios que se obtêm informações cruciais para este território: por um lado, dão-nos informação da existência de algumas localidades na região a Sul do território de Seia, como é o caso da Lapa dos Dinheiros, Valezim e Loriga; por outro permitem dar a conhecer os limites da “Terra de Seia”, que era sem dúvida a sede de um território que envolvia povoados relevantes como Midões, Tábua, Coja e Oliveira do Hospital e confinava com o distrito de Viseu e as terras de Gouveia e Covilhã (Idem).

Passados mais de cem anos, entre 1320 e 1321, foi editado o “*Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e mosteiros do Arcediago de Seia*”. Este “arrolamento” fornece informações da existência de três igrejas no território a Sul de Seia nomeadamente “*S. Maria de Valezim, S. Maria de Loriga e S. Maria de Alvoco*” (Bigotte, 1992: p.153), demonstrando uma certa importância ao nível do poder eclesiástico nestas localidades durante este período.

De facto, é no reinado de D. Manuel, mais precisamente em 1514, que são atribuídos uma série de forais, nomeadamente a Valezim, Loriga e Alvoco da Serra (Melo, 2001: p.31). No entanto destaca-se que algumas destas localidades já tinham os seus forais antes do século XVI, tais como Loriga e Valezim (Idem: p.15-16).

Do século XVI ao século XIX são diminutas as referências históricas das localidades a Sul do atual território de Seia. Entretanto existem algumas monografias, como é o caso da Corografia Portuguesa do Padre António Carvalho da Costa e o Dicionário Geográfico do Padre Luís Cardoso editado em 1708, ambos fornecem informações alusiva a localização geográfica, população, atividades económicas e a menção de algumas estruturas históricas de interesse.

Durante o século XIX, algumas localidades desta zona montanhosa, como é o caso de Valezim, Loriga e Alvoco da Serra, foram alvo do processo de industrialização de lanifícios nesta região. Ainda neste período cronológico, houve uma profunda reforma

administrativa em que os concelhos de Valezim, Loriga, Alvoco da Serra e Vide foram extintos, passando a pertencer ao atual concelho de Seia [Anexo III -Fig.6].

3. Roteiro – Percursos de automóvel

O roteiro proposto em quatro vilas e nove aldeias pretende proporcionar a descoberta a quem visita estes locais, não só da diversidade paisagística, característica desta zona serrana, como permitir o contacto com a história da região através dos vestígios arqueológicos e estruturas arquitetónicas edificadas.

Na totalidade, são reunidos seis percursos, cada um dos quais inclui circuitos pedonais, com uma extensão de cerca de 100 km, acompanhados pelo respetivo mapa e descrição.

O primeiro percurso tem início no CISE e segue em direção à Senhora do Desterro. Da Senhora do Desterro, a visita prossegue em direção a Lapa dos Dinheiros. Desta aldeia segue em direção a Valezim. Depois desta vila, o percurso continua para Vide. A partir desse local, segue pelas aldeias da Barriosa, Frádigas, Aguincho, VEB (Vasques Esteves de Baixo), Outeiro da Vinha, até alcançar Alvoco da Serra. Dessa localidade, passa pela aldeia do Fontão e por fim prossegue para Loriga. Deste último ponto, antes de regressar a Seia, é proposto um breve desvio para visitar os viveiros de Valezim. Para além do trajeto geral, o itinerário possibilita, ainda, aceder a quatro percursos pedestres de pequena rota, que possibilitam um conhecimento mais aprofundado e enriquecedor da região.

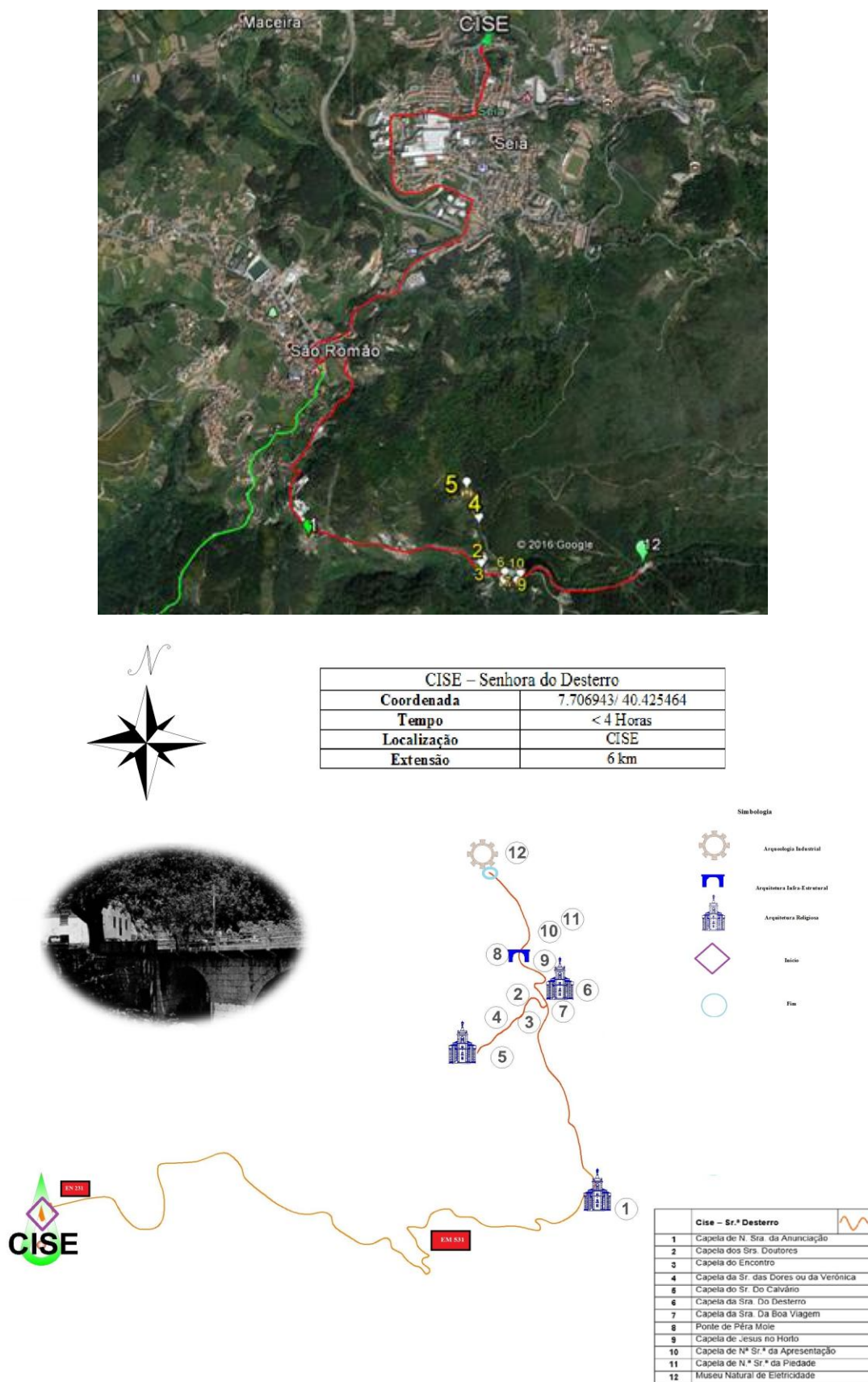


Figura 1 –Mapa do Percurso do Cise para a Senhora do Desterro (Google Earth; mapa elaborado no Autocad por Sónia Garcia)

3.1 CISE – Senhora do Desterro

O CISE está localizado na cidade de Seia, a uma altitude de cerca de 530 m, fica instalado num edifício moderno, constituído por um amplo parque verde onde se podem observar várias espécies botânicas características da flora da Serra da Estrela; contém um conjunto de equipamentos recreativos, didáticos e científicos, dos quais se salienta uma exposição permanente interativa sobre temáticas científicas históricas, geológicas e biológicas relativas à Serra da Estrela. Esta instituição para além de oferecer diversas atividades culturais, como é o caso de cursos de interpretação da natureza, percursos pedestres, entre outros; também fornece informações úteis para quem quer conhecer mais aprofundadamente a montanha mais alta de Portugal Continental. A visita guiada tem uma duração média de hora e meia, integrando a explicação das exposições disponíveis.

Do CISE, o itinerário segue pela EN (Estrada Nacional) 231, passando pela localidade de São Romão, onde se deve tomar a EM (Estrada Municipal) 513 em direção à Senhora do Desterro.

Um pouco da História do Santuário e do seu espaço

O Santuário da Nossa Senhora do Desterro situa-se numa região acidentada, no flanco ocidental da Serra da Estrela, compreendendo uma altitude entre os 720 m na capela da Senhora da Anunciação e os 880 m na capela de Nosso Senhor do Calvário. Abarcando ambas as margens do rio Alva constitui um local de romaria antigo, sendo formado por 10 capelas, que foram sendo sucessivamente erigidas, ao longo de 200 anos, pelas expensas dos fiéis e esmolas, desde 1650 (data da construção da capela de Nossa Senhora do Desterro, ampliada em 1805) a 1892 (data da edificação da capela da Nossa Senhora da Boa Viagem) (Bigotte, 1992: p.622-624).

O conjunto das capelas é evocativo dos ciclos da Infância e Paixão de Cristo, em diversos pontos coincidentes com a Vida e Paixão da Virgem e os Mistérios do Rosário: desenvolvem-se numa arquitetura, com algumas fachadas, em empena, de estilo barroco, exibindo, no seu interior, imagens ou pinturas relativos ao passo ou episódio a que a capela é dedicada.

O espaço físico que envolve a ermida era tradicionalmente utilizado para a concentração dos rebanhos que se dirigiam aos pastos da serra durante a primavera

(Veiga, 2003: p.118). A própria geografia deste local possibilitou não só a fixação humana, comprovada cientificamente através dos vestígios do castro de São Romão datados entre o período do Bronze e a posterior romanização (Guerra e Fabião, 1996); como também, durante o século XX, para a produção de energia elétrica que beneficiou a comunidade desta nova revolução, a construção da central Hidroelétrica (Marques, 2009).

Antes de entrar na povoação, o roteiro passa primeiro na Capela da Senhora da Anunciação (1). Estrutura simples em empena com cruz latina; apresenta no seu interior um altar, em forma de urna, encimado por um apainelado, onde estão pintadas cortinas com a representação da pomba do Espírito Santo, estando sobre o altar a imagem da Virgem e, no lado direito, o arcanjo Gabriel.

De seguida, o trajeto passa na Capela dos Senhores Doutores (2) que no seu interior expõe quatro painéis, representando Moisés a mostrar as Tábuas da Lei, com a seguinte inscrição: "*MOISES EXPLICANDO A LEI AO POVO*"; ao centro surge um trono de dois degraus, com a figura de Cristo ainda jovem e sobre os plintos laterais, as figuras dos Doutores, dois de cada lado, junto aos quais se encontram, também sobre plintos, as imagens da Virgem e de São José.

Depois, o percurso segue em direção à Capela do Encontro (3), onde se podem observar as imagens de Cristo a transportar a cruz e da Virgem.

Deste ponto, o circuito faz-se de forma pedonal, em direção à Capela do Senhor do Calvário. A próxima estrutura a visitar é a Capela da Senhora das Dores ou da Verónica (4). Esta inclui um nicho que contém no seu interior a imagem da Nossa Senhora das Dores e ao centro encontra-se uma antiga caixa de esmolas.

Próximo, numa saliência a meia encosta e beneficiando de uma ampla vista encontra-se a Capela do Senhor do Calvário (5), com fachada em empena, expõe no interior a representação do Calvário, com três cruzes, a central com a imagem de Cristo morto, ladeado por Maria. A poucos metros desta capela, encontra-se um *tor*, designado de "*Cabeça da Velha*", uma curiosa formação granítica resultante da erosão.

Regressando-se à estrada pelo mesmo caminho, segue-se em direção à Capela da Nossa Senhora do Desterro (6). Em 1650, logo após as aparições da Nossa Senhora aos pastores no local onde se encontra a capela (Bigotte, 1948: p. 31), erigiu-se a estrutura religiosa e foi batizada com o nome de Nossa Senhora do Desterro. A origem deste

nome alude ao desterro que a virgem passou no deserto (Bigotte 1992: p. 623). Américo Costa (1940d: p. 58) refere que em 1785 esta ermida tinha um “*alpendre, possuindo à volta uma pequena horta e uma casa*”.

Esta estrutura apresenta uma planta longitudinal composta por nave, capela-mor e sacristia, adossada pelo lado esquerdo. A fachada principal é em empena recortada, rasgada por portal e janelas de sacada, de inspiração barroca. Na fachada lateral direita encontra-se encimada na porta a inscrição “*ANO DE 1804*”. O interior tem falsas abóbadas de berço de madeira pintadas de azul, assentes em cornijas do mesmo material, tendo pias de águas benta em forma de trevo. O púlpito, com formato quadrangular em bacia e consola de granito, está protegido por baldaquino de madeira, com decoração vegetalista e com a inscrição “*CONNUPISCITE ERGO SERMONES/_ET/ HABERITIS*” (Sap. Caap. IV, v. 12). Sucede-se uma teia comungatória de acessos ao arco triunfal de volta perfeita, flanqueadas por retábulos de talha dedicados ao Menino e a São João Baptista.

Deste ponto o circuito prossegue para a capela dedicada a Nossa Senhora da Boa Viagem (7). No interior expõe um conjunto de azulejos de padrão monocromo, azul sobre fundo branco, com cobertura em falsa abóbada de berço de madeira, pintada de azul. Possui um retábulo de talha pintada de branco e dourado; ao centro, apresenta altar em forma de urna, ornado por elementos vegetalistas disposto simetricamente. Nesta ermida encontra-se um *ex voto* oferecido em 1879 por José Vasconcelos por devoção e gratidão pelo seu salvamento no mar junto da Serra Leoa (Bigote, 1948: p. 396).

Passando a ponte de Pêra Mole (8), estrutura de dois arcos de volta perfeita construída em 1614 pelo mestre João Francisco (Bigote, 1992: p. 400), a cuja denominação advém do nome de um monte próximo deste local, atualmente designado de Paramol, informa o Padre Carvalho da Costa que esta ponte “*vay o caminho de Verão para a Covilhã, & por onde vem a neve para Lisboa*” (Costa, 1708: p.372). Esta estrutura [Anexo III- Fig.7] transpõe o rio Alva e outrora serviu de passagem aos gados provenientes de diversas localidades, com o propósito de se deslocarem ao topo da serra para os pastos de verão.

O circuito passa para a margem esquerda do rio, apresentando-se numa pequena elevação do terreno, a Capela de Jesus no Horto (9). É uma estrutura de planta simples, mostrando, no centro, sobre um pavimento de musgo, a figura de Cristo em oração.

De seguida, a capela da Nossa Senhora da Apresentação (10), que se encontra próxima da anterior estrutura, expõe no interior um altar em forma de urna, tendo na arca a data “30/5/81”; sobre este, surge o episódio da apresentação do menino no templo.

A Nossa Senhora da Piedade (11) é a última capela do santuário e, tal como as anteriores estruturas religiosas, tem uma planta longitudinal simples com fachadas pintadas de branco. No seu interior apresenta um pavimento lajeado em seixo rolado, formando desenho geométrico; ao centro, uma glória de anjos e querubins; possui altar semelhante aos das restantes capelas, onde surge a cruz, flanqueada por duas escadas e a imagem do orago.

O próximo sítio histórico a visitar é o Museu Natural de Eletricidade em Seia (12), que se encontra a 700 m. da ermida. O seu acesso é efetuado através de veículo, a partir da estrada M513.

Trata-se da Central Hidroelétrica da Senhora do Desterro, edificada em 1907 e inaugurada em 1909, sendo uma das mais antigas de Portugal, fruto de um grupo de industriais da região, que aproveitaram os recursos hídricos deste local transformando num potencial energético que designaram por *hulha branca*. Esta central marcou durante o século XX a atividade da EHESE (Empresa Hidroelétrica da Serra da Estrela) (Marques, 2009: p. 45).

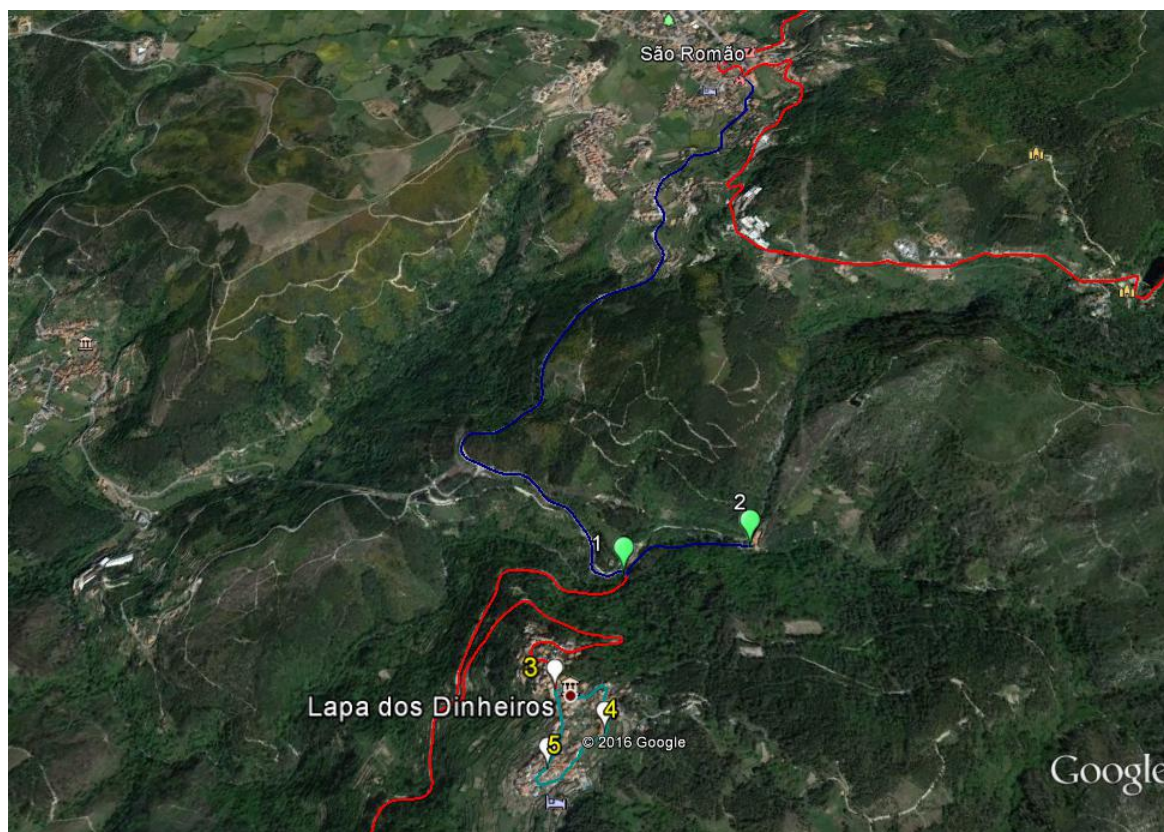
Esta central faz parte de um sistema de centrais hidroelétricas em cascata, concebido por António Marques da Silva, construído, ao longo de seis décadas, as quais se situam a altitudes entre os 400 e os 1600 m, tendo e que têm os seus caudais regulados através das águas armazenadas nas barragens situadas na bacia do Alva, de que são exemplos as barragens da Lagoa Comprida, Vale do Rossim, Lagoacho e Covão do Meio. A jusante, foram edificadas as centrais do Desterro II (1959), Ponte de Jugais (1923) e de Vila Cova (1937) e a montante, as centrais do Sabugueiro I (1947) e Sabugueiro II (1993) [Anexo III- Fig.8]. Este empreendimento representou um papel importante no atual território do concelho de Seia para o desenvolvimento da eletrificação regional, contribuindo não só para o progresso e produtividade das indústrias de lanifícios, mas também para a modificação dos costumes sociais da população (Idem).

A produção de energia elétrica é efetuada através de geradores movidos por turbinas, que são acionadas pela água que se precipita através das condutas forçadas, aproveitando a carga que o desnível provoca. Assim produzida, a corrente elétrica é elevada através de transformadores e transferida para a rede. A água, depois de

turbinada, é de novo reintroduzida no sistema para um nível mais baixo onde o processo se renova (Idem: p. 105).

Com ampliações sucessivas, esta central cessou atividade em 1994, tendo sido reaberta como museu, em 2011. O seu corpo de máquinas e o seu painel de comando constituem um espólio arqueológico industrial de valor incalculável, enquadrado numa exposição permanente acerca da eletricidade, dos recursos hídricos da Serra da Estrela e das energias renováveis em Portugal. No piso superior, área anteriormente ocupada pelas instalações do pessoal, aborda-se a história da eletricidade, possuindo uma sala para realização de atividades pedagógicas. O museu dispõe, ainda, de cafeteria, auditório e sala de exposições temporárias. A visita guiada tem a duração média de uma hora.

No final da visita propõe-se a realização do percurso pedestre de pequena rota, que tem início junto à central e segue ao longo da margem direita do rio Alva e dos canais de adução de água da central Hidroelétrica da Ponte de Jugais em direção à aldeia da Lapa dos Dinheiros através do provável “*caminho romano/medieval*”. A descrição, em pormenor, pode ser lida no capítulo 6.1.



Lapa dos Dinheiros – Senhora do Desterro	
Coordenada	7.70962/ 40.37891
Tempo	<2 Horas
Localização	Avenida Padre Martinho
Extensão	3.50 km

	Sr.ª Desterro – Lapa dos Dinheiros	
1	Ponte dos Jugais	
2	Alminha	
3	Central Hidroelétrica de Jugais	
4	Alminha da Malhada	
5	Alminha do Outeiro	
6	Casa D. Dinis	
7	Capela de S. Amparo	

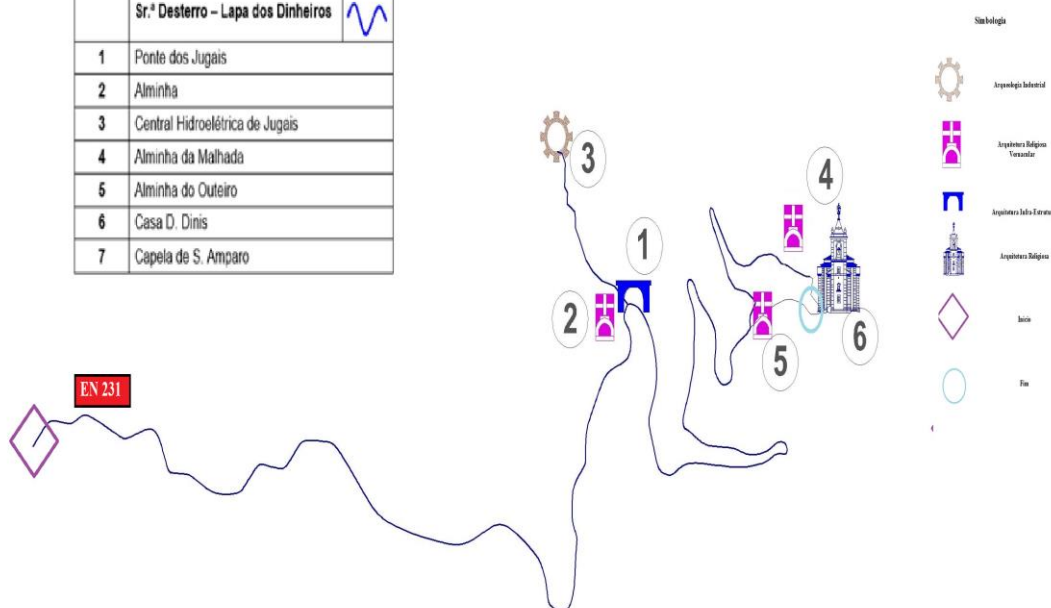


Figura 2 –Mapa do Percurso da Senhora do Desterro para Valezim (Google Earth; Mapa elaborado no Autocad por Sónia Garcia)

3.2 Senhora do Desterro – Lapa dos Dinheiros

Da Senhora do Desterro, retomando a estrada Nacional 231, o itinerário prossegue em direção à Lapa dos Dinheiros, onde antes de se chegar a esta localidade se recomenda a realização de um pequeno desvio para visitar a Central Hidroelétrica da ponte Jugais. O acesso é efetuado, depois de atravessar a ponte de Jugais, através de uma estrada em terra batida que se encontra na margem esquerda do rio Alva.

A Ponte de Jugais (1) foi finalizada em 1624 pelo mestre David Álvares, a pedido das câmaras de S. Romão e Valezim, e faz a ligação com as vilas e aldeias a Sul de Seia (Bigotte, 1992: p.440). Séculos mais tarde efetuaram-se obras de requalificação com vista ao alargamento da EN 231 que possibilitou o progresso das acessibilidades.

Na entrada da ponte encontram-se umas alminhas (2), revestidas com um painel de azulejo, representando a Crucificação de Nosso Senhor, onde se pode ler a seguinte inscrição sobre a primitiva construção desta ponte "*ESTA OBRA MANDO / V FA_ ZEBR / AS DE _ VALE / E SV__A MU / LER I _7V2*". Estes monumentos estão situados pelos caminhos, encruzilhadas e largos em todo o território, um património vernacular único, e tinham como objetivo lembrar ao caminhante ou quem passasse por estes locais a devoção às almas do Purgatório, ou assinalar o lugar onde alguém havia morrido. O termo “*alminhas*” expressa o carinho, a afeição, a familiaridade e a devoção que a população nutria pelas almas do Purgatório. Este fenómeno surgiu com o Concílio de Trento, realizado durante o século XVI, que estabeleceu como dogma de fé o Purgatório. É neste contexto que se vêm vulgarizar os painéis que, dedicados ao purgatório, se espalharam pelo território português (Gonçalves, 1956). Para Leite Vasconcelos (1981: p.191-192), estas *alminhas* resultaram do processo de cristianização dos altares que os romanos erguiam em honra dos *lares* e dos *lares compitales*, génios protetores dos caminhos e das encruzilhadas. Os mesmos têm praticamente a mesma função, mas não há efetivamente uma correlação efectiva entre estas e aquelas.

A central da Ponte de Jugais (3) não se encontra visitável ao público, todavia, neste local, assinala-se a confluência entre o rio Alva e a ribeira da Caniça neste local. Esta estrutura foi construída com a finalidade de reforçar a corrente elétrica para outras zonas do concelho (Marques, 2009). O circuito hidráulico é formado por vários mecanismos: um açude; dois canais a céu aberto, que ligam diretamente a uma câmara de carga; duas condutas forçadas; e a central que produz a energia elétrica. Do açude principal são

derivadas águas, não só para rega, mas também para a moagem, podendo observar-se, entre a ponte de Jugais e a Central, um conjunto de vários moinhos hidráulicos.

Retomando a estrada N 231, o roteiro segue para a aldeia da Lapa dos Dinheiros, que fica situada no alto de um morro sobranceiro ao Alva.

A origem da Lapa dos Dinheiros

A existência da aldeia da Lapa vem já documentada através das Inquirições de D. Afonso III. Informa da presença de grandes senhores com poder, que tinham propriedades no extenso termo do Sabugueiro que abrangia este local. Esta aldeia era de extrema importância para os sabugueirenses, devido aos campos de pasto para os gados ovino e caprino. Foram longos anos de várias disputas entre estas duas aldeias. Esta questão foi dirimida por D. Afonso III, tendo já sido apresentada ao seu pai, a quem os habitantes reclamaram justiça. Esta denúncia confirma a tradicional liberdade dos seus habitantes face aos poderes senhoriais da região (Loução *et al.*, 2013).

A origem do topónimo desta povoação está relacionada com a lenda de D. Dinis. Fontes orais relatam que o monarca ter-se-á deslocado à Lapa, tendo então nascido o topónimo “Dinheiros”, fruto de uma conversa travada entre o monarca e um dos habitantes. As habitações, eram naquele período, edificadas aproveitando-se os rochedos para uma das paredes, o que poupava dinheiro e esforço. O rei perguntou ao seu interlocutor de que forma construíram as suas casas, tendo o morador respondido “*com o nosso dinheiro*”. De certa forma, esta lenda pode ser confirmada pela presença de um tesouro monetário, no sítio arqueológico do Buraco da Moura, onde foram encontrados numismas datados entre a segunda metade do século XIV e a primeira metade do século XV (Varandas, 1993: p. 160).

Chegando ao largo da igreja matriz, de construção recente, na avenida Padre Martinho, recomenda-se a realização de um circuito pedonal que percorre a povoação da Lapa dos Dinheiros. Perto da igreja pode-se observar as alminhas da malhada (4) com uma forma trapezoidal, apresentando um nicho.

O circuito prossegue pela rua Centro Cultural, que passa ao lado da antiga junta de freguesia e cruzar-se-á com a Rua Nova; a partir desse ponto continua na rua da Procissão. Nesta via, o trajeto acompanha a rua dos Vereadores, e depois, pela avenida Jorge Correia. O circuito continua pela avenida em que irá encontrar as alminhas do

outeiro (5), inserida na parede de uma habitação. O circuito segue em direcção à igreja matriz, pela rua António Moura, atravessa a rua da Lapa, continua na rua da Fontinha e depois na rua 14 de Dezembro. Nessa via visualiza-se um painel de azulejos representando D. Dinis num cenário de caça. No final da rua encontra-se um cruzeiro, erigido durante o período do Estado Novo, comemorativo da restauração da nacionalidade, e a capela da Nossa Senhora do Amparo (6).

Templo religioso construído em alvenaria de granito aparelhado de que se salientam molduras das portas e janelas. Desconhece-se a data da construção inicial, prevendo-se que tenha sido no século XVII, constando apenas no lintel de uma das portas laterais a data 1754. A construção da torre sineira deu-se em 1935. No interior é possível visualizar o púlpito e o altar em talha dourada, onde se encontra a imagem de Nossa Senhora da Amparo, padroeira desta localidade.

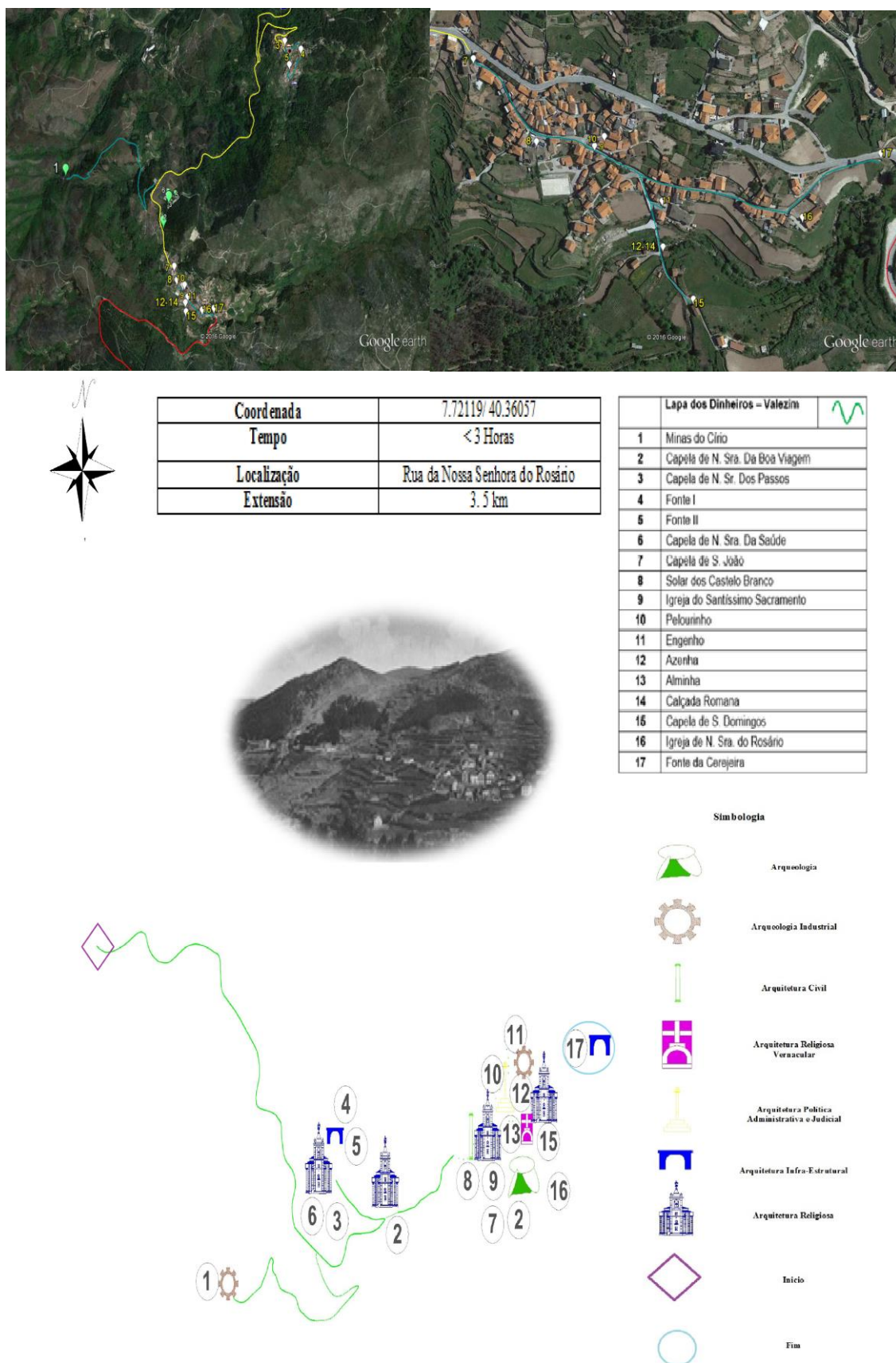


Figura 3 –Mapa do Percurso da Senhora do Desterro para Valezim (Google Earth; Mapa elaborado no Autocad por Sónia Garcia)

3.3 Lapa dos Dinheiros – Valezim

Saindo da Lapa dos Dinheiros, prossiga pela EN 231 em direção a Valezim.

“N’ este vale sim”

As primeiras evidências de ocupação humana em Valezim estão mencionadas na obra de Pinho Leal (Leal, 1882). Segundo este autor, o Cabeço do Castelo, monte assim designado pelos valezienses, que se situa a cerca de 150 m. do campo de futebol da atual freguesia, seria um povoado pré-romano que poderia ter tido ligações através da calçada romana com o castro de São Romão. Menciona que em *“ambos estes montes há vestígios de antiquíssimas construções, e alli se teem achado tijolo, e moedas romanas”* (Idem: p.157). No entanto este sítio necessita de ser intervencionado arqueologicamente para se poder comprovar a sua ocupação.

A origem toponímica está ainda por investigar. As favoráveis condições topográficas, a envolvimento das montanhas, a abundância de recursos hídricos e os solos propícios para agricultura permitiram desde cedo a fixação humana do lugar.

O adensamento populacional desta localidade poderá remontar a essa época da Reconquista Cristã ou a um período não posterior, sendo provável até que o lugar tenha sido incluído, em 1138, na carta de couto de S. Romão (Pina, 1998: p.81; VV.AA. 1945c: p.12).

No início do século XIII, era donatário do referido couto e também de Valezim o prior do Mosteiro de Santa Cruz, D. João Froila que, em janeiro de 1201, concedeu uma carta de povoamento aos moradores de Valezim, cedendo-lhes os prédios que já ali possuísem, demarcando o seu território do de S. Romão, como se dele fosse desanexado para potenciar melhor a exploração de uma região ainda pouco povoada (VV.AA. 1945c: p.12).

Passados dois séculos, em 1514, Valezim é alvo da intervenção política do monarca D. Manuel I que lhe concedeu a renovação do foral que regulamenta pormenorizadamente os deveres dos povoadores. A partir deste foral transmitem-se informações sobre as culturas (pão, vinho, linho), a existência de mecanização no fabrico de panos, entre outros aspetos.

Antes de chegar à localidade propõe-se a visita às minas do Cirio (1). Aconselha-se a utilização de um veículo de todo o terreno para aceder ao local ou então pode efetuar este percurso pela via pedonal. Este localiza-se no sector mais a jusante do vale, o seu acesso é efetuado através de um caminho florestal, que tem início ao cemitério, no sentido descendente, na vertente norte sobranceira à ribeira de Valezim.

As minas do Cirio situam-se numa zona de contacto entre os xistos câmbricos e os granitos da Estrela, fazendo parte de um antigo complexo mineiro de estanho e volfrâmio, cuja lavra remonta ao período da Segunda Guerra Mundial (Poeira, 2005: p.95). A exploração do minério realiza-se em várias galerias subterrâneas, sendo ainda possível visitar algumas destas frentes de lavra. É também possível verificar neste local a unidade de trituração com vestígios da maquinaria então utilizada, várias estruturas de apoio, e algumas vagonetas, entre outros (Farinha, 2011). Não se recomenda a entrada nas galerias, uma vez que constituem um local de elevado risco de acidente.

Das minas, o percurso retorna ao ponto inicial, na EN 231, em direção ao Santuário da Nossa Senhora da Saúde. No cruzamento do ramal que segue para a ermida situa-se a capela de Nossa Senhora da Boa Viagem (2), a qual apresenta um painel de azulejos alusivos à Santa e no interior expõe um altar com um pequeno retábulo em talha dourada.

Continuando o trajeto irá encontrar a capela do Senhor dos Passos (3), que o seu interior apresenta uma imagem de Jesus a carregar a cruz. Chegando ao recinto pode aproveitar e beber água de nascentes naturais em duas fontes.

Do lado esquerdo da capela apresenta-se uma fonte (4) com um arco em granito e com uma pia circular. Este arco possui uma inscrição de 1736 e era o antigo campanário da capela do Santíssimo, entretanto remodelado (Fontes, 1989: p.14).

Existe uma outra fonte (5), no topo norte, com cerca de 3 m de altura, encimada por um arco sobre o qual existe uma cruz. No centro apresenta-se uma placa de mármore com a seguinte inscrição: “*Feita a expensas do Conde do Refúgio, José, 1986*”. O conde do Refúgio era o conde da Covilhã, natural de Valezim (Idem).

Situada no monte do Calvário, frente ao cabeço do Castro, situa-se a capela de Nossa Senhora da Saúde (6), fundada pelo Dr. António Saraiva em 1903 (Bigote, 1948: p.425). Para acede-la terá de subir 40 degraus de granito, distribuídos por dois lanços. A fachada principal termina em empena rematada por uma cruz, onde pode visualizar no topo da janela, em lintel reto, um pequeno sino em ferro forjado, que pertencia à Capela

de São Domingos. No seu interior o templo é dividido por um arco cruzeiro e tem três altares, todos com retábulos de madeira pintados a dourado.

O percurso segue para a capela de S. João, que fica situada na entrada da Rua Nossa Senhora do Rosário. A partir deste ponto, o circuito histórico pode ser efetuado pela via pedonal no interior da povoação.

A Capela de São João (7) tem uma planta retangular, com um alpendre sustentado por quatro colunas cilíndricas, que assentam numa base quadrangular e terminam em capitel. No seu interior é visível um único altar com um pequeno retábulo pintado a dourado.

O circuito dirige-se pela rua de Nossa Senhora do Rosário irá dar acesso ao solar dos Castelos Branco (8). É possível verificar que na fachada principal, por cima da porta, há um pequeno brasão em metal, tendo no escudo quatro símbolos que correspondem aos apelidos desta nobre família: em chefe (à esquerda) há um leão – símbolo do Castelo Branco; em cima, à direita, há cinco flores-de-lis, dispostas em sautor – representação dos Albuquerque (Fontes, 1989: p. 20). Uma parte deste espaço é ocupada pelos titulares e outra pela Junta de Freguesia.

A partir do local a via prossegue em direção ao largo da Igreja onde se pode observar a igreja do Santíssimo Sacramento situada no centro da povoação, o cruzeiro e um conjunto de habitações em cantaria de granito.

A Igreja do Santíssimo Sacramento (9) foi outrora uma capela dedicada ao culto do Santíssimo Sacramento. Esta estrutura sofreu modificações na segunda metade do século XX das quais se salientam: a construção de uma nova fachada principal, de uma torre, de uma nova sacristia e a pavimentação em mosaico (o anterior era composto por granito) (Fontes, 1989: p.9). No seu interior expõe um altar-mor com retalho de talha dourada e conserva alguns ornamentos em granito, nomeadamente degraus de altares, base de púlpito, entre outros.

O circuito desce a rua da Faia, em que é visível um pelourinho (10) em granito, erguido no século XVI, fruto da política régia, que ainda permanece na memória da antiga autonomia local. Erigido sobre uma base a que se acede por três degraus, o fuste é quadrado, de arestas salientes. O capitel é cilíndrico e encimado por uma cornija saliente, composta por um tabuleiro também quadrado, no qual assenta um tronco de pirâmide truncado, com uma representação do escudo real (Idem).

No cruzamento com a rua do Cabo, o circuito prossegue pela calçada de São Domingos e cruza no terreiro de Nossa Senhora do Carmo onde se situava o antigo engenho (11). Esta unidade fabril foi construída em 1866, alojou a única iniciativa empresarial do subsector de lanifícios, cuja tradição se centrou no fabrico manual e panos de lã, documentada no primeiro quartel do século XIX. “O engenho”, como ficaria conhecida a fábrica de João de Freitas Castelo Branco, apesar de já se encontrar dotado de uma roda hidráulica, apenas terá permanecido em atividade um curto período de tempo (Pinheiro, 2008-2009: p. 860). O livro “*Livro dos Varejos e Panos da Vila de Valezim*”, que fornece várias informações sobre a produção de panos nesta estrutura, leva a crer que esta teve somente dois tipos de atividade, a cardação e a fiação. Esta estrutura era movida pela força motriz da água, através de uma roda em madeira, que acionava os mecanismos do interior da fábrica. No entanto, esses vestígios desapareceram com o passar do tempo e, actualmente, funciona como residência particular.

No terreiro é possível observar a fachada principal do “engenho”, que tem um cruzeiro esculpido sob a pedra granítica, situado no canto superior direito, por cima da garagem de um dos residentes particulares. As fontes orais informam que funcionou uma antiga capela privada pertencente à família do Castelo Branco, dedicada à Nossa Senhora do Carmo (Bigotte, 1948: p.425). Ainda neste local existe o fontenário com três grandes bicas talhadas na rocha granítica que pertencia à antiga manufatura.

O circuito desce a calçada de S. Domingos onde passa a ponte em granito, situada no cruzamento entre dois trilhos, aconselhando-se a observação, do lado jusante da ribeira do Domestre, da azenha de eixo horizontal (12). Nesta estrutura ocorreria um movimento vertical da roda motriz em torno de um eixo horizontal, que, através de um sistema de rodas dentadas, acionava uma mó que girava em relação a outra e fazia funcionar o mecanismo. A utilização desta estrutura ocorreria somente no inverno, época de colheita da azeitona, para fabrico do azeite. Na sua obra, Gonçalves (2001: p.163) informa do tempo em que o engenho funcionava em pleno, através da utilização da força motriz da água, e como o poder económico ditava as suas regras em prol dos industriais, a água era canalizada diretamente para a ribeira. Como naquele período não havia barragem nem levadas públicas, a água não era aproveitada para fins agrícolas, sendo esta apenas utilizada para fins industriais. A estrutura encontra-se actualmente em ruína, não sendo possível a visita ao seu interior.

O azeite tem assumido ao longo dos tempos uma importância primordial na vida rural destas povoações de montanha. Este produto não só era utilizado nas refeições, como ainda permitia a iluminação, através das candeias. No presente são poucos os lagares tradicionais que existem na área geográfica que abrange o roteiro.

No cruzamento desses caminhos fica situada uma alminha (13) em granito que num nicho, exibe um painel de azulejos alusivos à subida aos céus de Jesus Cristo e a inscrição “1890”.

Desde esse ponto até à capela existe uma calçada (14) tipo romana/medieval. Tem sido discutida por vários autores se de facto corresponde ao período referido. Salienta Jorge de Alarcão (1993: p.13) que este troço poderá remontar entre dois períodos: medieval ou romano. Pedro Carvalho (2007: p.180) frisa que este traçado poderá corresponder à antiga estrada pré-romana. No entanto, Rita Saraiva (2013: p.75) refere que a falta de marcas dos rolados dos carros e a própria configuração da via são elementos que levam a indicar que o lajeamento do traçado seja de épocas posteriores; pois segundo Fontes (1989: p.10), a execução deste específico troço deve ter sido posterior à época romana, uma vez que defende ter sido “*feita apenas para servir a Capela*”, entre o século XIII ou XIV.

A capela de São Domingos (15), segundo frisa Pinho Leal (1892: p. 157) é uma das mais antigas do concelho e poderá ter origem numa pré-existência do estilo românico ainda não comprovada cientificamente. Construída em cantaria de granito, tem um alpendre cujo telhado assentam em estrutura de madeira, sendo sustentado por quatro colunas, também em granito, que assenta numa base quadrangular. No seu interior o teto é pintado em tons de azul claro, expondo um altar simples talhado em pedra ançã. Tem à direita a imagem de São Francisco e à esquerda a escultura de Santo António, ambas construídas em madeira.

O circuito segue em direção ao próximo monumento, a partir da calçada de S. Domingos e pela rua da Faia.

A igreja da Nossa Senhora do Rosário (16) foi em tempos matriz da freguesia e do próprio concelho. Posteriormente deixou de ter essa função que há já vários anos foi transferida para a atual Igreja do Santíssimo Sacramento. (Idem). Esta estrutura religiosa poderá ter uma pré-existência românica ainda não confirmada.

A fachada principal termina em empena, rematada por uma cruz latina no topo, apresenta dois portais em arco de volta perfeito e uma torre sineira do lado esquerdo. No

portal direito surge a inscrição “1630”, possível data da pressuposta edificação. Na fachada lateral direita apresenta-se um portal de lintel reto onde se pode ler outra inscrição “1888”, possivelmente a indicação da abertura de uma porta ou de uma remodelação importante nesta estrutura. No seu interior possui três naves separadas entre si por duas fiadas de arcos, muito deturpada pela sucessiva alteração do tempo (Bigote, 1948: p.423). A separar a capela-mor da nave da igreja apresenta-se um arco cruzeiro. Os retábulos são em talha dourada e pintada. À direita, o retábulo do altar das almas representa os anjos retirando as almas do purgatório. O púlpito, à semelhança da capela de São Domingos, de secção circular, assente num pilar central, encontra-se junto a uma das colunas da fachada lateral esquerda. Em redor da igreja, encontram-se algumas lápides que pertenceriam ao antigo cemitério.

Antes de prosseguir para a próxima freguesia, sugere-se que se refresque com a água da antiga fonte da cerejeira (17), localizada na berma da estrada, a 120 m do último lugar visitado. Os habitantes de Valezim ainda se recordam, em tempos não muito recuados, de uma antiga passagem/via que ligava a Loriga, a qual se encontra muito adulterada.

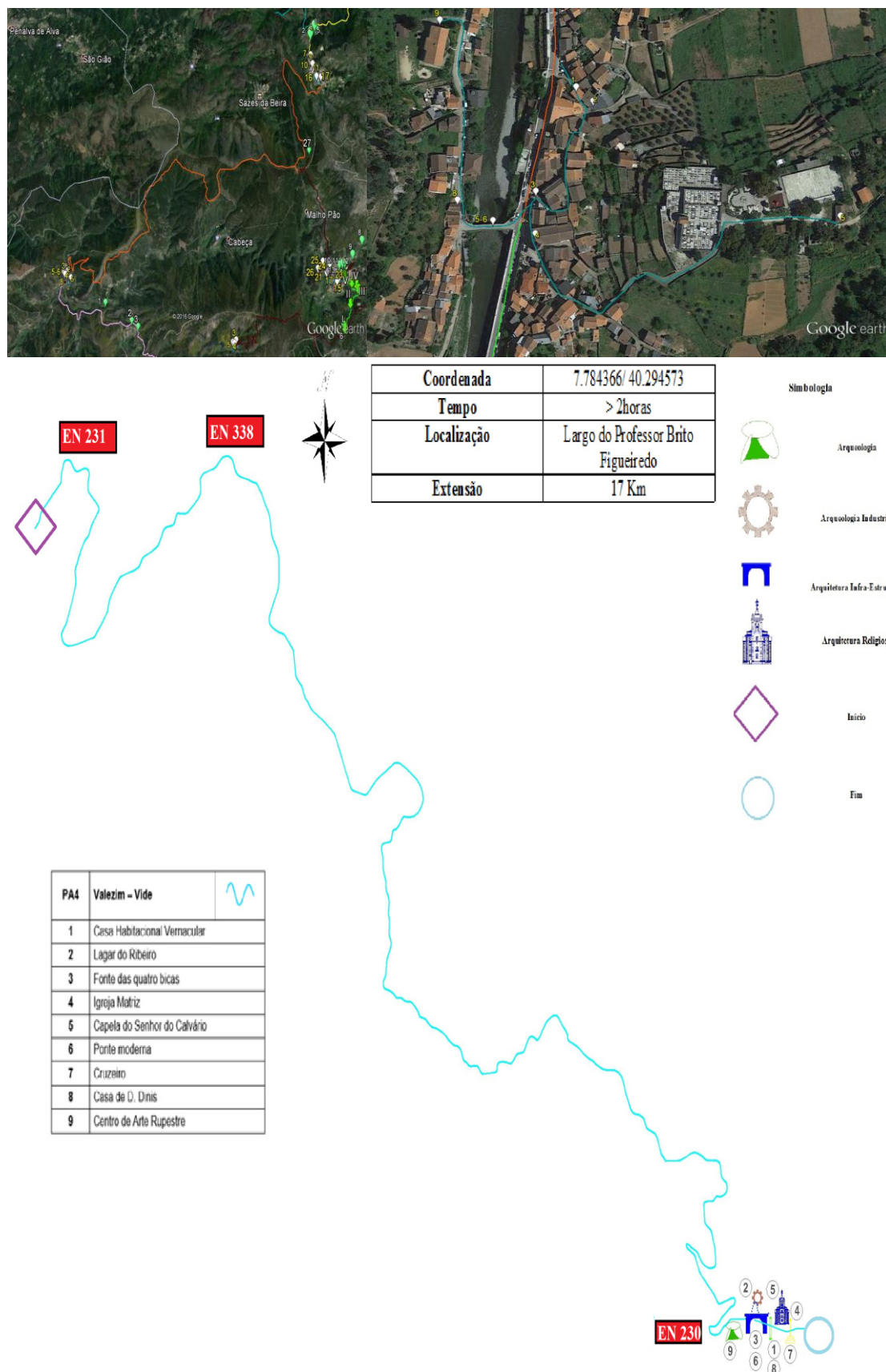


Figura 4 –Mapa do Percurso de Valezim para Vide (Google Earth; Mapa elaborado no Autocad por Sónia Garcia)

3.4 Valezim – Vide

À saída da povoação, na EN 231, transponha a ponte em direção a Vide. Nesta passagem, verifica-se que o carácter montanhoso da região se apresenta cada vez mais definido. Paralelamente à estrada verifica-se o contacto entre uma paisagem dominada pelas rochas graníticas e os xistos, outrora, rodeadas por uma extensa mancha de pinheiros que em resultado dos incêndios das últimas décadas, se apresenta profundamente depauperada, deixando ao relento as formas confusas das rochas, à exceção dos vales por onde correm vários cursos de águas provenientes da serra. As povoações principais alojadas nestas vertentes situam-se entre o vale e a montanha, e segundo Orlando Ribeiro (1944: p. 900) a montanha começa a “*perder o bravio e as margens da ribeira ganham terra que se possa regar e repartir*”. Estas aldeias estão isoladas em cada bacia, separadas da vizinha por cumeeiras que alcançam altitudes de 1.000 m ou superiores.

Na Portela de Arão tome o desvio em direção a Vide, seguindo durante 13 km pela EN 338. Nesta viagem é possível observar o acidentado da paisagem, tendo como pano de fundo a serra do Açor.

Vide a porta sudoeste da Serra da Estrela

Vide está erigida nas margens do rio Alvoco, geomorfologicamente encontra-se alojada num vale encravado entre as serras do Açor e Estrela e é uma das portas de entrada da montanha mais alta de Portugal Continental. Esta localidade é a maior e mais afastada freguesia do concelho, com mais de vinte aldeias construídas em xisto e faz confrontação administrativa com dois distritos Coimbra e Castelo Branco.

O seu povoamento é antigo, tal como o comprovam a presença das gravuras pré-históricas rupestres situadas em vários lugares desta freguesia (Ribeiro, 2014); e a toponímia da circunvizinhança, nomeadamente as aldeias de Gondufo, Abitureira, Baiol, Casal do Rei, Frádigas, Barriosa tal como o próprio nome de Vide (AA.VV. 1945d: 154-156; Bigotte, 1992: p. 690-691).

A origem desta povoação data do final do século XIV e início do século XV como se constata no recenseamento de 1527, reinado de D. João III, o qual informa da existência de fogos com alguns habitantes (VV.AA., 1945d). Perdeu o estatuto de concelho, não sabendo ao certo em que século foi adquirido, em 1855, integrando-se

a Seia.

O crescimento de aldeias como Vide muito deve à sua localização privilegiada, devendo-se essencialmente a dois fatores: um, derivado ao comércio e permutas, realizado por almocreves, que vindos dos lados do Mondego e do Alva, traziam farinhas e outros produtos (Nobre, 2006: p.21); e outro, sobre as confluências de várias rotas terrestres e de transumância, fazendo destes locais passagens obrigatórias e locais para a realização das feiras medievais que persistem até aos nossos dias.

O circuito pedestre na vila inicia-se no largo do Professor Brito Figueiredo e pretende conhecer o interior da povoação.

O trajeto a pé segue pela rua do Lagar, que passa por baixo de um passadiço em madeira, de uma casa habitacional (1). Esta estrutura foi construída em 1732, como consta num dos parapeitos de uma das janelas desta habitação, com materiais locais, nomeadamente o xisto, a madeira e seixos rolados.

No largo do Lagar, passa uma ribeira onde é visível um engenho em ruínas, que os locais denominam moinho da Fajunqueira, e o Lagar do Ribeiro (2), em processo de requalificação patrimonial. Ambas as estruturas foram engenhos hidráulicos que utilizavam a força motriz da água para movimentar rodas de madeira que, por sua vez, acionavam complexos mecanismos transformando a matéria-prima (azeitona e os cereais) num produto secundário (azeite e farinha), alimento fundamental da população.

De seguida o circuito percorre a rua de Cima que irá passar pela fonte das quatro bicas (3). Este fontenário foi erigido por ordem do primeiro presidente da junta, após a instituição da República, e como indica o próprio nome é constituída por quatro bicas, um tanque decagonal e no topo aparece uma estrela dedicada ao rio Alva para “*abençoar o povo de Vide*” (Loução *et. al*, 2013: p.13).

Perto deste local, encontra-se a igreja Matriz (4) dedicada ao culto da Nossa Senhora da Assunção, cuja imagem está no altar. O padre Bigotte (1992: p. 692) informa que esta estrutura foi construída entre o século XVII ou XVIII. Leal (1882: p. 653) refere que esta igreja poderá ter mais de “200 annos”, porque a mais antiga localizava-se onde hoje se situa o cemitério.

O templo expõe empena ondulada na principal fachada, encimada por uma cruz latina no vértice, é decorada por azulejos e apresenta cunhais rematados por fogaréus. Por cima do portal apresenta-se uma janela de lintel em arco abatido, tendo a inscrição

“1895”, e um nicho, em forma de arco de volta perfeita emoldurado, que contém uma escultura dedicada a Santo António. No seu interior, com uma única nave, apresenta um altar-mor, decorado por colunas marmoreadas, elementos fitomórficos e antropomórficos, expõe um retábulo com a imagem de Nossa Senhora da Assunção ao centro, São Sebastião, à direita; e São Francisco de Borja, à esquerda. Os altares colaterais apresentam as imagens do Sagrado Coração de Jesus e de Santo António à esquerda e o Sagrado Coração de Maria e a Santa Luzia à direita. Os tetos, quer da capela-mor, quer da nave, são curvos, em madeira pintada e apresentam ao centro e, lateralmente, várias imagens.

O circuito dirige-se para a capela do Senhor do Calvário através da rua Julião Pereira, continua pela rua do Aziral e contorna a rua com o mesmo nome da capela. Perto desta estrutura religiosa fica situado o cemitério, construído na segunda metade do século XIX, em que as paredes desta estrutura pertenceram, em tempos, a uma antiga ermida medieval, a qual aparece referenciada no arrolamento de 1320-1321, que era “*tão remota que ninguém conhecia tradição da época e de fundadores*” (Idem). Leal refere que esta poderá ter correspondido à primeira igreja matriz desta localidade.

A capela do Senhor do Calvário (5) tem um alpendre sustentado por quatro colunas de granito assentes numa parede também em granito. Junto à entrada, lateral esquerda, encontra-se um púlpito de formato quadrangular no qual se encontra gravada a seguinte inscrição: “R.1916”, provavelmente a data da reconstrução/restauração da capela. O interior apresenta na parede testeira, a cruz de Cristo centrada numa tela pintada a fresco e um sacrário.

O circuito pedestre desce o cerro e ultrapassa a ponte (6), em alvenaria de granito, que está sobre a ribeira de Alvoco [Anexo III- Fig.9]. Esta estrutura é conhecida localmente como “*ponte romana*”, mas não apresenta indícios ou características que possam corroborar esta cronologia. Autores locais defendem que esta ponte poderá remontar entre o período medieval e moderno. Todavia só com investigações mais aprofundadas se poderá definir uma cronologia mais precisa. Junto desta ponte existe um cruzeiro (6) granítico, com base retangular decorado ao centro com uma figura geométrica que parece corresponder a um cálice e uma hóstia.

No início da rua da Estalagem existe uma estrutura habitacional vernacular, construída em xisto e seixo rolado, conhecida pelos videenses por “Casa de D. Dinis” (7). Anteriormente foi um albergue e conta a tradição local que serviu de alojamento ao

monarca D. Dinis. Embora seja difícil comprovar a sua presença neste sítio, somente com estudos aprofundados a partir da documentação com auxílio de possíveis vestígios materiais, se poderá obter dados concretos desta possível passagem. Esta habitação revela o antigo modelo arquitetónico do lar das comunidades rurais que viviam neste ambiente rústico. A povoação de Vide foi local de passagem dos almocreves, pessoas itinerantes que vendiam diversos produtos, tal como o sal, o peixe e a lã, entre outros, nas diversas aldeias e povoações de montanha, e necessitavam de hospedagem para pernoitar. Esta estrutura representa um dos poucos testemunhos da passagem das pessoas que durante séculos se dedicaram a este ofício (Abranches, 2004: p.45).

Prosseguindo na mesma rua dirija-se para a antiga escola primária onde está situado o Centro de Arte Rupestre (8), coordenado pela APIA (Associação Portuguesa de Investigação Arqueológica). Esta visita só é possível através de uma marcação prévia, podendo-se apreciar uma exposição dedicada à apresentação e análise dos vários núcleos de arte rupestre situados nas bacias do rio Alva e Ceira. Nesta exposição são exibidos vários materiais arqueológicos recolhidos em diversas prospeções arqueológicas, tal como cerâmicas e líticos, nomeadamente buréis e pontas de seta. Este centro também oferece, mediante contratualização prévia, visitas guiadas aos diversos núcleos de arte rupestres, situados nesta freguesia, nomeadamente as Ferraduras, Vinha Morta e Entre Águas, que será descrito no próximo trajeto (Ribeiro, 2014: p.271; Ribeiro, Joaquineto e Pereira, 2009: p.1127).

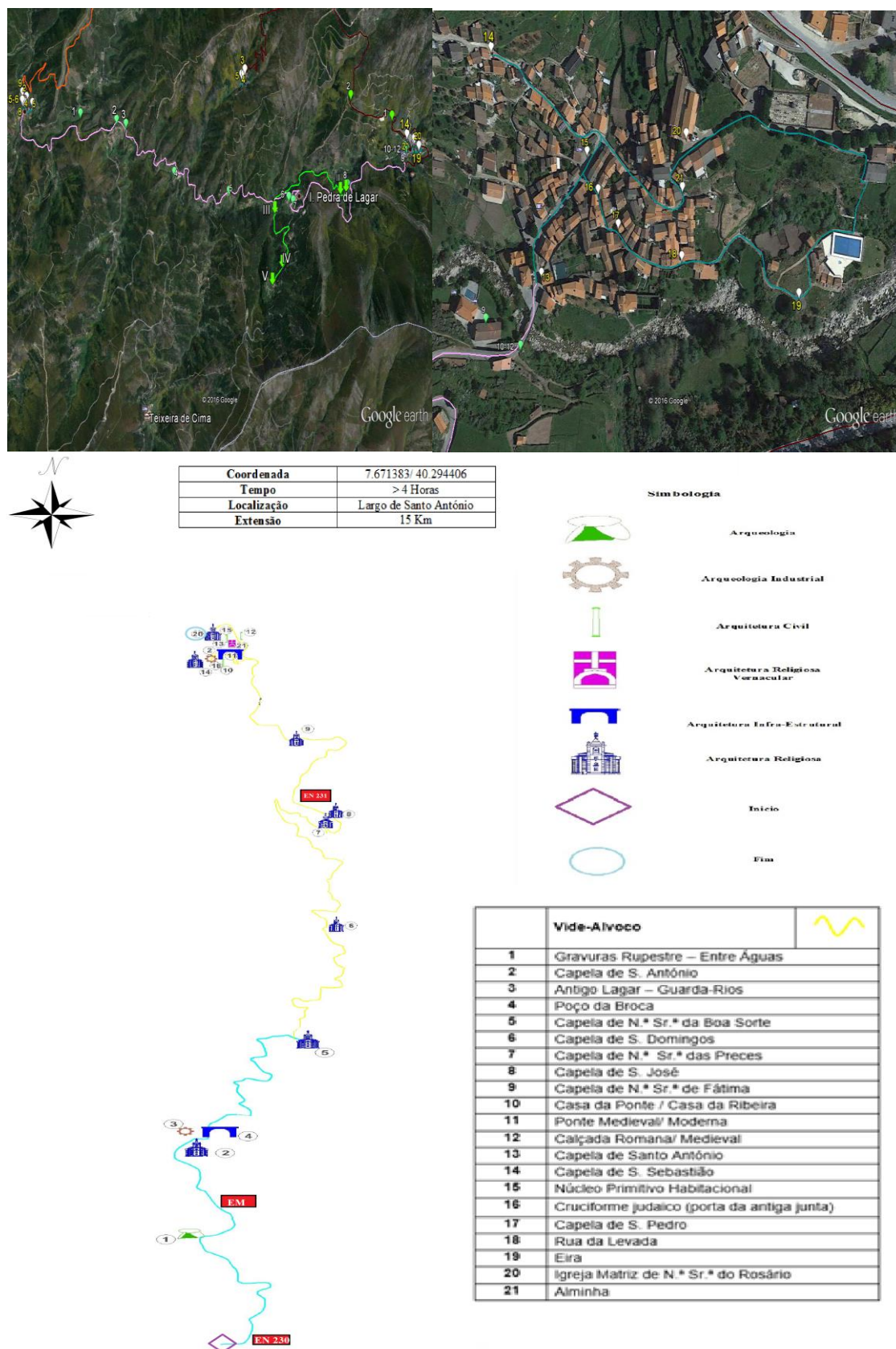


Figura 5 –Mapa do Percurso de Vide para Alvoco da Serra (Google Earth; Mapa elaborado no Autocad por Sónia Garcia)

3.5 Vide – Alvoco da Serra

Saindo de Vide, após passar a ponte nova, o itinerário prossegue pela EN 230 em direção à próxima freguesia. Este percurso é efetuado de forma ascendente ao longo da ribeira de Alvoco. Este curso de água nasce numa depressão de origem glaciária, a uma altitude superior a 1900 m, próximo da Torre. Desde a sua nascente até à Ponte das Três Entradas, onde lança as suas águas no rio Alva, recebe 76 cursos de água (Aparício, 2007: p. 26). Atravessa, numa extensão de poucos quilómetros uma ampla diversidade de paisagens e ambientes naturais. Ao longo de parte do trajeto, destacam-se no leito da ribeira, diversos rebolos em granito, de grandes dimensões, numa área geográfica dominada essencialmente pelo xisto.

Este vale foi povoado desde tempos imemoriais, como é atestado pela toponímia e microtoponímia desta área territorial (Leal, 1873, p:653; Bigotte, 1992: p. 692). Exemplo desta ocupação encontram-se expressos num número significativo de conjunto de gravuras rupestres, situadas, muitas vezes, no contacto entre o xisto e o granito. Esses núcleos são frequentemente o testemunho das tradições milenares que chegaram até aos nossos dias, como é o caso da transumância (Ribeiro, 2014: p.213; Jacinto, 2006: p.84). Estas rotas foram utilizadas por comunidades nómadas que possivelmente praticaram o culto às águas cristalinas, ao sol do solstício e às luzes celestes da noite (Loução *et. al*, 2013: p.77).

Os primeiros indícios do povoamento só começa a ser arqueologicamente detetável a partir da segunda metade do terceiro milénio a. C., que corresponde ao Calcolítico Final (Varela, 1993: p.46), período em que se começa a verificar uma primeira presença de pastores na serra, cuja ação se traduziu na deflorestação parcial dos andares médios e superior (Jassen, 1985, p.68-70). Estas comunidades de pastores transumantes fixaram-se no fundo do vale, protegendo-se dessa forma dos rigores do inverno, em que possivelmente beneficiaram dos recursos naturais desta área geográfica (Ribeiro, 2014: p. 206).

Cavaco e Marques (1966: p. 233) apresentam um mapa que procura refletir a partir dos resultados dos recenseamentos a representação do crescimento das povoações ao longo da ribeira de Alvoco [Anexo III- Fig.10].

As estruturas tradicionais típicas destas povoações são constituídas por piso térreo para lojas e adegas, piso de habitação ou sobrado e telhado de duas águas, e eram

tradicionalmente feitas com a matéria-prima existente na zona – pedra (predominantemente xisto) e barro. Os próprios telhados eram cobertos com lajes, seguras por calhaus rolados, de média dimensão, para não voarem. Casas rebocadas ou cobertas com telha havia, até à década de quarenta, muito poucas em toda a serra. Apenas o tamanho das habitações, o número de lojas e um ou outro pormenor (como cantarias nas janelas ou uma ou mais varandas de madeira) permitiam saber as que pertenciam às famílias com mais posses.

Entre os finais do século XVIII e ao longo do século XIX a introdução do milho nesta região montanhosa foi difundido pelas encostas cortadas por ribeiras, substituindo em grande parte o centeio (Cavaco e Marques, 1966: p. 209).

A paisagem sofreu grandes modificações, pois as necessidades de rega que a nova cultura exigia levaram à construção de socacos, necessários para sustentar a força da água e amparar as courelas. Moura (1997: p. 18) salienta que foi uma *“luta desesperada contra a montanha, na conquista de mais um pedaço de terra”* para estas comunidades que viveram tempos difíceis.

O núcleo de arte rupestre Entre Águas (1) fica situado a 2.5 km, depois da ponte nova de Vide. Junto à estrada encontra-se um pequeno largo onde pode estacionar o carro e a partir desse ponto desça o morro. Este conjunto está situado sobre um precipício, dominado pelo rio Alvoco, sendo por isso necessário ter especial atenção ao risco de queda neste local.

O visitante irá observar uma laje em xisto onde estão representados, sobretudo, círculos e “cavinhas” (fossetes) (Ribeiro, 2014; Jacinto, 2006), obtidos através do método da picotagem. A rocha também apresenta algumas figuras gravadas pela técnica filiforme. Cronologicamente, deverá estar associado a uma primeira fase da arte esquemática correspondendo ao Neolítico e Calcolítico (Ribeiro, 2014: p. 290; Jacinto, 2006: p. 78). Sendo este um possível local de culto, poderia estar associado à devoção da água e da terra (Gomes, Gomes e Santos, 1994: p. 120; Ribeiro, 2014: p. 407).

Daqui o percurso segue em direção à Barriosa [Anexo III- Fig.11]. Segundo a tradição local, a possível origem toponímica poderá estar relacionada com um local propício para a agricultura e povoamento. Aparece pela primeira vez mencionada no termo de Alvoco, na carta de D. João I, dado em S. Romão, a 28 de Julho de 1429 (Aparício, 2007: p.37).

Ao entrar na povoação, visite a capela de Santo António (2). Esta estrutura é recente e data da década de 60. A anterior situava-se no denominado “largo de Santo António” e era construída em xisto e seixo rolado. No seu interior estão expostos vários santos, encontrando-se o padroeiro da povoação, a figura de Santo António.

Siga até ao restaurante “Guarda Rios” (3), onde pode saborear alguns pratos típicos desta região, situado na margem direita da ribeira de Alvoco. Esta estrutura foi um lagar que ficou desativado na década de 90 e abriu na área da restauração em 2005.

Em redor deste local existem diversos engenhos hidráulicos encontrando-se alguns em pleno funcionamento. Este sítio, denominado poço da Broca (4), é ainda caracterizado por ter uma paisagem *sui generis* modificada pela ação humana. Este poço é uma obra de engenharia hidráulica dos séculos XVIII e XIX que teve como finalidade desviar o curso do rio para aproveitamento agrícola (Loução *et. al.*, 2013: p. 79).

De seguida o percurso continua na EM, serpenteando os meandros do monte, a única via que liga as povoações que se instalam ao longo do fundo do vale da ribeira de Alvoco, nomeadamente Frádigas, Aguincho, Vasques Esteves de Baixo e Cima, Outeiro da Vinha e Alvoco da Serra.

Nas Frádigas uma pequena aldeia situada no limite administrativo de três freguesias Vide, Alvoco e Loriga, encontra-se um novo poço da broca. O único património arquitetónico que pode ser visitado é a capela de Nossa Senhora da Boa Sorte (4) que data da década de 40, do século XX.

O trajeto prossegue para o Aguincho. Esta povoação, situada poucas escassas centenas de metros a montante do último dos poços da broca do vale, encontra-se mencionada desde 1747, onde existiria, provavelmente, apenas um casal ou uma quinta isolada intitulada de “*Guincho*” (Cardoso, 1747: p. 412-413). O padre Aparício (2007: p. 662) explica que a sua origem poderá estar relacionada com o nome da ave ou da gritaria por ela provocada. Esta aldeia teve um forte desenvolvimento durante o final do século XIX, pois foi nesse período que os Barões de S. Domingos e de Alvoco decidiram fixar uma casa de campo neste local. Este motivo deverá ter sido um dos principais fatores que contribuíram para a ascensão do lugar a aldeia (Idem: p.663).

Neste local pode ser visitada a capela de S. Domingos (5), dedicada ao culto de Nossa Senhora da Agonia, oferecida pelo Barão de S. Domingos (Bigotte, 1948: p. 374). A primeira capela foi edificada no final do século XIX, tendo dimensões reduzidas o que conduziu à sua ampliação em 1912 (Aparício, 2007: p. 662).

Esta povoação ficou conhecida em 1884 pela comunidade científica, por se ter encontrado “*dentro de uma pua de granito coberta com uma lasca de xisto*” (Abreu, 1905: p. 78; Lacerda, 1908: p. 43) um tesouro monetário, um conjunto entre 800 a 1000 de denários romanos, no local denominado a Barroca do Galego, que mais tarde ficaria a ser conhecido como o Forte das Moedas. Américo Costa refere que foram encontradas mais de duas mil “*do tamanho das moedas de 20 centavos*”; dentro deste conjunto foram encontradas algumas de prata, que aparentavam “*partes de caras de homens ou de mulheres, muito bem cunhadas e muito salientes, com diferentes dísticos*” (Costa, 1940a: p. 226). Vários numismas foram oferecidos pelo ilustre abade de Miragaia Dr. Ferreira dos Santos ao museu numismático da CMP (Câmara Municipal do Porto), sendo que uma delas está exposta nesse espaço. O exemplar mais recente data de 42 a.C. (Barbosa, 1998: p. 62; Hipólito, 1960-1961: p. 59-60). A cronologia poderá remontar para às guerras entre César e Pompeu (Barbosa, 1998: p. 113). Todavia a falta de dados não permitem assegurar que este depósito tenha sido anterior ao período das guerras civis romanas durante o período republicano (Amela Valverde, 2010: p. 31). Jorge de Alarcão (1993: p. 12) aponta para a existência de um possível castro ou povoado proto-histórico ainda não localizado.

O percurso prossegue para montante, através da EM cruzando a ribeira de Alvoco uma ponte de construção moderna. Neste local, segundo fontes orais existiu um conjunto histórico de interesse, nomeadamente um antigo lagar de azeite, dois moinhos e uma ponte construída em cantaria de granito antiga, que foi devastado pelas fortes cheias da ribeira, no início do século XX. Relativamente à última estrutura realça o padre António Costa (1747: p. 379) a existência de “*huma ponte de cantaria (...) no casal do Guincho*”.

Daqui o percurso segue em direção à povoação de Vasco Esteves de Baixo.

A origem deste termo poderá estar relacionada com o nome do indivíduo “Vasco Esteves” que fundou esta aldeia. Todavia não existem ainda confirmações, apenas suposições de quem poderia ter sido este indivíduo (Aparício, 2007: p.682; Bigotte, 1992: p. 444-445). Em 1758, o Padre Cardoso no seu Dicionário Geográfico chamava-lhe “*Vasques Esteves d’Aquém*”; mais tarde é referida como Vasco Esteves de Cá, sendo a fixação do topónimo de Baixo, relativamente mais recente (Aparício, 2007: p.682).

Nesta localidade salienta-se a capela da Nossa Senhora das Preces (6). Esta estrutura encontra-se mencionada no Livro de Visitações da Igreja de Alvoco da Serra, no ano de

1649, onde se informa que terá demorado cerca de nove anos a ser erigida. No seu interior tem um altar antigo onde está exposta a imagem da Nossa Senhora das Precês. Dessa data até a atualidade, a capela sofreu diversas alterações, nomeadamente a construção da torre sineira e a reconstrução da cúpula (Idem).

Para além desta estrutura existe uma segunda capela (7), construída em 1965, dedicada ao Santo José, criada pelas expensas da população da localidade.

O roteiro prossegue, novamente pela EN 231, em direção ao Outeiro da Vinha. O Padre Aparício (2007: p. 690) refere, baseando-se na tradição local, a possível hipótese de esta aldeia ter nascido na última metade do século XVII ou nos primórdios do século XVIII, com a fixação de alguns casais, a poente da atual povoação. Nesta localidade pode visitar a capela de Nossa Senhora de Fátima (8), construída em 1931 (Idem: p. 693).

Perto deste local, propõe-se a realização da derivação do percurso pedestre de pequena rota da Ribeira de Alvoco, que tem início no lugar da Barroca escura e segue em direção a Vasco Esteves de Cima. A descrição desse trajeto, em pormenor, pode ser encontrada no capítulo 6.2.

De seguida o itinerário prossegue para Alvoco da Serra.

Resenha Histórica de Alvoco da Serra

Alvoco da Serra está situada num vale amplo, entre Loriga e Unhais da Serra, numa encosta a encosta a Sul e sobranceira à ribeira, a uma altitude de 700 m. Dista da Torre, em linha reta, cerca de 4.5 km, sendo assim a povoação mais próxima do ponto mais elevado de Portugal Continental.

A origem toponímica desta localidade poderá estar relacionada com dois sentidos: a partir do nome da ribeira de Alvoco, um dos principais afluentes do rio Alva (Batista, 1993: p.28-32) e do hidrónimo alvoco possivelmente conetado com a divindade indígena pré-romana *Alboco*, referida numa ara encontrada em Valongo (Martins, 1971: p. 143-144).

Mais tarde, o termo foi mencionado por vários autores, entre o século XVIII e o século XX, aparecendo em diversas enciclopédias a referência desta localidade como sendo “Alvo da Serra” (Cardoso, 1747: p. 412-413; Leal, 1873: p. 184; Costa, 1940a: p. 225-226). Padre Aparício (2007: p. 38) refere que este termo evoca as dificuldades

climáticas que se faziam sentir naqueles tempos difíceis, sobretudo quando se atravessava a “Avoaça, o Alto de Cabrum ou o Alto da Portela”. Sendo assim explica que Alvoco poderá ter sido “*um porto de abrigo no coração da Serra (...)*” que as “*caravanas almejavam alcançar*”. Reforçando a afirmação do Padre Aparício, a toponímia desta localidade poderá estar correlacionada com a passagem dos pastores transumantes de Unhais da Serra que paravam por estas bandas para se abastecerem, antes de partirem para os pastos do alto da serra.

A primeira referência desta povoação aparece mencionada pela primeira vez no catálogo de todas as igrejas e comendas datado de 1320-1321, publicado no reinado de D. Dinis. Séculos mais tarde, D. Manuel I concede-lhe foral em 1514, designando-o “*Alvoco da Serra da Estrela*”, certamente para o distinguir de outros “*Alvocos*”.

Desde a criação até a sua extinção em 1836, o concelho de Alvoco compreendia a freguesia da Teixeira, os lugares do Baiol e Barriosa pertencentes actualmente à freguesia de Vide, e o Fontão e a Tojosa do termo de Loriga (Idem: p.31).

No decorrer do século XIX e até meados do século passado, Alvoco aproveitou as excelentes condições geográficas para implantar um dos primeiros centros de lanifícios desta região. Todavia a deficiência de matéria-prima e o isolamento geográfico foram que levaram ao encerramento nesta localidade das indústrias têxteis (Cavaco e Marques, 1966: p. 195).

Antes de entrar na vila encontra-se um conjunto patrimonial arquitetónico e arqueológico de importância histórica.

Na margem esquerda da ribeira, depara-se com um estabelecimento de turismo rural que aproveitou as estruturas da primeira fábrica de lanifícios, a denominada “*Fundeira*”. Esta estrutura foi criada pela iniciativa de João José de Brito e chegou a laborar cerca de 225 toneladas de lã por ano e com um quadro de pessoal que, para além do diretor e do mestre, era composto por 34 pessoas, tendo no seu início alcançando um efetivo de 62 operários (Bigotte, 1992:p. 443). A atividade desta unidade não incluía ultimação, sendo as saragoças, os brioches, os panos mesclados, as borlinas e os surrobecos aí produzidos enviados para outras unidades, localizadas na cidade da Covilhã onde eram submetidos aos processos de acabamento. Descreve Américo Costa (1940c: p. 225-226) que as mercadorias eram “*acarretado às costas de homens e mulheres, por veredas, intransitáveis e de difícil acesso*” pois não havia “*estrada que a sirva*”. Esta fábrica

esteve em funcionamento durante cerca de cem anos, com diversas firmas com períodos estáveis e instáveis de produtividade, tendo encerrado em 1962. Após esse período a estrutura esteve abandonada e passado alguns anos foi convertida num espaço de turismo rural. A casa da Ponte e a Casa da Ribeira (9) preservam alguns traços da antiga fábrica.

Junto deste local, sobre a ribeira de Alvoco, encontra-se uma ponte (10), em alvenaria de granito, com arco de volta perfeita, que faz a ligação à vila. Esta estrutura é reconhecida localmente como sendo de origem romana. Do lado oposto da ponte encontra-se uma calçada romana/medieval (11), com alguns troços ainda preservados, que fazia a ligação para Unhais da Serra a partir do Alto da Avoaça. O padre Aparício (2007: p. 42) refere que ainda subsistem “*sulcos escavados no granito*”, abertos pelos veículos comerciais e militares, ou pelos carros de bois ao serviço das propriedades. Apesar da calçada e da ponte serem intituladas localmente como “romanas”, não existem outros elementos que confirmem esta cronologia. Estas estruturas foram sendo alteradas com o tempo, o que dificulta a realização de uma análise macroscópica para uma avaliação cronológica. Ainda neste local encontra-se uma alminha (12) com cruz trilobada datada do ano 1864.

O circuito pedestre começa no largo de Santo António, já dentro da localidade, onde poderá visitar a capela de Santo António (13). Esta é um monumento de estilo barroco, com a cantaria de granito nas janelas, portas, rosácea e frontaria. No seu interior tem um altar, com um sacrário e um retábulo que enquadram a imagem do titular e dois nichos, com as imagens do Sagrado Coração de Maria e de S. Joaquim. A imagem do patrono da capela foi esculpida em pedra Ançã, da Escola de Coimbra.

Embora não haja dados concretos sobre o seu traçado primitivo, consta que a sua origem poderia ser do estilo românico. O Padre Aparício (2007: p. 3372-374) refere que esta ermida era pequena, tendo à frente um grande alpendre, característica do estilo românico. A sua remodelação, como se pode verificar numa das cantarias da rosácea, do lado de dentro da capela, data de 1781. O mestre-de-obras que reformulou esta capela foi o mesmo senhor que dirigiu as obras da Senhora do Desterro, em São Romão, de conceção, linhas arquitetónicas e materiais semelhantes à capela de Santo António.

Atualmente, a capela acolhe um acervo museológico de arte sacra, inaugurado em 2004, podendo ser visitada mediante marcação prévia.

De seguida o circuito atravessa a Avenida Armindo Mateus que entrecruza com a rua das Lajes para chegar à capela de São Sebastião. Antes de chegar à capela existiu, neste local, a antiga ponte Beirô, demolida em 1953. Aquando da desconstrução, a estrutura do “*arco arrancava de uma rocha com dois ou três metros de altura*”. O Padre Aparício (2007: p.43) indica que a construção tinha “*um carácter de grandeza e, sobretudo, de perenidade*”. Este autor supõe que esta estrutura pode remontar ao período romano, todavia os seus vestígios foram perdidos e “*ninguém se lembrou de fazer memória do passado*” (Idem: p. 44).

A rua das Lajes e a rua da Senhora da Guia são vias que acompanhavam o denominado caminho romano. Porém, na reconstrução recente da calçada foi utilizada pedra nova, sendo visíveis blocos graníticos com marcas de extração mecânica. Tal como acontece com a anterior via e ponte romana, o facto de não apresentar marcas de rodado ou desgaste superficial, causado pelo contínuo uso do caminho ao longo dos tempos, não permite conhecer com segurança a natureza da calçada original e muito menos a sua cronologia (Oliveira, 2011: p.10).

A capela de S. Sebastião (14), situada no termo da aldeia, à beira do caminho, assume um carácter de proteção divina para quem parte, quer em viagem quer nas rotinas quotidianas. A calçada junto à ermida é um excelente indicador desta tipologia construtiva e por ela temos a noção do que eram as vias de comunicação, até ao início do século XX (Aparício, 2007: p. 44).

A capela aparece pela primeira vez documentada, a partir do século XVII, no Livro das Visitações de 1632, referindo-se que a estrutura necessitava de ser restaurada para se “*colocar o retábulo que está a pintar*”. Este singelo monumento de cariz popular é uma construção tosca e mal delineada. O padre Aparício (2007: p. 376) supõe que esta construção deve datar do século XIV, justificando que este foi um período onde se implementou a devoção ao santo soldado romano e da tríplice invocação a S. Sebastião, para que guardasse os povos dos terríveis flagelos, de que era protetor.

O percurso retoma a via na avenida Armindo Mateus e depois entrecruza com a rua das Almas, entra na rua da Praça e percorre a rua de São Pedro. Neste trajeto é observável o núcleo populacional (15) mais antigo conservado nos dias de hoje, onde construções com três pisos coexistem com pequenas habitações singelas em que o desnível permite ter o piso superior ao nível da rua e o piso inferior ao nível de outro arruamento situado em cota inferior. Os materiais empregues com maior expressão são

as rochas granitóides, quer nos blocos das casas, quer nos muros e calçadas, estando o xisto representado sobretudo nos telhados das casas mais antigas (Idem: p. 250).

Neste circuito destaca-se, à entrada da rua das Almas, o antigo edifício da câmara, que funcionou quando a povoação foi sede de concelho entre 1514 a 1836, por cima da porta foi gravada uma cruz associada a uma estrela de seis pontas e dentro dela a data “1702”. Do lado esquerdo foi inscrito “Costa” (16). Esta peculiar marca é um cruciforme que está relacionado com a presença judaica nesta área territorial (Balestero Carmen *et. al.*, 2007: p. 16).

As figuras cruciformes são anteriores ao Cristianismo como refere René Gueónon “*la cruz es un símbolo que se reencuentra casi po todas partes, y eso desde las épocas más remotas*” pois tendo símbolo, sobretudo a cruz latina, foi sendo associado ao Cristianismo (1931: p.4).

Carmen Balestero refere que esta tipologia de marca encontra-se gravada nas ombreiras, soleiras, lintéis de portas ou fachadas de edifícios, sobretudo nas traças arquitetónicas datáveis dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, situados nas antigas judiarias medievais (Balestero Carmen *et. al.*, 2007: p. 17).

Esta autora interpreta este fenómeno de duas possíveis formas. A primeira poderá estar relacionada com antigos moradores, em período pós-expulsão dos judeus e mouros de Portugal, de forma a mostrarem a sua adesão à fé maioritária e única permitida em virtude do seu judaísmo escondido. A segunda pode ser consequência do livre exercício da sua vontade, respondendo a uma adesão nova, ou velha, ao credo cristão, numa manifestação piedosa de fé em épocas de efervescência religiosa (Idem).

Alberto Martinho e José Domingos identificaram, nesta localidade 27 marcas judaicas, datadas do final do século XVII e inícios do século XVIII, num total de 577 cruciformes sinalizados em todo o concelho de Seia. Estas marcas poderão ser atribuídas à presença dos Cristãos Novos. Carmen Balestero (2007: p.19) indica que após o Édito de 1496 existiu um estabelecimento preferencial fora das antigas judiarias daqueles que, sendo cristãos novos ou tendo alguma relação familiar com cristãos novos, procuraram estabelecer-se em zonas insuspeitas e afirmar-se como convictos membros de um grupo religioso dominante. Reforçando esta afirmação, Alberto Martinho e José Domingos salientam que os judeus deslocaram-se para a “*encruzilhada entre a serra e o vale*” de forma a viver em paz onde coabitavam pacificamente. As marcas cruciformes para além de apresentarem no lintel das portas, são mencionadas

nessas inscrições alguns nomes dos indivíduos, a data e ao respetivo ofício daqueles que viveram nessas habitações. Esta comunidade era essencialmente composta por tecelões, cardadores, tintureiros, tingidores, ferreiros, albardeiros, correeiros, tratantes, tamanqueiros, latoeiros e alfaiates, que aproveitaram as potencialidades naturais de Alvoco da Serra, em particular a abundância de água para geração de força motriz contribuindo para o primeiro surto de indústrias nesta localidade.

O circuito atravessa a rua da Praça e depois a rua de São Pedro. Nesta via, localiza-se a capela de São Pedro (17), cuja origem poderá remontar aos finais do século XII ou princípios do século XIII (Aparício, 2007: p. 367). Segundo a tradição oral, confirmada por documentos escritos, a primitiva matriz seria esta ermida, tendo o núcleo primitivo desta povoação se desenvolvido à volta deste templo, como era tradição medieval. As esculturas de Nossa Senhora do Rosário, Santa Catarina, S. Pedro e o sacrário em pedra Ançã, da escola de Coimbra são da década de 1440 (Moura, 2001: p.27). Neste momento, estas esculturas estão expostas no referido museu de arte sacra.

A atual ermida poderia ter uma pré-existência de estilo românico. A primitiva traça desta estrutura foi sendo adulterada e modificada pelas vicissitudes do tempo e dos critérios simplistas dos intervenientes, que ao longo dos anos exerceram sobre ela a sua ação (Aparício, 2007: p.368).

Atualmente, no seu interior, expõe-se o retábulo do altar da ermida, pintado sobre madeira, que representa S. Pedro do lado esquerdo, S. Paulo do lado direito, e, em cima, Nossa Senhora da Pureza ou Nossa Senhora da Rosa. Esta obra data do primeiro quartel do século XVII. Trata-se de um retábulo-edícula, com um só andar e com três fiadas de pinturas separadas por colunas compósitas, decorado com motivos vegetalistas (Idem: p.370).

O circuito continua até à rua da Levada (18). A toponímia desta via confirma as estruturas de cariz popular que existem neste local, nomeadamente moinhos, o antigo forno comunitário e a levada de água.

O roteiro prossegue até à eira (19). A entrada encontra-se registada num bloco granítico, datada de 1793, o que comprova o crescimento demográfico verificado durante o período do século XVIII e consequente utilização desta estrutura pela população naquele período. Em tempos, a eira serviu para malhar o centeio, dando resposta às necessidades alimentares da população daquela época (Cavaco e Marques, 1966: p. 207).

O espaço é constituído por pequenos palheiros e celeiros construídos em pedra granítica, que oferecem uma dupla função: local de trabalho para a seca e debulha de cereais e leguminosas e, ao mesmo tempo, local de convívio e festa.

O circuito toma a direção da rua do Engenho da Serra e depois desce pela rua Benemérito até se alcançar a Igreja Matriz (20).

Segundo a tradição oral, estava implantado, no lugar onde foi construída a atual igreja paroquial, a capela do Espírito Santo. Desconhece-se a data da fundação bem como qualquer documento sobre a sua origem e características. O único vestígio que existe nesta capela é a escultura do Espírito Santo que, atualmente, se encontra no Museu de Arte Sacra de Alvoco. (Aparício, 2007: p. 364).

A igreja matriz foi construída em 1724, em estilo barroco, sendo Nossa Senhora do Rosário o orago da paróquia. Passado dois anos, o Padre Luís Cardoso (1747: p. 412-413) refere que a Igreja tinha 3 altares “*o mayor onde está o santíssimo e dous collateraes, hum da Senhora do Rosário e outro de Santa Catarina*”. Porém, os documentos históricos são contraditórios, pois, após o terramoto de 1755, o Padre-cura Manuel de Brito afirma que o “*templo não tem Capela Mor e tem quatro altares colaterais*”, salientando que “*os santos que estão na Igreja é a Senhora do Rosário e o Espírito Santo*” (Aparício, 2007: 368). O Padre Aparício, a partir da observação da estrutura e com a confrontação das descrições, supõe que houve quatro altares, mas construídos em épocas diferentes.

A fachada principal apresenta, por cima do portal de lintel reto, no remate da moldura, a inscrição “1724”. Nesta fachada, apresenta uma torre sineira cujos cunhais foram rematados por pináculos.

No seu interior, o espaço litúrgico divide-se em três partes: corpo da igreja de uma só nave, Coro alto e Capela-Mor. No alçado lateral direito existe um confessionário, com portal em madeira, uma janela, encimada por um ornamento decorativo em madeira com fundo branco e motivos em dourado, e dois retábulos laterais com fundo branco e ornamentados com motivos em dourado. O primeiro está colocado numa reentrância da parede e abriga as esculturas de Cristo na Cruz, ladeado por duas esculturas de Santas. Entre este retábulo e o que lhe sucede está a imagem de Santa Eufémia. O segundo retábulo tem a escultura de Nossa Senhora de Fátima e é ornamentado igualmente em dourado, com motivos antropomórficos e fitomórficos. O alçado lateral esquerdo da Igreja tem um confessionário, um púlpito e dois retábulos. O púlpito, de bacia e mísula

de granito e caixa retangular, em tons de bege e decorada com ornamentos em dourado. Os retábulos laterais deste alçado albergam as esculturas do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora do Rosário. Entre os dois retábulos está a escultura de Santa Teresinha. Estes retábulos, tal como os anteriores, têm fundo branco e são decorados com elementos fitomórficos e antropomórficos em dourado. Na capela-mor encontra-se um retábulo central com a representação do Santíssimo Sacramento, com trono eucarístico e o sacrário executado em talha dourada.

O circuito prossegue pela rua das Almas até ao ponto de partida. Nesta via, segundo as fontes orais e como a própria toponímia indica, uma alminha foi inserida na parede de um muro, sendo ainda visíveis as marcas dessa estrutura.

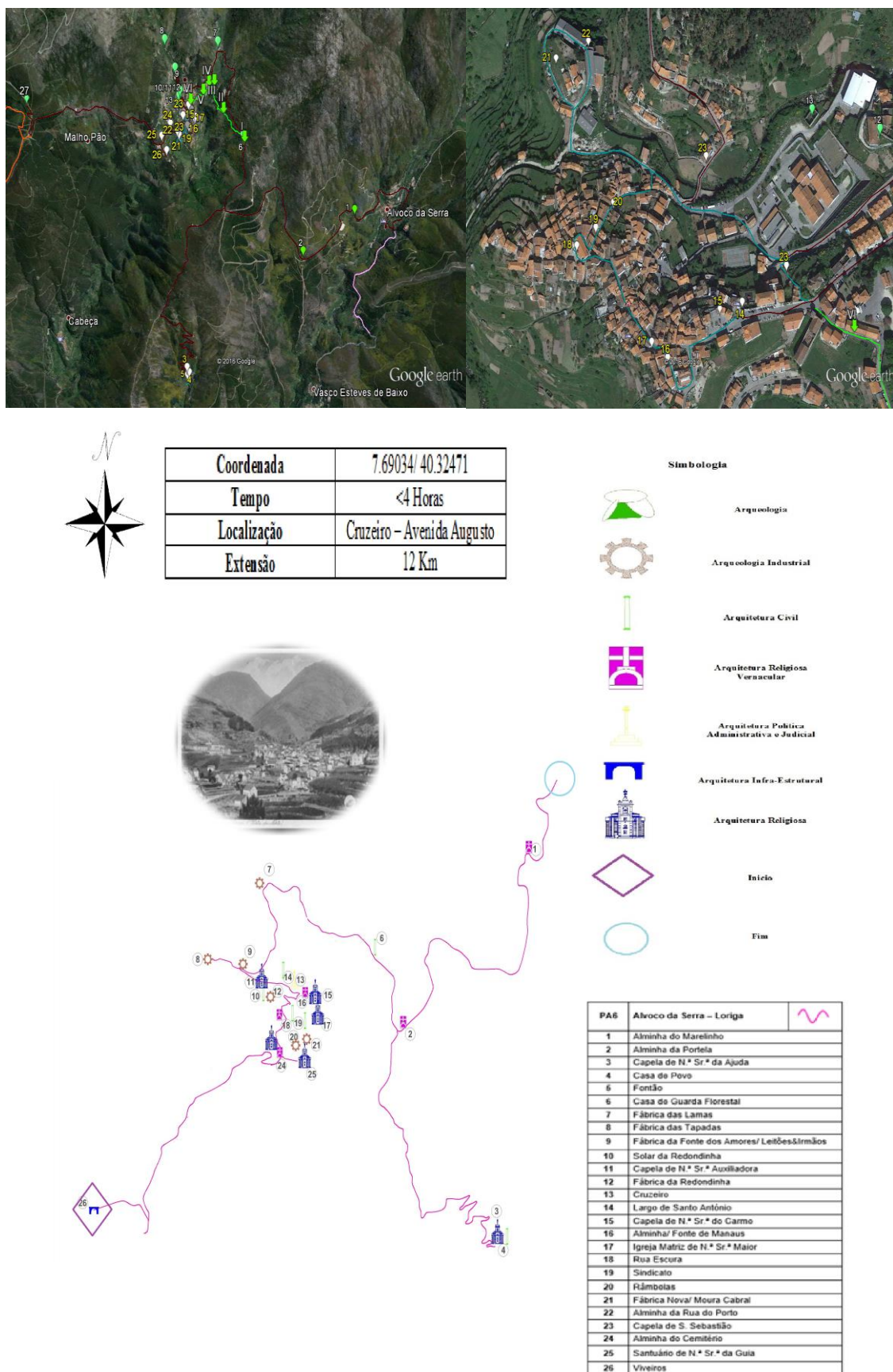


Figura 6 –Mapa do Percurso de Alvoco da Serra para Loriga (Google Earth; Mapa elaborado no Autocad por Sónia Garcia)

3.6 Alvoco da Serra - Loriga

A partir de Alvoco da Serra, o percurso retoma novamente a EN 231, em direção a Loriga. Durante a viagem é possível observar duas alminhas, com cruz trilobada, datadas de 1860, à berma da estrada, em pontos distintos: uma na *Eira do Marelinho* e a outra na *Portela* (1 e 2). A presença das alminhas nestes locais significa a presença de uma via antiga que ligava à próxima localidade (Aparício, 2007: p. 226).

Alcançando a Portela da Selada, limite administrativo das freguesias de Loriga e Alvoco da Serra, entra-se numa área em tempos acerrimamente disputada por estas comunidades vizinhas pelos ricos pastos para o gado caprino e ovino, por ser um local mais soalheiro, onde a torga cresce mais viçosa (Loução *et. Al.*, 2013, p: 94; Aparício, 2007: p.222).

Neste ponto, sugere-se a visita da aldeia do Fontão que fica a apenas 2 km de distância, a qual reúne um conjunto patrimonial arquitetónico residencial vernacular e uma capela.

Antes de chegar ao ponto destinado, propõe-se a observação panorâmica da paisagem de Loriga [Anexo III- Fig.12]. Neste cenário, sobressaem o casario da vila, as vertentes abruptas do flanco sul da serra, uma vasta área de socacos agrícolas e ainda inúmeros vestígios da ação dos gelos no último período de glaciação.

A presença dos vestígios glaciários, as marcas da relação do homem com a Natureza, o ritmo das paisagens que nunca se repetem, faz de Loriga um local único, essencial e completo para quem quer conhecer a Serra da Estrela. Aqui, o Homem soube entender a Mãe Natureza e conviver com ela ao longo do tempo, adaptando a paisagem à sua forma de vida. Entre os “*dois formidáveis baluartes da serra*” (Ribeiro, 1944: p.899) a Penha do Gato (1768 m) e a Penha dos Abutres (1819 m), está situada a “garganta de Loriga”, típico vale glaciário, com sucessão de covões em escadaria, onde, no último máximo glaciário, a língua de gelo teria alcançado cerca de 6.7 km de extensão, descendo até aos 800 m, a montante da vila de Loriga (Tavares *et. al.*, 2012: p. 43). É abraçada por dois cursos de água, nomeadamente a ribeira da Nave ou das “Courelas”, e a ribeira de São Bento, que descem as encostas, circundam a vila e juntam as águas a jusante, no extremo da povoação dando lugar à ribeira de Loriga, um dos maiores afluentes do rio Alva.

A abundância de água permitiu, noutros tempos, alimentar os pastos para o gado caprino e essencialmente ovino; movimentar as grandes rodas, numa primeira fase de madeira e depois em ferro, das fábricas de lanifícios; as mós dos moinhos hidráulicos para moagem do milho; e irrigar os vastos campos agrícolas desta localidade.

A introdução do milho, entre o final do século XVIII e durante o XIX, levou os camponeses de Loriga a procurarem água a todo o custo e a concretizar uma engenhosa organização dos regadios, obrigando à intensificação da construção dos socalcos. Representou um esforço monumental de humanização da paisagem, traduzido em profundos arroteamentos e movimentação de terras (Cavaco e Marques, 1966: p. 209).

Estes socalcos são estreitos patamares de terra arável, localmente denominados de “*courelas*”, escalonados ao longo da vertente, assentes em muros de suporte (“combaros”), feitos de pedra solta e protegidos das águas de escorrência das vertentes por meio de diques, também de pedra solta. Estas plataformas mais ou menos planas, de solo profundo e fértil, construídos nas vertentes das montanhas, sobrepostas umas às outras em escadaria, permitiram aumentar a superfície agrícola, contrariar os acentuados declives e desenvolver uma agricultura de subsistência de extrema importância para a comunidade. As encostas cobriram-se de socalcos, a maior parte terras de milho de regadio desde o século XIX e durante o século XX, o que permitiu produzir e obter alimento para as pessoas e para o gado. Destacam-se, em termos de importância, as malhadas do Tapado, da Redondinha, do Regato, da Canada, do Avenal e da Regada (Cavaco e Marques, 1966: p. 207; Lourenço, 2006).

A aldeia do Fontão fica situada num pequeno vale abrigado e soalheiro, com declives pouco acentuados que a maior parte das povoações anteriores. A origem toponímica desta povoação estará relacionada com a topografia local devido à abundância do recurso hídrico. A primeira referência documental da localidade remonta a 1758, na qual o Vigário João Roiz Ribeiro menciona a existência do “*Casal do Fontão*” (Melo, 2003: p. 64). Esta aldeia pertencia à paróquia de Loriga, que integrava o termo de Alvoco da Serra, fonte quase garantida de conflitos entre duas comunidades com alguma rivalidade. O Fontão é hoje uma aldeia abandonada, reflexo da desertificação verificada no interior do país, com a saída da sua população para outras localidades.

Chegando ao Fontão, sugere-se um pequeno passeio para visitar as estruturas arquitetónicas vernaculares. O circuito pedestre começa no local denominado “*Capelinhas*”. Neste local, está situada a capela de Nossa Senhora da Ajuda (3). O culto

foi implementado pelo Padre Prata, em 1944, onde foi erigida uma ermida simples com torre sineira (Bigotte, 1948: p. 379). No seu interior é visível um altar em madeira em que estão expostos vários santos, destacando-se a figura central de Nossa Senhora da Ajuda.

A maioria das habitações são construídas em xisto, argamassa (barro) e madeira de pinho, sendo formadas por piso térreo, para o armazenamento das provisões alimentares e adegas; piso de habitação com pequenas divisões para quartos, sala e cozinha, possuindo, por vezes, sótão. O telhado das casas mais antigas é de duas águas, revestido por grandes lajes de xisto, seguradas por calhaus rolados.

A atual Casa do Povo (4) é um sítio de encontro da comunidade que fica situado na rua das Capelinhas. Esta estrutura foi, noutros tempos, referenciada no inquérito de 1758 como sendo uma capela dedicada ao culto de Santo António (Melo, 2003: p. 64). Um documento datado de 1912 refere o *“arrolamento e inventário de bens que se destinavam ao culto da religião”*, e nele é referido que esta estrutura tinha um altar com a imagem do Santo em madeira, um crucifixo, dois castiçais de madeira, um paramento de damasco branco e um missal (Pina e Gomes, 2014: p.166). Segundo informações locais, terá sido na década de 40 que se deu o desmantelamento da capela e os santos foram transportados para a vila de Loriga.

De seguida, o circuito percorre uma calçada, com empedrado em seixo do rio, onde se encontra uma fonte, conhecida pelo nome *“Fontão”* (5). Um manancial de água de características singelas que verte um grande caudal. Fontes orais referem que foi neste local que terá surgido a localidade. Deste ponto regressa-se à entrada da aldeia e retoma-se estrada nacional em direção a Loriga.

Loriga a vila que conta a história da terra

A vila de Loriga, fundada no alto de uma colina entre ribeiras onde hoje se situa o centro histórico, foi povoada desde muito cedo. Para tal deve ter contribuído: o seu posicionamento geográfico, que permitia uma fácil defesa; a relativa abundância de água; e os terrenos férteis que proporcionariam excelentes condições para a prática agrícola e pecuária.

Segundo os autores locais, a possível origem do nome da freguesia parece radicar no termo *“Lorica”*, que significa uma armadura de lâminas de aço coberta com

escamas de ferro ou couraça em couro, frequentemente utilizada pelos guerreiros (VV.AA., 1945b: p. 467). A topografia local forma em si um bastião natural que permitia à população, que habitava esta área, defender-se, sem a necessidade de construir muralhas. Em 1758, o vigário João Ribeiro faz menção aos “*sete cabeços*” que formaram a defesa natural de Loriga e que constituiriam os principais obstáculos para qualquer invasor (Melo, 2003: p. 63).

Esta presença humana deixou os seus primeiros vestígios no sítio denominado castelo/castelejo, onde, ainda por volta de 1759, o Padre Cardoso informa ser ainda visível a “*existência de vestígios dos alicerces dos muros*” (Cardoso, 1747: p. 412). Segundo fontes orais, os habitantes da localidade da Cabeça ainda se recordam de ter havido no mesmo lugar, mas com outro nome, “*O Castelo da Cerca*”, vestígios de fiadas de pedras em granito e xisto, emparelhadas umas sobre as outras que circundavam o topo do morro. Porém, estes vestígios desapareceram, presumivelmente, devido a uma possível florestação do lugar durante a segunda metade do século XX. Outro indício dessa presença, é o local denominado “*Chão do Soito*”, que pode ter sido o lugar onde se teria dado o início do pré-povoamento de Loriga por terem sido encontrados vestígios de um povoado primitivo (Pina e Gomes, 2014: p. 11). Perto deste local encontra-se uma sepultura escavada na rocha que reforça a possível existência desse povoado, durante a Alta Idade Média (Ribeiro e Silva, 1997: p. 129).

A localidade de Loriga aparece mencionada em vários registos históricos como um lugar, termo e identidade territoriais próprias, surgindo a sua alusão, nas inquirições de D. Afonso III (1248-1279), como sendo um senhorio doado a João Rhanha; e em vários documentos históricos sobre confirmação de privilégios. Em 1514, o rei D. Manuel atribuiu um foral que elevava esta localidade a concelho, o qual foi extinto em 1855 (Brito e Brito, 2013: p.8).

Na segunda metade do século XIX, surgiram as primeiras estruturas fabris, financiadas a partir dos capitais oriundos do Brasil dos emigrantes da colónia de Manaus (Cavaco e Marques, 1966: p. 185). Aproveitando a força motriz das quedas da água abundantes nesta vertente da serra, instalou-se nesta vila um importante número de indústrias têxteis que muito contribuiu para o desenvolvimento da freguesia. Outro fator que concorreu para o seu progresso foi a facilidade de obtenção de matéria-prima, nomeadamente a lã, uma vez que Loriga localizava-se numa das

principais rotas de transumância da Serra da Estrela (Cavaco e Marques, 1966: p. 187)

Em 1872, o jornal “*Conimbricense*”, publicado em Coimbra, redigiu um artigo sobre as fábricas de lanifícios desta vila, afirmando que em Loriga existiam quatro fábricas, três a funcionar e outra começada, as quais se deviam unicamente aos esforços particulares. À medida que iam procedendo à mecanização das fábricas, os industriais loriguenses recorriam ao centro industrial da Covilhã, de modo a contratarem operários especializados (Cavaco e Marques, 1966: p. 188; Pina e Gomes, 2014: p. 77). Em 1881, o referido Inquérito Industrial refere já a laboração de sete indústrias (Bigotte, 1992: p. 485).

Resumidamente, a vila de Loriga assumiu-se, em tempos recentes, como a mais industrializada de todo o concelho de Seia, destacando-se tanto a nível nacional como internacional. Marcou a sua presença na história, contribuindo de forma espontânea para o progresso não só da própria terra como das localidades vizinhas.

Antes de chegar ao centro da vila, onde se irá efetuar um circuito pedestre, sugere-se a paragem em quatro pontos distintos, para que o turista possa conhecer mais em pormenor a povoação.

A primeira paragem situa-se na margem direita da Estrada EN 231, 1 km depois da Portela da Selada, na antiga casa do Guarda Florestal (6). Estas estruturas, construídas na época do Estado Novo, encontram-se disseminadas em todo o território serrano, sobretudo nas áreas que foram alvo da política da reflorestação dos baldios serranos, e tinham como objetivo, salvaguardar, vigiar e prevenir eventuais focos de incêndio nos inúmeros perímetros florestais criados (Estevão, 1983: p. 1202). Todavia, o reflexo do presente é a imagem do abandono deste tipo de estruturas. A partir deste local, propõe-se a realização do percurso pedestre 6.3, de forma descendente, em direção ao centro da vila.

A segunda paragem será efetuada na Praia Fluvial de Loriga, uma das finalistas do Concurso Sete Maravilhas – Praias de Portugal, na Categoria de Rios. Neste local, para além de se poder apreciar as águas cristalinas da ribeira e os vestígios dos glaciares, na margem esquerda da ribeira encontra-se um conjunto de estruturas vernaculares e de arqueologia industrial, nomeadamente várias palheiras para o gado, construídas em

pedra granítica, um moinho hidráulico e uma fábrica de lanifícios que foi transformada numa metalúrgica.

A fábrica das Lamas (7) foi criada, em 1932, por José Lages e passado pouco tempo mudou de denominação para Lages Santos & C.^a, pertencendo à firma Lages Santos & Sucessores, Lda, cujas atividades se resumiam à cardação, fiação e ultimação (Pina e Marques, 2014: p. 79; Pinheiro, 2008-2009: p. 850). Esta é a única estrutura fabril que fica situada na Ribeira da Nave ou das “Courelas”. É formada por duas estruturas construídas em alvenaria de pedra rebocada e ocupava uma área de 1.140 m². Produzia por mês cerca de 2.000 kg de fio N.º 50 e consumia por ano 38.000 kg de lã e outras fibras. Fabricava fazendas para moscos de sobretudos para homem e mulher (Pina e Marques, 2014: p.79).

Atualmente, a atividade de lanifícios está desativada, tendo sido adaptada, em 1930, para a indústria metalúrgica. Constitui uma das principais firmas desta vila e uma das maiores do Concelho de Seia e Distrito da Guarda (Pina e Marques, 2014: p. 85).

O roteiro continua na EN 231, em direção à terceira paragem, numa via estreita, junto ao posto de turismo. Desse ponto vire na rua das Tapadas e siga até à fábrica das Tapadas (8). Antes de aceder a este local é necessário ir com velocidade reduzida, uma vez que a via é estreita e inclinada [Anexo III- Fig.13].

Esta unidade fabril fica situada na margem esquerda da ribeira de S. Bento e foi uma das primeiras fábricas de fiação a ser construída em Loriga (1872), registando o seu maior período de atividade a partir de 1918. A principal atividade desta estrutura foi a tecelagem, sendo complementada com outros ofícios (Pinheiro, 2008-2009: p.843). Atualmente, funciona como estrutura de habitação, sendo observável na zona em ruína a construção tradicional primitiva, com pedras de alvenaria em granito, marcadas pela disposição regular dos vãos que comportariam caixilharia de guilhotina, em madeira (Pina e Gomes, 2014: p. 80). No tardo do edifício encontra-se uma levada para condução da água à roda hidráulica, colocada no alçado norte do mesmo, de que ainda permanecem vestígios do assentamento.

Na envolvente desta fiação é possível observar a paisagem modificada pelo homem, composta por socalcos, para aproveitamento agrícola e pastagem para o gado. Também é visível, neste local, uma das várias canadas, caminhos públicos de passagem do gado caprino e ovino, situadas nesta freguesia e que se dirigiam para os cimos da montanha;

na área dianteira da antiga estrutura fabril é possível ainda encontrar a estrutura de um moinho desativado.

Daqui, o itinerário prossegue em direção à última paragem, antes de se alcançar o núcleo da povoação, a fábrica da Fonte dos Amores ou dos Leitões & Irmãos (9), localizada a cerca de 1 km de distância [Anexo III- Fig.14]. Infelizmente, esta e outras estruturas fabris não são visitáveis por se encontrarem em estado de ruína e degradação avançadas. Todavia, é importante realçar, neste roteiro, a sua importância no desenvolvimento do tecido económico e social da vila de Loriga e seus arredores.

A firma foi fundada em 1856 por Abílio Luís Freire e outros empresários. Tinha por atividade vigente a fiação e cardação de lã, saragoças e palmilhas, e possuía uma roda hidráulica de madeira com uma força de 16 cavalos. Em 1899, transitou para a firma Leitão & Irmãos e Companhia. Depois de várias obras, esta estrutura adquiriu outras secções, nomeadamente lavagem, tecelagem, tinturaria e ultimação. A unidade laborava todo ano, à exceção do Verão, quando apenas era realizado o horário noturno, para aproveitamento da energia hidráulica. Em 1929, recebeu a medalha de prata na II Exposição das Beiras, tendo alcançado o mesmo galardão na Grande Exposição Industrial Portuguesa em Lisboa, em 1932. Após várias mudanças de firmas, a última declarou falência, em 1969. Várias fábricas de malhas laboraram nas instalações deste complexo, a partir da década de 70 do séc. XX, nomeadamente a “*Lorimalhas*”, constituída em 1971, a “*Empresa de Malhas Reunidas de Loriga, L.da*” e a “*Empresa de Malhas Têxtil - Loriseia, L.da*,” cuja laboração, iniciada em 1992, se estendeu até 2003 (Pinheiro, 2008-2009: p. 844).

De seguida, o trajeto passa pela avenida Augusto Luís Mendes, nome de um dos mais ilustres empresários loriguenses, que exerceu atividade durante o início do século XX. Depois, continua pela avenida Padre António Prata. Neste trecho, situam-se quatro emblemáticos edifícios, nomeadamente o Solar da Redondinha, a Capela da Nossa Senhora Auxiliadora e as Fábricas de Lanifícios da Redondinha e Regato.

O Solar da Redondinha (10) foi construído em 1907 e apresenta dois corpos: a fachada principal da antiga habitação, e o outro, ligeiramente mais baixo, corresponde à capela de Nossa Senhora Auxiliadora. Atualmente, é a sede da Sociedade Recreativa e Musical Loriguense. Esta residência foi outrora habitada pelo ilustre empresário Augusto Luís Mendes. Esta personalidade não só impulsionou a ligação das indústrias de Loriga à eletricidade mas também foi um dos principais lutadores pelo

estabelecimento da ligação da estrada de São Romão a Loriga, inaugurada apenas em 1930 (Pina e Gomes, 2014: p.94; Veiga e Gomes: p.99).

Dentro desta estrutura enquadra-se a capela da Nossa Senhora Auxiliadora (11). Esta capela destinava-se ao culto religioso particular. No seu interior, apresenta um retábulo de talha dourada, semelhante ao estilo da igreja matriz, onde figuram diversas imagens de santos, destacando-se a Nossa Senhora Auxiliadora como figura central.

Próximo deste local localiza-se a denominada fábrica da Redondinha (12), que está, atualmente, parcialmente em ruína, sobretudo os edifícios mais antigos. Em 1880, esta unidade fabril ainda não dispunha de secção de ultimação, mas a sua aquisição encontrava-se já prevista [Anexo III- Fig.15]. A sociedade “Augusto Luiz Mendes & Sócios” que, à data, ocupava esta fábrica, apenas existia ao nível do regime de propriedade das instalações, uma vez que a laboração era realizada individualmente, nos mesmos espaços e com os mesmos equipamentos, por cada sócio, em semanas alternadas. Em 1938, teve lugar uma intervenção que visava o aumento do edifício onde se alojavam os equipamentos em laboração das secções de cardação e fiação. Entre as matérias-primas consumidas, destacam-se a lã preta ou branca cruzada corrente, a lã branca tipo merino Alentejo e a lã branca tipo merino Borda d’Água, Castelo Branco e Rosmaninhal. Em meados da década de 50, do séc. XX, deflagrou um incêndio no complexo que terá destruído parte das instalações, desconhecendo-se contudo a extensão dos danos provocados. No início da década de 90 do séc. XX, as instalações passaram a ser exploradas pela firma “*JAMOBRIIL – Empresa de Malhas Pinto & Lages, L.da*”, que se manteria em laboração até 2005 (Pinheiro, 2008-2009: p. 448).

Deste local é visível a fábrica do Regato (13) [Anexo III- Fig.16], cuja designação surgiu pelo facto desta se encontrar numa propriedade com o mesmo nome. Este engenho é também conhecido como a fábrica de baixo e foi edificado em 1880, tendo por atividades, inicialmente, a cardação, fiação e tecelagem. Posteriormente, em 1937, construiu-se a fábrica de cima e um anexo que permitiu aumentar a produção. Com esta nova incorporação, adquiriram-se duas novas secções, a da ultimação e a tinturaria. Neste sentido, os dois espaços ocupavam uma área total que se estima em “*1180m, sem contar com o anexo chamado escaldadoiro*” (Lages, 1951: p.50), que se localizava onde hoje se situa o Banco Caixa Agrícola.

O edifício contém uma construção tradicional de dois pisos e encontra-se atualmente em avançado estado de degradação, com paredes em alvenaria em pedra. A

roda hidráulica desta unidade encontrava-se instalada na fachada norte do imóvel, e dela já não subsistem quaisquer vestígios.

Daqui, o circuito prossegue até ao fim da Avenida Augusto Mendes, onde se poderá realizar um circuito pedonal de pequena distância. Este trecho é denominado popularmente de “Carreira”, pois era neste sítio que passavam os autocarros de transporte de passageiros, tendo sido remodelado há quatro décadas. No local encontra-se um cruzeiro (14) com a inscrição “1820”, data que representa o ideário da revolução liberal (Brito e Brito, 2013: p.8).

O circuito prossegue pelo largo do Santo António [Anexo III- Fig.17], designação devida à localização de uma antiga capela, e antes denominado de “Carvalha”. As referências documentais do século XVIII referem a existência desta ermida no “*cimo da vila*” (Melo, 2003: p.64). Em 1880, esta capela passou a substituir a igreja matriz em todos os cultos religiosos por esta ter ruído na sequência de um sismo. A primitiva capela tinha alpendre e um campanário, dos quais já não existiam vestígios, à data da sua demolição, ocorrida na década de 1970, aquando da modernização daquele local e da “Carreira” [Anexo III- Fig.18]. Era uma construção em cantaria de granito, estrutura de planta retangular com frontispício triangular na fachada principal e rebocada a branco. No interior possuía pavimento em granito, assente sobre um púlpito e um altar em madeira. Segundo informações dos pastores locais [Anexo III- Fig.19], em particular dos mais antigos, esta capela era dedicada ao culto do seu ofício e remontava a tempos imemoriais. Segundo a tradição, as paredes desta ermida eram outrora caiadas pelos pastores com o leite de ovinos e caprinos em sinal de gratidão pela bênção do santo.

O itinerário prossegue pela rua Gago Coutinho, uma das artérias principais da vila, seguindo depois pelo largo da Lição até encontrar a Capela de Nossa Senhora do Carmo (15), onde existiu uma capela dedicada ao culto de S. Gens, segundo o vigário João Ribeiro (Melo, 2003: p.64). As fontes orais, sobretudo as mais antigas, informam ter existido uma capela que foi demolida no início do século XX. O Padre Quelhas Bigotte refere que esta ermida poderia ter uma pré-existência românica (1948: p. 378). Todavia, desconhece-se a data da fundação, a sua origem e características.

A atual capela apresenta na fachada principal um portal em madeira, moldurado a granito em o arco de volta perfeita, com a inscrição do ano de 1900. O interior da capela apresenta um altar em madeira ornamentado, com inspiração no estilo gótico. A imagem

que se encontra ao centro do retábulo é de Nossa Senhora do Carmo e de São Gens, patrono deste bairro. Serviu de balneário na epidemia do tifo exantemático que grassou em Loriga, em 1928 (Idem).

O circuito segue para uma calçada e, nesse local, encontram-se uma das três fontes denominadas de “Manaos”, situadas em pontos equidistantes entre si. Numa placa de mármore nelas afixada lê-se “*colónia loriguense de Manaus 1905-1907*”. Foram outrora os emigrantes que residiam no Brasil, na cidade de Manaus, que a expensas suas mandaram erigir as três fontes em homenagem à sua terra natal. Do lado direito da fonte, cravada na parede, encontra-se uma alminha (15) decorada com dois pináculos e uma cruz latina decalcada sobre a pedra granítica.

O itinerário continua pela rua Sacadura Cabral, onde se localizava o antigo pelourinho. Segundo o Padre Quelhas Bigotte (1986: p. 437-438) este pelourinho erguia-se em frente à casa da Câmara e Cadeia e era constituído por “*uma argola movediça de ferro forjado, tendo por base três degraus e era encimado por pedra quadrangular, ostentando as armas da vila*”. Todavia, esta estrutura foi destruída, deixando de fazer parte do património desta localidade. No lugar, atualmente, encontra-se uma réplica do que poderia ter sido o original (Pina e Gomes, 2014: p. 233-234).

Prosseguindo pela mesma rua, irá aceder ao largo da Igreja Matriz onde se localiza a segunda “Fonte de Manaos”.

A Igreja Matriz (16) está situada, possivelmente, no núcleo mais antigo da povoação, sendo o seu orago Santa Maria Maior. Não existem, até ao momento, informações da construção desta estrutura religiosa, contudo aparece referenciada no “*Catálogo de todas as Igrejas e Comendas e Mosteiros existentes em 1320 e 1321, como pertencentes ao arcediogo de Seia*”, publicado no reinado de D. Dinis (Cardoso, 1747: p. 412-413). Na fachada principal aparece um lintel com decoração fitomórfica, com a possível gravação da construção da matriz “1233”. A primitiva igreja poderia ter uma pré-existência românica, no entanto sofreu diversas remodelações e modificações no decorrer do tempo.

Esta estrutura de planta retangular é construída em cantaria de granito, apresenta, na fachada principal, uma porta com lintel reto. Por cima da entrada, existe uma reentrância na parede que alberga a imagem de Nossa Senhora de Fátima, assente numa mísula.

O seu interior tem uma única nave, com teto e um coro de madeira. A capela-mor está precedida de um arco de volta inteira com frisos e cornijas de granito. Possui tribuna e retábulo de talha dourada, ladeado por dois retábulos também em talha dourada. O principal alberga a escultura de Jesus Cristo na Cruz, ao centro. As colunas dos retábulos apresentam motivos fitomórficos de estilo neoclássico. Neste altar existe também o sacrário, ao centro, todo em dourado e bastante ornamentado. No alçado lateral direito existe um altar com as imagens do Sagrado Coração de Maria, ao centro, e São Pedro à esquerda. O altar é em talha dourada, e tem ornamentos com motivos fitomórficos de estilo neoclássico, tal como acontece nas colunas. Na zona inferior do altar encontra-se o corpo de Maria para adoração. Ainda neste alçado existe uma pequena capela com um retábulo em madeira escura, bastante trabalhado e que alberga ao centro Nossa Senhora de Fátima, ladeada por Santo António à esquerda. No alçado lateral esquerdo encontram-se as seguintes imagens no altar: ao centro, Sagrado Coração de Jesus, à esquerda está uma imagem de Santa Filomena, e à direita um santo que não foi possível identificar. Este altar é igualmente em talha dourada e tem ornamentos com motivos fitomórficos de estilo neoclássico, tal como acontece nas colunas. Na zona inferior do altar encontra-se o corpo de Cristo para adoração. Ainda neste alçado encontra-se um outro altar que tem ao centro Jesus Cristo na Cruz, ladeado por duas imagens, S. João e Maria Madalena. Na zona posterior do alçado esquerdo encontra-se a Capela Batismal edificada em granito tal como a pia batismal.

Na parte posterior da igreja existe uma anexação de uma capela dedicada a Santo Cristo. De pequena dimensão, tem a porta principal para uma das ruas da vila e uma outra de acesso à igreja, junto do altar-mor. No seu interior encontra-se a imagem de Jesus com a cruz nos ombros.

Da igreja, o circuito prossegue pela Rua Sociedade Recreativa Loriguense, mais conhecida como “Rua Escura” (17). Esta via preserva ainda um dos poucos trechos construídos em seixo rolado em que assentavam a maioria das ruas desta localidade. Neste trecho encontram-se várias estruturas, com aparelhamento em xisto e blocos de granito pouco afeiçoados, que aproveitaram o subsolo deste local, grandes blocos graníticos. São habitações de três pisos com alpendre em madeira, com telhado de xisto, sendo estas as mais antigas habitações da vila.

O itinerário passa pelo edifício do antigo sindicato. Em 1936 foi construída esta estrutura pela iniciativa de Abílio Melo e Manuel Lucas com o objetivo de criar

medidas e condições para a vida operária, como, por exemplo, estabelecimento de escalão de ordenados e um horário de trabalho (Cavaco e Marques, 1966: p. 195). Atualmente, esta estrutura encontra-se em plena degradação.

O circuito prossegue pela rua do Vinhô, descendo uma escadaria até ao final da rua da Fandega. É possível observar que, à medida que se vai descendo pela vila, a construção das habitações vai adquirindo diferentes tipos de paramento, nomeadamente o xisto, granito e seixo do rio. Neste local, denominado “tapado”, destaca-se o património construído, associado à indústria têxtil e aos lanifícios. Aqui, situam-se as antigas rãmbolas (19) onde, de modo natural, e apenas com o calor do sol, os cortes de tecido eram secos, após a sua passagem pelos pisões. No fundo, situa-se a fábrica da Fandega, não se aconselhando a visita uma vez que se encontra em ruína.

Esta fábrica foi fundada, em 1862, por José Marques Guimarães, passando, em 1920, a integrar a Sociedade Carlos Nunes Cabral & Companhia e, mais tarde, ainda passa a ser propriedade da firma Moura Cabral & Companhia. Destinava-se, igualmente, à tecelagem, cardação, lavagem, fiação e ultimação, sendo composta por cinco edifícios de paredes em alvenaria de pedra de granito rebocadas, fenestração regular ou ritmada. Um dos edifícios era constituído por cinco pisos, sendo considerado o mais importante de todos. Cada piso tinha a sua função: no pavimento térreo procedia-se à ultimação dos tecidos; o segundo piso alojava os maquinismos de cardação e fiação; no terceiro, além da área administrativa, laboravam urdideiras; os dois pisos superiores destinavam-se a espaços de armazenamento. Para imprimir movimento aos maquinismos no interior da construção, esta encontrava-se dotada de duas rodas hidráulicas [Anexo III- Fig.21]. Esta estrutura encerrou em 1949, devido à impossibilidade de boas vias de acesso (Pinheiro, 2008-2009: p. 852; Pina e Gomes, 2014: p. 80).

O percurso entra no túnel da fábrica do Moura Cabral, passagem pública que acompanha a levada até à ponte do Moura Cabral. É um autêntico túnel do tempo, que traz à memória o labor dos operários que contribuíram para o desenvolvimento da vila.

Os primeiros imóveis da Fábrica Nova ou Moura Cabral (22) (um edifício de produção e outro destinado à instalação de uma roda hidráulica) terão sido construídos nos primeiros anos do século XX, com o intuito de alojar a atividade industrial dos sócios Augusto Mendes Lages e José Gouveia Júnior. Tendo principiado a sua atividade na Fábrica da Fândega, a firma “Moura, Cabral & C.^ª” cedo terá procedido à

transferência dos maquinismos e da produção para estas instalações. Adquirida em 1920, a unidade foi ampliada, no final da década seguinte (1939), com a construção de um novo edifício. A utilização do epíteto de Fábrica Nova, que se viria a generalizar, é uma clara referência de contraposição ao espaço fabril primitivamente ocupado por esta firma (cf. José Marques Guimarães (Fábrica da Fândega)). Após diversos períodos de laboração intensa, alternados com períodos de crise e baixa produção, esta firma encerrou definitivamente em 2005 (Idem) [Anexo III- Fig.21].

O circuito prossegue novamente pela Rua da Fândega, segue em direção à Rua do Regato que entrecruza a Avenida Padre Prata e depois sobe pela calçada denominada localmente por “Quebra-Costas” (22) até ao ponto inicial. Este trecho foi outrora a antiga via onde passavam os carros de bois, carregados com a matéria-prima que era fornecida às fábricas anteriormente citadas.

A partir deste ponto, o itinerário passa a ser efetuado através de viatura em direção a Seia. O roteiro percorre a Avenida Augusto Luís Mendes, vira à esquerda e desce na Avenida Padre Prata, entrecruza com a Rua do Regato e depois continua na Rua do Porto. Junto deste local, sobre a ribeira de São Bento, encontra-se uma ponte de arco de volta perfeita, datada do século XIX, que faz a ligação à margem direita. Encontra-se à saída da ponte uma alminha (23), incrustada numa parede de um muro, com cruz latina, uma rosácea e um nicho em bronze. Prosseguindo nesta via, encontra-se a capela de S. Sebastião (24). Desconhece-se a data da construção desta capela, apesar de ser mencionada em 1747, como estando situada a “*duzentos passos distantes da povoação no caminho para Valezim*” (Cardoso, 1747: p.412). Segundo essa descrição, nessa época, a ermida ficava longe da povoação. A primitiva capela, de pequena dimensão, situava-se defronte do primitivo caminho. Segundo as fontes orais, a calçada era formada por blocos de granito e seguia em direção à Senhora da Guia. Entretanto, com a reformulação da estrada, modificou-se também a capela.

O roteiro chega ao fim da Rua do Porto, onde se localiza o cemitério e uma alminha (25) com cruz tribulada, com nicho em bronze. Propõe-se o percurso pedestre 6.4 que segue em direção ao sítio denominado Malhapão.

O último ponto a ser visitado por este itinerário é o Santuário da Nossa Senhora da Guia (26). A veneração à Santa surgiu em meados do século XIX pelos “*cartagenos*”, nome dado aos negociantes de lã, que iam de terra em terra, sobretudo no Norte, vender peças tecidas manualmente. Esse grupo de indivíduos verificou, no Distrito do Porto,

em Vila do Conde, uma ermida em honra à Nossa Senhora da Guia, padroeira dos pescadores. Naquela época, houve uma grande vaga de emigração de pessoas loriguenses para o Brasil e, para louvar os emigrantes na sua partida, construiu-se no monte “*Gerudo*”, em 1884, uma pequena capela em xisto em honra de Nossa Senhora da Guia, padroeira dos Emigrantes, com as portas viradas para Loriga. Em 1905, os emigrantes de Loriga ofereceram não só uma estrela de prata como também mandaram erguer um coreto (Pina e Gomes, 2014: p. 182).

Todavia, esta ermida, como estava exposta às intempéries, rapidamente se deteriorou, tendo, em 1917-18, sido demolida e construída no mesmo local uma nova capela que ficou concluída em 1921 (Idem). No seu interior apresenta um altar com a imagem da Nossa Senhora da Guia, em mármore, com motivos alegóricos relacionados ao culto da Santa, e toda a fachada da capela é feita com o mesmo tipo de pedra. Estas últimas obras foram oferecidas pelos emigrantes do Brasil na década de 50 (Idem).

Saindo da vila de Loriga, retoma-se novamente a EN 231 em direção a Seia. Padre Cardoso, em 1747, refere pela primeira vez este acesso, descrevendo-o como sendo “*áspero e difficulto, por etar muito metido na Serra da Eftrela*” (1747: p. 412). Antes da construção da estrada, as mercadorias eram descarregadas em São Romão, e dali seguiam por caminhos existentes na altura, com o transporte a ser efetuado por carros de bois. A primeira reivindicação para a construção de uma estrada de ligação entre São Romão e as Pedras Lavradas foi redigida em carta dirigida ao governo da época, em 1887, defendendo os interesses das populações da área abrangida por este troço (Aparício, 2007: p.250). Todavia, este assunto não foi levado em consideração pelo poder central e concelhio. Lamenta Eduardo Coelho que estas povoações “*vivem aqui na Serra, isolados de todo o movimento, sem que um caminho, uma estrada, ao menos de terceira ordem que as ligue entre si*”, porém, o governo central “*nada fez ainda (...) neste caso é absoluta inacção*”, onde conclui que “*estes povos vivem ali abandonados das solitudes do poder central*”. Após diversas exigências, por parte das juntas de freguesia de Loriga e Alvoco da Serra, alcançou-se, em 1913, a ligação ao interior da Serra da Estrela (Garcia, 2012: p. 6).

Alcançando a portela de Arão, antes de chegar a Seia, recomenda-se a visita aos Viveiros Florestais. Jorge de Alarcão identificou entre as localidades de Alvoco da Serra e Loriga topónimos como Portela do Arão, Portela e Cabeço da Portela. O autor alude que indicam um percurso medieval, talvez herdeiro de outro muito mais antigo

(Alarcão, 1993: p.12). Este lugar foi primeiramente chamado Portela de Lorica, começando mais tarde a ser referido como Portela de Aran, depois de Aarão, e finalmente do Arão (Brito e Brito, 2013: p.7).

Os viveiros (27) situam-se numa via em terra batida a cerca de 500 m da estrada N338. São uma estrutura disposta em três patamares principais, tendo cada um deles um tanque de média dimensão; na parede do tanque principal pode ler-se a seguinte informação: “*Serviços Florestais 1964-1965*” pertenciam à “*Administração Florestal de Gouveia*”. Edificados durante o Estado Novo, foram criados com a finalidade de produzir árvores (pinheiros) e arbustos para reflorestação dos perímetros florestais da serra. Este sítio foi escolhido para plantar estas espécies, pois aqui o clima era semelhante às condições que as mesmas teriam de suportar após a sua replantação. Para o apoio a estes trabalhos e para proteção e prevenção das áreas florestais criadas, foram construídas, nesse período, inúmeras casas do Guarda-florestal, encontrando-se estas disseminadas de forma mais ou menos regular por este território (Estevão, 1983: p. 1202).

Após esta visita o percurso prossegue para Seia pela EN 231.

4 Roteiro - Percurso Pedestre

Os percursos pedestres que se propõem neste capítulo procuram apresentar algumas das paisagens e dos sítios históricos mais relevantes da área abrangida por este roteiro de uma forma mais aprofundada.

Os quatro itinerários selecionados têm uma extensão reduzida ou média, classificando-se como percursos de Pequena Rota, e desenvolvem-se a altitudes compreendidas entre os 700 m e os 1000 m. Os trilhos têm início em locais de fácil acesso, nomeadamente no centro de alguma povoação ou na sua periferia, estabelecendo-se apenas trajetos lineares, e apresentam um grau de dificuldade baixo ou moderado.

Acresce-se, ainda, que a quase totalidade dos percursos se desenvolve por veredas e estradões florestais em terra batida. Sempre que possível, a realização destes percursos é facilitada pela existência de sinalização específica e deverá apoiar-se na cartografia e descrições que se incluem nesta monografia. Assim, os percursos descritos nos capítulos 6.1 e 6.2 estão sinalizados, coincidindo com percursos de Pequena Rota da rede de percursos pedestres Caminhos de Montanha com o percurso de Grande Rota das Aldeias Históricas. Os restantes itinerários descritos nos capítulos 6.3 e 6.4 são propostas elaboradas pelo autor.

Realça-se que o clima da Serra da Estrela é instável, em particular no Outono e Inverno. Nessas épocas, o nevoeiro e a queda de chuva podem constituir sérios riscos para a segurança individual do caminheiro, sendo aconselhável, para desfrutar em segurança e conforto da serra, a obtenção antecipada de informações sobre o estado do tempo e uma planificação ajustada do equipamento, sobretudo do vestuário. No verão, recomenda-se a utilização do chapéu, protetor solar e o transporte de líquidos.

Recomenda-se também o não abandono dos trilhos sinalizados ou dos não sinalizados, não fazer lixo e respeitar as infraestruturas, quer públicas quer privadas (Tavares *et. al.*, 2013: p.62.).

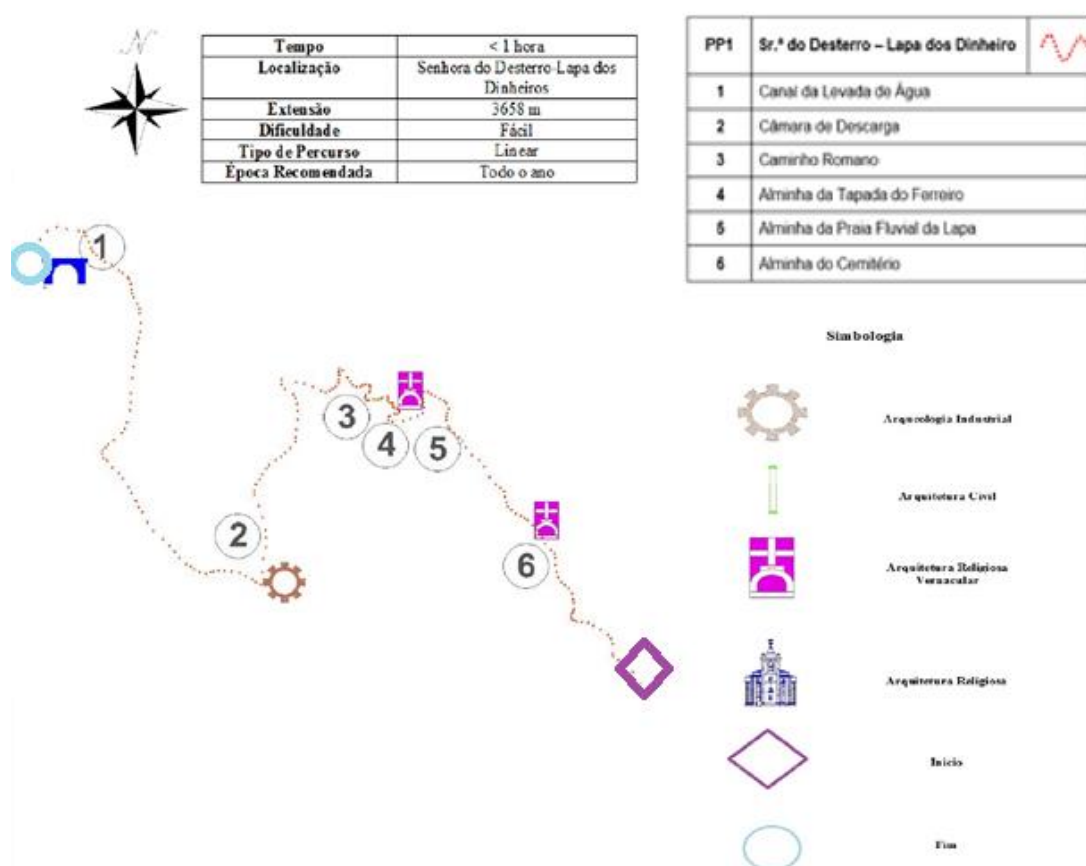
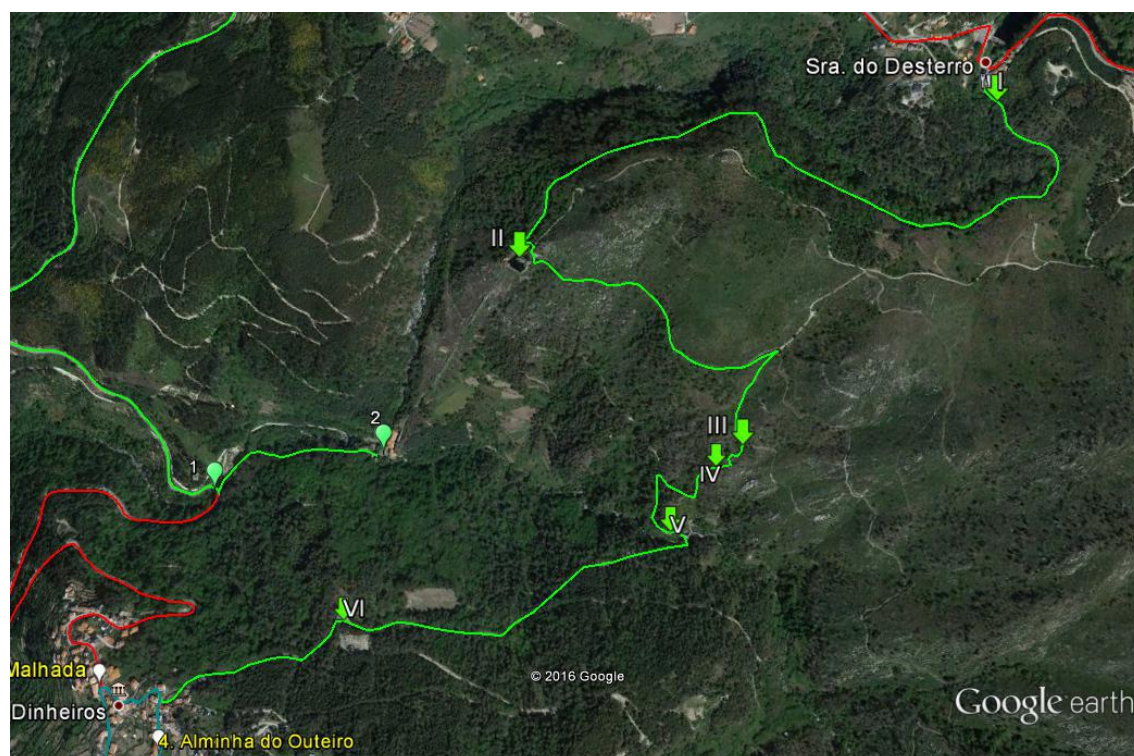


Figura 7 –Mapa do Percorso Pedestre das Levadas de Água da Central Hidroelétrica (Google Earth; Mapa elaborado no Autocad por Sónia Garcia)

4.1 Levadas de Água da Central Hidroelétrica

O percurso das levadas de água da Central Hidroelétrica, estabelece a ligação entre o lugar da Senhora do Desterro e a aldeia da Lapa dos Dinheiros. Acompanha a Grande Rota das Aldeias Históricas e tem como objetivos dar a conhecer a paisagem, a geologia e o património histórico deste território.

O itinerário tem início na Senhora do Desterro, junto à ponte sobre o rio Alva, seguindo por um caminho paralelo ao canal de adução (I) que conduz a água à câmara de carga da central elétrica da Ponte de Jugais (II).

Este trajeto contorna o monte denominado do Castro ou Crasto de São Romão. Daqui, controla-se uma paisagem ampla, que, em dias de céu limpo, abrange as serras do Açor e da Lousã, para sul, e as serras do Caramulo, da Arada e do Montemuro, para oriente.

Chegando ao fim do canal de água da EDP, o caminho entronca na possível calçada romana (II). Sobre este trajeto, Jorge de Alarcão (1993: p.13) refere que *“do monte do Castro para Norte, até ao paralelo da Lapa dos Dinheiros, há vestígios de uma boa calçada antiga, correndo ora à direita, ora à esquerda da estrada que hoje leva à Ponte Jugais, sobre o alva”*. O autor frisa que esta calçada poderá remontar entre a época romana e medieval. Neste trecho irá passar por uma alminha com cruz latina (III) e, já na praia fluvial da Lapa dos Dinheiros, encontra-se esculpida num afloramento granítico um nicho de uma alminha deteriorada (IV). Fontes orais referem que esta estrutura era pintada, apresentando imagens de Cristo na Cruz.

Neste local, o itinerário cruza a ponte da Caniça, seguindo por entre castanheiros em direção ao cemitério, onde se encontram umas alminhas de cruz trilobada (V), e à aldeia da Lapa dos Dinheiros. Fontes orais referem que este último caminho era constituído por lajes graníticas de média dimensão, estabelecendo ligação entre o monte do Castro e a povoação de Valezim.



Tempo	< 4 hora
Localização	Outeiro da Vinha- Vasco Esteves de Cima
Extensão	4520 m
Grau de Dificuldade	Médio
Tipo de Percurso	Linear
Época Recomendada	Primavera/ Outono



Simbologia



Arqueologia Industrial



Arquitetura Civil



Arquitetura Religiosa Vernacular



Arquitetura Infra-Estrutural



Arquitetura Religiosa



Início



Fim

PP2	Outeiro da Vinha – Vasco Esteves de Cima	
1	Pedra de Lagar	
2	Conjunto de Casas Vernaculares	
3	Lagar das Varas	
4	Alminha da Tapada Negra	
5	Capela de N.ª Sr.ª da Conceição	

Figura 8 –Mapa do Percurso Outeiro da Vinha para Vasco Esteves de Cima (Google Earth; Mapa elaborado no Autocad por Sónia Garcia)

4.2 Outeiro da Vinha-Vasco Esteves de Cima

Este percurso desenvolve-se ao longo do vale extenso, sinuoso e de vertentes de declives acentuados, cavado pela ribeira de Alvoco. O percurso tem início no Largo da Barroca, em Outeiro da Vinha, acompanhando, na sua quase totalidade, o percurso pedestre de Pequena Rota, rota da Ribeira de Alvoco, registado na Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal com o código alfanumérico PR 12-SEI.

O percurso desce pela rua do Rego, onde se localiza uma pedra de lagar (I). Fontes orais informam que, anteriormente, existiu um engenho de azeite, todavia, não existem vestígios dessa estrutura. Continuando nessa via, encontra-se um conjunto de casas vernaculares construídas em xisto (II). As pessoas locais informam que se trata do local onde nasceu a povoação de Outeiro da Vinha.

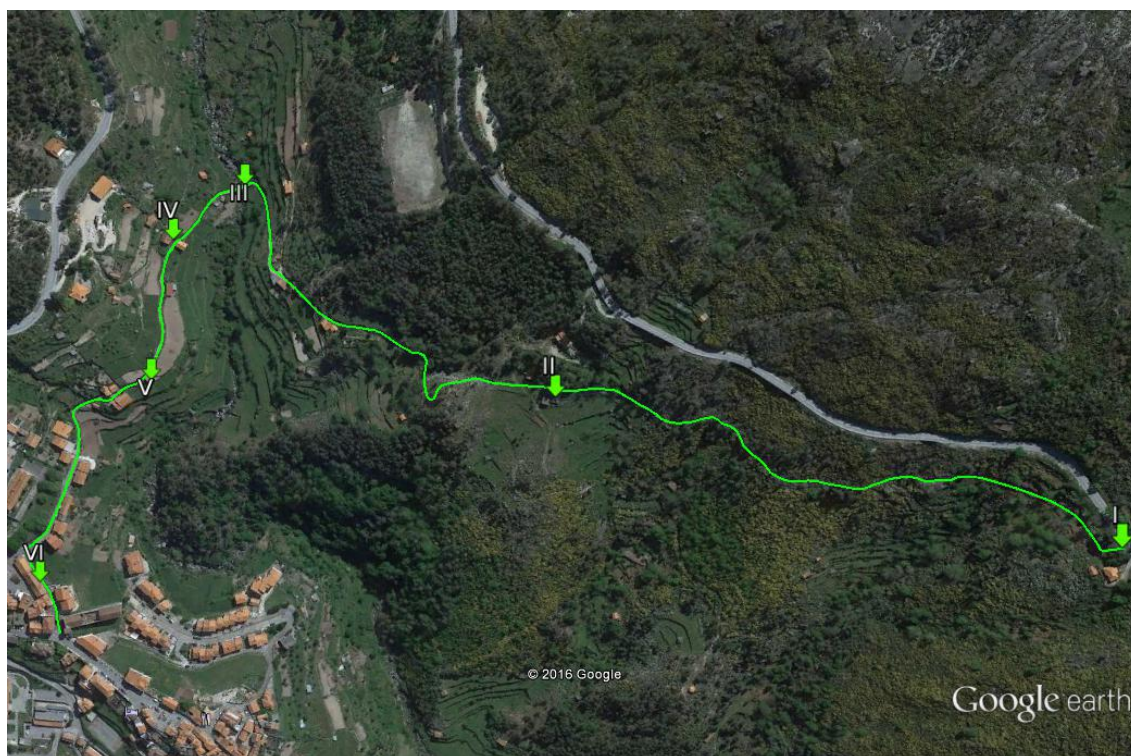
De seguida, o percurso segue por um carreiro estreito transpondo um pontão em xisto. Entre os lugares da Santa, Várzea e Quinta do Governas, áreas de vocação agro-pastoril, a panorâmica é imponente. A ribeira corre num leito formado por grandes blocos graníticos, arrastados pelo caudal torrencial da ribeira durante o Inverno. Os campos de aluvião, mais amplos e profundos do fundo do vale, encontram-se protegidos das cheias por muros em granito, enquanto os terrenos a meia encosta surgem escalonados em socacos suportados por muros de xisto e calhaus rolados da ribeira.

O percurso continua junto à Barroca Escura, curso de água, onde se localizam as ruínas de um antigo lagar de varas (III). A estrutura é construída em alvenaria de xisto e seixos do rio, com cobertura de telha marselha e ardósia; na soleira da porta tem a data “1841” e um cruciforme. No seu interior observam-se dois pisos: no primeiro encontra-se a vara, um tronco de sobreiro, em que uma das extremidades apoia numa parede e na outra uma furação aloja o fuso; no segundo piso, encontra-se o motor. Infelizmente, esta estrutura encontra-se em ruínas.

Nesse local o trajeto continua à aldeia de Vasco Esteves de Cima. Destaca-se neste troço, um bosque de sobreiros bem conservado, representativo da vegetação natural, que no passado ocupou o vale. Antes de alcançar a povoação encontra-se uma alminha trilobada com nicho (IV).

O topónimo daquela povoação, como foi referido no capítulo 5.6, está relacionado com a expressão de admiração votada a indivíduo pelos seus conterrâneos e descendentes.

O percurso finaliza com a visita à primitiva capela que tem como orago Nossa Senhora da Conceição (IV). O livro das visitas de 1650 indica que a construção desta capela ocorreu em 1649. Esta não tem capela-mor, nem arco-cruzeiro. No seu interior tem um altar barroco, com soalho de castanho, sendo o forro da mesma madeira. As imagens expostas no altar são dedicadas a Nossa Senhora da Conceição e a S. José (Aparício, 2007: p. 704).



Tempo	< 1 hora
Localização	Loriga – Resteves (Casa do Guarda)
Extensão	1669 m
Grau de Dificuldade	Fácil
Tipo de Percurso	Linear
Época Recomendada	Todo o ano

pp3	Resteves (Casa do Guarda – Centro da Vila de Loriga)	
1	Caminho Romano	
2	Conjunto de Habitações Vernaculares	
3	Ponte Nova	
4	Moenda	
5	Moinho do Teixeira	
6	Fábrica do Pomar	

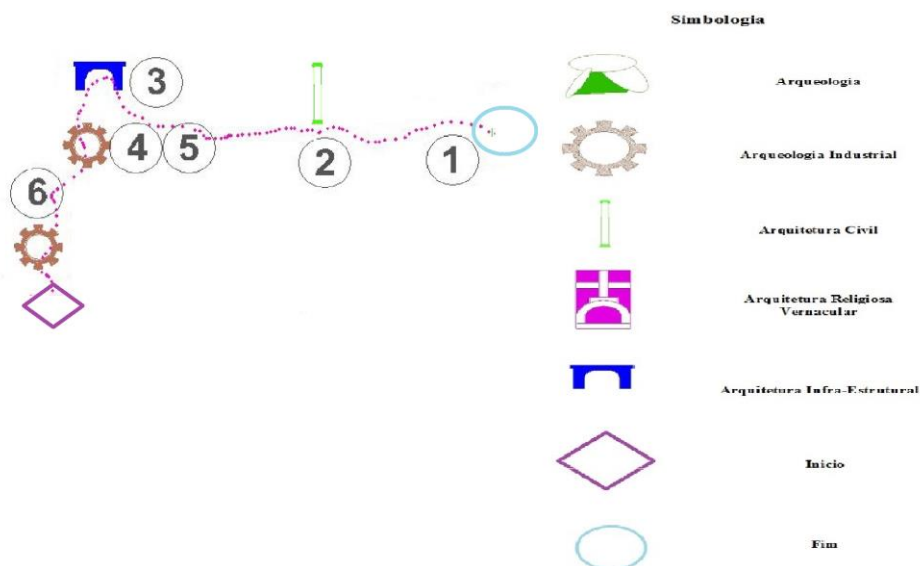


Figura 9 – Mapa do Percurso Pedestre das Resteves em Loriga (Google Earth; Mapa elaborado no Autocad por Sónia Garcia)

4.3 Loriga – Resteves

O percurso pedestre realiza-se entre a Casa do Guarda Florestal, situada junto à EN 231, após o desvio do Fontão, e a vila de Loriga, seguindo por um caminho rústico (“romano”) que se desenvolve numa encosta sobranceira à ribeira da Nave, conhecida localmente por Resteves.

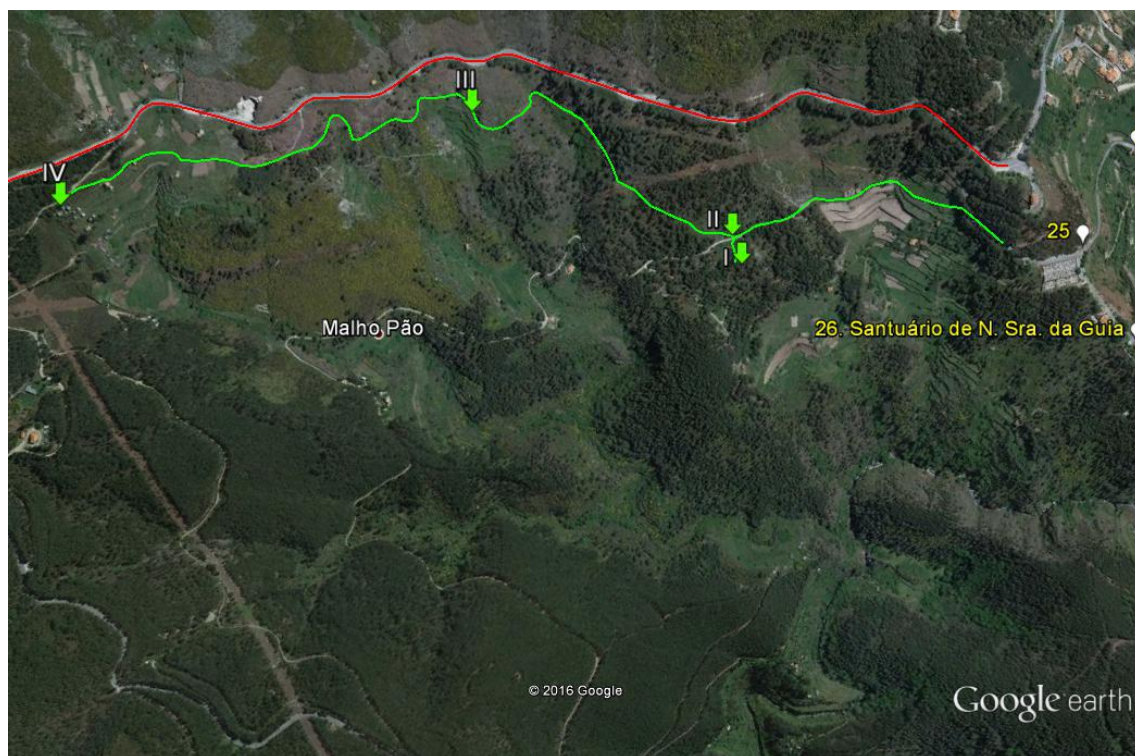
O itinerário tem início na referida Casa do Guarda, onde existe um pequeno largo, onde se podem estacionar veículos ligeiros, acompanhando, a partir do lugar do cabeço das Resteves, o percurso pedestre de Pequena Rota, rota da Eira, identificado pelo código alfanumérico PR4 – SEI. Ao longo deste percurso, encontram-se trechos de uma calçada que deverá remontar ao período medieval (I). Este caminho seguiria o traçado de uma via mais antiga, que cruzava a encosta ocidental da serra, possivelmente do período romano. Esta via foi em tempos utilizada pelos pastores que conduziam o gado caprino e ovino para os pastos altos do monte, constituindo igualmente o único acesso que a população de Alvoco e suas anexas dispunham para alcançar a vila de Loriga. Ao longo deste trajeto é possível observar diversos palheiros rústicos bem como algumas habitações vernaculares com forno em pedra (II).

Alcançando o cabeço das Resteves, imponente afloramento granítico, composto por blocos de grandes dimensões, obtém-se uma vista panorâmica da vila de Loriga e dos socos envolventes. Daqui, o trajeto desce por uma rampa longa e íngreme até chegar ao lugar da Ponte Nova (III), onde o caminho cruza o leito estreito e declivoso da ribeira da Nave. Esta ponte de arco simples, construída em cantaria de granito, foi edificada no século XIX, sobre as fundações de uma estrutura romana que, segundo a tradição, terá sido arrasada por uma cheia (Pina e Gomes, 2014: p. 250).

Ultrapassando a ponte, situa-se a Moenda (IV). Um conjunto de moinhos hidráulicos e motorizados que foi em tempos uma antiga moagem, sendo também conhecida por “Fábrica do Macarrão”. O equipamento data do início do século XX, tendo sido da iniciativa de emigrantes loriguenses estabelecidos no Brasil (Idem). No presente, esta estrutura encontra-se abandonada, não sendo possível a sua visita.

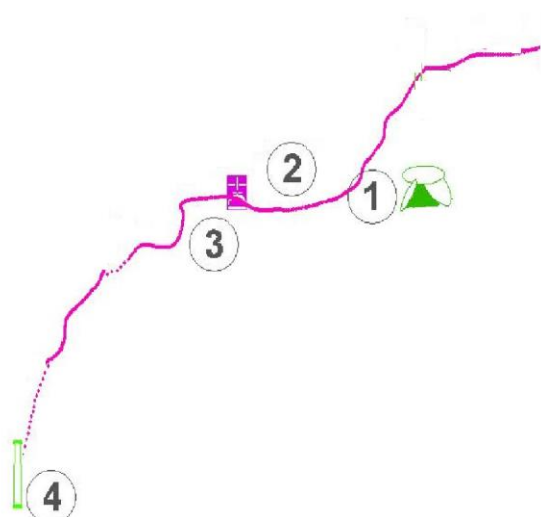
Continuando, o percurso irá acompanhar uma levada de água, ao longo da qual se encontram diversos engenhos hidráulicos. Destes assinala-se o moinho do Teixeira (V), o único ainda em funcionamento na vila.

Antes de chegar ao centro da povoação, encontra-se a fábrica do Pomar (VI). Fundada em 1929, após a constituição de uma sociedade registada como Nunes & Brito, firma que laborou até 1948, dispondo de secções de cardação, tecelagem, tinturaria e cardação. A firma “Nunes, Brito & Pina, Irmãos, L.da” é dissolvida, em 31 de Março de 1948, passando os sócios, no dia seguinte, a integrar a firma “A. Pina, L.da” que, a partir dessa data, passaria a explorar as instalações da fábrica do Regato e da fábrica de Cima. No ano de 1972, a fábrica do Pomar foi adquirida pela firma “Moura, Cabral & C.^a, L.da” (Fábrica Nova). Atualmente está desativada, tendo sido adaptada para a indústria panificadora – Loripão (Pinheiro, 2008-2009: p. 856).



Tempo	< 1 hora
Localização	Loriga – Malhapão
Extensão	2000 m
Grau de Dificuldade	Fácil
Tipo de Percurso	Linear
Época Recomendada	Todo o ano

PP4	Malhapão (Cemitério de Loriga – Malhapão)	
1	Sepultura escavada na rocha	
2	Caminho Romano	
3	Alminha do caminho Romano	
4	Malhapão	



Simbologia

	Arqueologia
	Arquitetura Civil
	Arquitetura Religiosa Vernacular
	Arquitetura Infra-Estrutural
	Início
	Fim

Figura 10 –Mapa do Percurso Pedestre do Malhapão em Loriga (Google Earth; Mapa elaborado no Autocad por Sónia Garcia)

4.4 Loriga – Malhapão

A rota do Malhapão está situada numa encosta localizada a norte da vila de Loriga. O percurso tem início no Cemitério, a uma altitude 785 m, perto do Santuário da Nossa Senhora da Guia, e segue em direção ao lugar Malhapão, a uma altitude de 915 m. O trajeto contorna o cemitério, subindo desde esse local até se encontrar uma estrada em terra batida.

O percurso continua, sem desviar por nenhum caminho, numa extensão de 800 m pelo carreteiro até alcançar o segundo cruzamento, onde se encontra a placa a indicar o “Caixão da Moura”. Durante este itinerário é possível observar a amplitude dos campos agrícolas em socalcos e inúmeros palheiros de dois pisos construídos em granito. Nesta área aconselha-se a visita a uma sepultura escavada na rocha (1), localizada a oeste do caminho, conhecida pela população local como “Caixão da Moura” ou “Lugar da Campa”, com orientação noroeste-sudoeste, e é uma das poucas sepulturas identificadas em todo o concelho (Ribeiro e Silva, 1997: p. 135). Situada no denominado “Chão do Soito”, onde foram encontrados, nos arredores deste local, vários fragmentos de cerâmica, *imbrex*, *tegulae* (telha), *opus signinum* (argamassa feita em cal hidráulica) e mós (Brito e Brito, 2014: p. 7). Segundo os autores que escreveram a Enciclopédia Brasileira, “a existência de sepulturas escavadas na rocha, dos primeiros tempos do cristianismo, deve resultar directamente da substituição ou sobreposição cristã dos cultos do paganismo castrejo local” (VV.AA., 1945b: p.126). Porém, pela falta de investigações aprofundadas nesta zona específica, não pode há dados concretos, quer para a cronologia quer para os factos apontados.

O percurso vira à esquerda e sobe ao longo da encosta pelo denominado “caminho romano” (2). Nos territórios integrantes do Império Romano, a rede viária antiga que integrava um sistema de afirmação política e económica caracterizava-se, fundamentalmente, por uma estratégia de ordenamento territorial. O papel destas vias incentivava a definição de unidades político-administrativas e a ligação contínua entre os principais centros urbanos e populacionais. O investimento realizado na rede viária foi considerável ainda que muitos traçados tenham seguido o de caminhos pré-romanos (Saraiva, 2014: p. 74). Pedro Carvalho menciona que esta via que seguia por Loriga com destino a Seia, pode ter sido um traçado proto-histórico de ligação entre as principais vertentes da Estrela, salientando que este caminho poderia estar fossilizado

pelas gentes e rebanhos, muitos séculos depois, conhecida numa rota de transumância (Carvalho, 2007: p.180). Jorge de Alarcão refere que esta via poderá ser medieval, herdeira do caminho romano (Alarcão, 1993: p.12). No entanto, por falta de dados concretos e investigações aprofundadas continuam as incertezas quanto à cronologia atribuída para estas vias que se localizam na área de montanha.

O percurso continua até se deparar com uma alminha com cruz latina sob a forma de estela, alcançando, de seguida, o lugar denominado Malhapão, pequeno aglomerado de construções em xisto e lousa, não habitadas, servindo apenas de apoio à agricultura. O seu topónimo significa que foi um local onde se malhava o centeio. Tal facto conforma-se com a presença de grandes eiras, aproveitando a topografia local, que se localizavam perto deste aglomerado de estruturas vernaculares. Este local está situado numa zona de contacto geomorfológico xisto-granítico, por este motivo as suas construções são desse material.

Considerações Finais

O trabalho aqui apresentado constituiu a elaboração de um roteiro para as povoações de montanha em que foram expostas várias estruturas históricas, maioritariamente datadas do final do século XVIII e durante a época contemporânea, que possuem interesse turístico de modo a serem devidamente valorizadas.

No decorrer da investigação, deparámo-nos com algumas lacunas de autores locais relativas, especialmente, à cronologia de determinadas estruturas arquitetónicas e de sítios arqueológicos, pois não se apoiavam numa investigação rigorosa. Todavia, os estudos científicos elaborados nesta área geográfica sobre o património histórico são poucos ou praticamente nulos, sendo que existe um desconhecimento quase total da história na área de montanha. Neste sentido, a presente monografia pretende ser um ponto de partida e um contributo para o conhecimento histórico que se encontra, ainda, numa fase embrionária.

Durante o trabalho de campo, realizámos um exaustivo inventário sobre o património histórico das povoações de montanha, tendo-se verificado a riqueza patrimonial das povoações de montanha, que não está valorizado nem protegido.

Apurámos um total de 18 sítios arqueológicos, tendo-se apurado que dois arqueossítios, nomeadamente o Castro de São Romão e o Buraco da Moura, têm confirmação da cronologia absoluta e relativa e os restantes são para já indeterminados.

Em relação ao património arqueológico industrial, averiguámos 1 mina abandonada, 2 centrais hidroelétricas, 3 lagares, 1 pedra de lagar, 10 moinhos hidráulicos e 12 fábricas de lanifícios. Estas estruturas são datáveis da época contemporânea, sendo que as centrais e as fábricas correspondem ao final do século XIX e início do século XX, as restantes estruturas datam do século XX. O motivo de existir uma relativa quantidade de estruturas com carácter industrial está relacionado com vários fatores: as condições geográficas, sobretudo pela abundância do recurso hídrico; a influência dos contactos com o centro de lanifícios da Covilhã; e a facilidade de aquisição de matéria-prima através das rotas de transumância.

Por último, o património arquitetónico corresponde a um total de 79 estruturas edificadas, constituído maioritariamente pelo património vernacular (cruzeiros, alminhas e civil) e religioso (capelas e igrejas). A cronologia mais antiga destas estruturas remonta aos inícios do século XVII e prolonga-se até ao século XX. As

estruturas mais antigas confirmam-se através de traços característicos para o período moderno, nomeadamente o tipo de estilo, a epígrafe com a data da construção e a documentação que relata e descreve estas estruturas. Embora não havendo ainda provas que confirmem tal facto, o grande número de construções de estruturas arquitetónicas pode revelar um certo auge para estas localidades. Esta relação deve-se ao facto de durante a época de D. Manuel algumas povoações terem ascendido a concelho.

Porém, a generalidade do património histórico encontra-se em fase avançada de degradação e em ruína, não sendo alvo de preocupação e interesse por parte das políticas locais e autárquicas.

A falta de investigações aprofundadas e o desprezo da história refletem o desconhecimento da potencialidade da cultura por parte das autoridades políticas desta região. Existe a premente necessidade de contornar e criar alternativas que viabilizem não só a proteção do património histórico como ferramenta para enriquecer o turismo das zonas economicamente mais desfavorecidas, como também estabelecer soluções e medidas que salvaguardem e valorizem a história.

A divulgação à comunidade do presente trabalho irá expor vários locais históricos de interesse, que poderão ser alvo de valorização, salvaguarda e proteção. Espera-se que o roteiro possa contribuir de forma significativa para uma primeira fase de reconhecimento pelas autoridades políticas da importância cultural do património histórico.

Num futuro próximo são indispensáveis a criação de normas concelhias que permitam a proteção, salvaguarda, valorização e investigação do património de forma a colmatar os défices existentes nesta área geográfica.

Bibliografia

- ABREU, Adelino de (1905) – *Serra da Estrella (Guia do Touriste)*. Lisboa: [s.n].
- ABRANCHES, Esther (2004) – *No Tempo dos Almocreves*. Lisboa: INCM.
- ALARCÃO, Jorge (1988) – Os Montes Hermínios e os Lusitanos. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Vol. II, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, p. 41-48.
- ALARCÃO, Jorge (1993) – *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas: Parque Natural da Serra da Estrela.
- ALMEIDA, J. (1945) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses. Vol. 1: Beira*. Lisboa: [s.n].
- ALMEIDA, Álvaro Duarte de; BELO, Duarte (2007/2008) – *Portugal Património. Vol. IV*. Rio Mouro: Circulo de Leitores, pág, 298-303.
- AMELA VALVERDE, Luis (2010) – La circulación monetária romano-republicana de Hispania durante la segunda guerra civil según las ocultaciones de la época. In *Numisma*. N.º 254, ano LX, Casa de la Moeda: Sociedade Ibero-Americana de estudos numismáticos, p. 7-39.
- AMARAL, Abílio Mendes (1970) – *Os Pastores da Serra da Estrela: Etnografia, foro, privilégios, transumância*. Separata da Revista Beira Alta. Viseu: [s.n].
- APARÍCIO, António Mendes (2007) – *Monografia de Alvoco da Serra*. Braga: Empresa Diário do Minho.
- BALESTEROS CARMEN *et. Al.* (2007) – *Marcas Mágico-Religiosas no Centro Histórico*. Guarda: Agência para a promoção da Guarda.
- BATISTA, José David Lucas (1993) – *Do Ermínio a Serra da Estrela: Notas sobre uma alteração toponímica e outros estudos*. Manteigas: Parque Natural da Serra da Estrela, p. 28-32.
- BARBOSA, Angelina; CORREIA, António (1998) – *À Descoberta da Estrela: Grandes Rotas Pedestres*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza (ICN).
- BARBOSA, Maria Benedita Coelho da Silva de Guinea (1998) – *Tesouros Monetários Romanos em Portugal: Da República ao Reinado Augustus*. Tese de Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1 vol, policop., p. 59-60, 62, 113.

- BICHO, Nuno Ferreira; JORGE, Vítor Oliveira (2006) – *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Lisboa: Edições 70, p. 89-128.
- BIGOTTE, José Quelhas (1948) – *O Culto de Nossa Senhor na Diocese da Guarda*. Lisboa: Pap. Fernandes.
- BIGOTTE, J. Q. (1982) – *Monografias da cidade e concelho de Seia*. 3ª Edição. Seia: [s.n.].
- BIGOTTE, José Quelhas (1992) – *Monografia da Cidade e Concelho de Seia - História e Etnografia*. 3.ª ed., Seia: [s.n.].
- BRITO, Raquel Soeiro (1994) – *Portugal Perfil Geográfico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- BRITO, António Luís; BRITO, Sérgio (2013) – *Cancioneiro da Vila de Loriga*. [s.l]: ANALOR, p. 9-11.
- CALADO, Manuel; RODRIGUES, José (1993) – *Carta Arqueológico do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal, p. 10-13.
- CARDOSO, Luiz (1747) – *Dicionário Geográfico*. P. 412-413.
- CARVALHO, Maria Filomena Cruz Correia Pinto (2006) – *Viver os têxteis: Um complexo museológico para o concelho de Seia – Fundamentos e proposta de organização*. Tese de Mestrado em Museologia e Património Cultural, Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra. Vol. 1, policop., pp-57-105.
- CARVALHO, Pedro (2006) – *Cova da Beira: Ocupação e exploração do território na época romana*. Tese de Doutoramento na área de História, especialidade Arqueologia, FLUC, policop., pp-57-105.
- CAVACO, Carminda; MARQUES, Isabel (1966) – Os vales de Loriga e de Alvoco da Serra da Estrela – Estudo da Geografia Humana. In *Finisterra*. Revista Portuguesa de Geografia, vol. I, nº 2, Lisboa: [s.n], p. p.188-238.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1986) – *Seia uma terra de fronteira nos séculos XII – XIII*. Seia: Câmara Municipal de Seia.
- COSTA, Carvalho (1708) – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*. Lisboa [s.n].
- COSTA, Américo (1940a) – *Diccionario Chorographico de Portugal e Insular*. Vol. III. Porto: Civilização, p. 225-227.
- COSTA, Américo (1940b) – *Diccionario Chorographico de Portugal e Insular*. Vol. VII. Porto: Civilização, p. 720-721.

- COSTA, Américo (1940c) – *Diccionario Chorographico de Portugal e Insular*. Vol. XI. Porto: Civilização, p. 58.
- COSTA, Américo (1940d) – *Diccionario Chorographico de Portugal e Insular*. Vol. XII. Porto: Civilização, p. 58.
- ESTEVÃO, João Antunes (1983): *A Florestação dos Baldios*. Separata da Revista *Análise Social* [s.l]: [s.n].
- FERREIRA, N.; VIEIRA, G. (1999a) – *Guia Geológico e Geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela – Locais de Interesse Geológico e Geomorfológico*. Manteigas: PNSE.
- FERREIRA, Narciso; VIEIRA, Gonçalo (1999b) – *Guia geológico e geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela: locais de interesse geológico e geomorfológico*. Lisboa: Parque Natural da Serra da Estrela.
- FONTES, António Rocha (1989) – *Testemunhos para a História de Valezim*. Coimbra: Editora Limitada.
- FONTES, Luís; RUIZ, Ana (2007) – *Património Arqueológico e Arquitectónico de Vieira do Minho: Roteiros*. Vieira do Minho: Câmara Municipal de Vieira do Minho.
- GARCIA, João (2012) – *Fábrica do Regato de Loriga: Estudo Preliminar da Arquitectura e Estrutura Fabril*. Trabalho da Disciplina de Arqueologia Industrial da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES, M.V.; GOMES, R. V.; SANTOS, M. F. (1994) – O Santuário exterior do Escoural – Sector (Montemor-o-Novo, Évora). *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. N.º 2, p. 93-109.
- GONÇALVES, Flávio (1956) – *A Origem das Almas Populares*. Separata das Actas do I Congresso de Etnografia e Folclore. Braga: [s.n].
- GONÇALVES, José Luís (2001) – *Histórias de uma Aldeia – Valezim Serra da Estrela*. Lisboa: Hugin.
- GUEDES, César (2013) – *Relatório de Acompanhamento Arqueológico Subsistema de Saneamento Vide/Seia*. PROCESL – Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda.
- GUÉNON RENÉ (1931) – *El Simbolismo de la Cruz*. **Biblioteca** [online]. Disponível em <http://www.lagatayelbuho.com/web/BIBLIOTECA> [Consultado a 20 de Dezembro de 2015].
- HIPÓLITO, Mário de Castro (1960-1961) – *Dos Tesouros de Moedas Romanas em Portugal*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, p. 59-60

- JACINTO, M. J. (2006) – Arte rupestre da Serra do Açor / Serra da Estrela. *ERA Arqueologia*. N.º 7. Lisboa: Era Arqueologia /Colibri, p. 72-85.
- JASSEN, C. R. e WOLDRING, R. E. (1981) – A preliminar radiocarbono dated pollen sequence from Serra da Estrela, Portugal. *Finisterra*. XVI. 32, p. 299-309.
- JASSEN, C. (1985) – História da Vegetação. In *Livro Guia da Pré-reunião. Glaciação da Serra da Estrela. Aspectos do quaternário da Orla Atlântica*. I Reunião do Quaternário Ibérico. Lisboa, p. 66-72.
- JASSEN, Jan (2002a) – *Guia Geobotânico a Serra da Estrela*. Manteigas: Parque Natural da Serra da Estrela.
- LACERDA, António do Prado Sousa (1908) – *Viagem à Serra da Estrela. Guia do excursionista, do alpinista e do tuberculoso*. Lisboa: [s.n].
- LAGES, António Mendes Cabral (1951) – *Para constar Loriga*. Manuscrito (cedido por José de Pina Gonçalves).
- GODINHO, Adélia; ABRANTES, Telma (2007) – *Inventário do Património do Concelho de Seia*. Relatório de Estágio Curricular para obtenção do grau Licenciatura no Curso de Turismo da Escola Superior de Turismo do Instituto Politécnico da Guarda.
- GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos (1996) – A ocupação romana do Cabeço do Crasto, São Romão, Seia. *OPHIUSSA zero*. [s.l.]: Edições Colibri & Faculdade de Letras de Lisboa, p. 133-159.
- GUERRA, Amílcar (1997) – Separata das actas do I colóquio de Viseu: *Uma importante epígrafe proveniente do Cabeço do Castro (S. Romão, Seia)*. Viseu: Novelgráfica.
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1873) – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeologico, histórico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de Grande Numero de Aldeias. Vol. I*. Lisboa: Livraria Edição de Mattos Moreira & Companhia, p. 184.
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1882) – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeologico, histórico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de Grande Numero de Aldeias. Vol. X*. Lisboa: Livraria Edição de Mattos Moreira & Companhia, p. 153-157 e 162-163.

- LOURENÇO, Luciano (2006) – *Recuperação do património e da paisagem de socos em lugares das serras do Açor e da Estrela*. Relatório técnico da Bacia hidrográfica da ribeira de Loriga Concelho de Seia. Coimbra: NICIF
- LOURENÇO, S. (2007) - *O povoamento alto medieval entre os rios Dão e Alva*. Lisboa: IPA.
- OLIVEIRA, Ana Maria (2011) – *Sistema Mulimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa Alargamento ao Mondego Superior. Relatório Preliminar e Avaliação Arqueológica*. Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda.
- PINA, Isabel Castro (1998) – *A encosta Ocidental da Serra da Estrela: um espaço rural na Idade Média*. Cascais: Patrimonia Encosta.
- PINHEIRO, Elisa Calado (2008-2009) – *Rota da lã transiana : percursos e marcas de um território de fronteira : Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*. Covilhã: Museu de Lanifícios da Beira Interior, 2 vol., ISBN: 978-989-95085-3-8.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO Joel (1993) - *Nova História de Portugal. Portugal - Da Monarquia para a República. Vol. II*. Lisboa: Editorial Presença, p. 253-255.
- MARTINS, Carla Maria Braz (1971) – *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. Tese de Doutoramento em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vol, policop., p. 143-144.
- MARQUES, João Orlindo S. V. (2009) – *A casa da luz... Património Industrial da Senhora do Desterro, S.E.* Seia: E.D.P. Produção.
- MASCARENHAS, Joaquim António (1987) - *Vide: Subsídio para um estudo histórico etnográfico II*. Torres Vedras: Tipoeste, Lda.
- MASCARENHAS, Joaquim António (1990a) – *O Médio e o Alvoco*. Coimbra: EDILIBER, Lda, p. 41-45.
- MASCARENHAS, Joaquim António (1990b) – *Vide: Subsídio para um estudo histórico etnográfico I*. Coimbra: Casa do Castelo, Editora.
- MASCARENHAS, Joaquim António (1995) – *D. Dinis: Dois Itinerários*. Coimbra: EDILIBER, Lda, p. 25.
- MATTOSO, José (1986) – *Seia na Idade das Trevas*. Seia: Câmara Municipal de Seia.

- MATTOSO, José (1992) – *História de Portugal. Vol. I: Antes de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MELO, António H. P. (2001) – *Os Forais Manuelinos das “Vilas” do Município de Seia*. Seia: Câmara Municipal de Seia.
- MELO, António H. P. (2003) – *O actual Concelho de Seia: Na Primeira Metade do Século XVIII (1708-1758)*. [s.l]: [s.n].
- MENDES, Vítor Hugo (2007) – *Relatório de Estágio: Câmara Municipal de Seia – Centro de Interpretação da Serra da Estrela*. Seia: Instituto Politécnico da Guarda Escola Superior de Turismo e Telecomunicação de Seia, p.4-17
- MOITA, Irisalva (1966) – Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta. In *Ethnos*. Vol. V, Lisboa: Gulbenkian.
- MOREIRA, Figueiredo (1953) – *Subsídios para o estudo da viação romana das beiras com um prefácio de Aquilino Ribeiro*. Separata da revista Beira Alta. [S.n]: [S.n]. p. 26-36.
- MOREIRA, Ana Rita Gonçalves; MELÍCIO, Rita Joana Pires (2004) – *Caminhar Entre Moinhos: Inventariação de Moinhos de Água*. Relatório de Estágio Curricular para obtenção do grau Licenciatura no Curso de Turismo da Escola Superior de Turismo do Instituto Politécnico da Guarda.
- MOURA, M^a Lúcia de Brito (1997) – *O Concelho de Seia em Tempo de Mudança*. Seia: Câmara Municipal de Seia.
- MOURA, Fernando (2001) – *Quatro valiosas esculturas da renascença em Alvoco da Serra*. Albufeira: Edições Poseidon.
- NOBRE, Carlos Gil Abranches (2006) – *Vide Memorial: Camélias Brancas*. Vol. I. Vide: Lodeiro, p. 21.
- OLIVEIRA, Ana Maria (2011) – *Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Alto Zêzere e Côa Alargamento ao Mondego Superior: Relatório Preliminar de Avaliação Arqueológica*. PROCESL – Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda.
- PAULO, Alexandre Loução, *et. al.* (2013) – *A Magia das Aldeias de Montanha*. Lisboa: Ésquilo.
- PINA, Adelino; GOMES, Rui (2014) – *Loriga: Uma vila da Serra da Estrela*. Monografia não publicada.

- POEIRA, Maria dos Anjos Videira Ferreira Cecílio (2005) – *Toponímia, paisagem, espaço Rural, Ordenamento do Território: Estudo do Espaço Rural na Bacia de Seia-Pinhanços*, tese de Mestrado em Educação Ambiental, Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra., policop.
- RENFREW, Colin (2008) – *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. 5º edição. Londres: Thames & Hudson, p.72-75.
- RIBEIRO, Orlando (1940-1941). - Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela. Revista da Faculdade de Letras. VII :1- 2. Universidade de Lisboa: Lisboa. p. 213-303.
- RIBEIRO, Orlando (1944) – *Beira Alta – Introdução geográfica. In Guia de Portugal, Vol. III: 2: Beira Alta e Beira Baixa*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, p. 899-902.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1987-1991) – *Geografia de Portugal*. Vols. I, II, III e IV, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando (1990) – *Opúsculos Geográficos. Vol. III*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p.292
- RIBEIRO, Marques Flávio; SILVA, Maria Antónia (1997) – Sepulturas escavadas na rocha do concelho de Seia. In *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Associação de Defesa do Património, Ambiente e Consumidor “Amigos da Beira”.
- RIBEIRO, N. M. C. (2006) – Open air Rock Art in the Ceira and Alva River Valleys – Some Symbols. **APIA** [online]. Disponível em <http://www.apia.pt/>. [Consultado a 3 de Agosto de 2014].
- RIBEIRO, Nuno; JOAQUINITO, Anabela; PEREIRA, António (2008) – Centro de Interpretação de Arte Rupestre de Vide (Portugal) – do Projecto à Realidade e seus Desafios. **APIA** [online]. Disponível em www.apia.pt [Consultado a 16 de Novembro de 2015].
- RIBEIRO, N. M. C., JOAQUINITO, A. and PEREIRA, A. S. (2009) The Rock Art Interpretation Centre in Vide (Portugal) - From project to reality and its challenges”. In *IFRAO – Global Rock Art – National Park Serra da Capivara, Piauí, Brazil*. Abstracts of the Session 20 -Promotion and management of rock art sites.
- RIBEIRO, Nuno; PEREIRA S. A.; JOAQUINITO, Anabela (2010) – Relação da arte rupestre com a mineração proto-histórica na área das bacias dos rios Ceira e Alva, **APIA** [online]. Disponível em <http://www.apia.pt/> [Consultado a 3 de Agosto de 2014].

- RIBEIRO, Nuno Miguel da Conceição (2014) – *Manifestações de Arte Rupestre nas bacias hidrográficas dos rios Ceira, Alva e áreas de fronteira com as bacias hidrográficas dos rios Zêzere e rio Unhais*. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Universidade de Salamanca. Polocop.
- ROSA, J. (2001) – *Alminhas: Monumentos Votivos e Cultuais Cristãos de Inspiração Gentílica – Achegas para um Estudo*. Fundão: [s.n]
- Rodrigues, Adriano, *et. al* (2008) – *Património Cultural da Serra da Estrela*. Conimbriga: LAC – Liga de Amigos.
- SARAIVA, Rita (2013) – *Povoamento Proto-Histórico e Romano no Território dos Atuais Concelho de Gouveia e Seia – Distrito da Guarda*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Polocop.
- SARDO, Anabela; ESTEVÃO, João [2009] – A Gestão Turística de Museus e Centros de Interpretação: O Caso do Centro de Interpretação da Serra da Estrela. V **International Tourism Congress** [online]. Disponível em <http://cassiopeia.ipleiria.pt/> [Consultado 10 de Dezembro de 2014]
- SARMENTO, Francisco Martins (1881) – *Expedição científica à Serra da Estrela em 1881*. Lisboa: Secção de Archeologia.
- Sarmento, Martins (1883) – “Extractos da correspondência de F. Martins Sarmento (1881-1883)” in **Archaeologo Português**, n.º6, p. 39-42.
- SANTOS, Joaquim Augusto (2008) – *Regadio Tradicional de Vide: Levada de Cima e Levada de Baixo*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- SILVA, Armando C., F. da S. (1995) – Proto-história do Norte e Centro de Portugal. A. C. F. da Silva e M. V. Gomes (dir.), *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 99-202.
- SENNA-MARTÍNEZ, J.C.; GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos (1986) – *Cabeço do Crasto, São Romão, Seia. A campanha 1985. Catálogo da Exposição Temporária*. Lisboa: UNIARCH.
- SENNA MARTÍNEZ, J.C. (1989) - *Pré-História Recente da Bacia do Médio e Alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, F.L.L., Lisboa, 3 volumes, policopiado.
- SENNA-MARTÍNEZ, J.C. (1993) – Associação para o estudo arqueológico da Bacia do Mondego. *Trabalhos de Arqueologia*. [s.l.]: Edições Colibri. ISBN 6872-5039.

SENNA-MARTÍNEZ, J.C (1995) – O povoado do Cabeço do Castro de São Romão. In *A Idade do Bronze em Portugal: discursos do poder* (Catálogo da Exposição). Lisboa: Instituto Português dos Museus/ Museu Nacional de Arqueologia, p.61-68.

SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos; VARELA, António C. (1995) – O Buraco da Moura em S. Romão. In *A Idade do Bronze em Portugal: discursos do poder* (Catálogo da Exposição). Lisboa: Instituto Português dos Museus/ Museu Nacional de Arqueologia. p. 50-55.

- TAVARES, Alexandre Oliveira, *et. al.* (2012) – *Rotas e Percursos da Serra da Estrela: Planalto Superior*. Seia: CISE.

- TENTE, Catarina Maria Santos Guerra (1999) – *Roteiro Arqueológico de Gouveia*. Gouveia: Câmara Municipal de Gouveia.

- TENTE, Catarina (2007) – *A ocupação Alto-Medieval da Serra da Estrela*. Lisboa: IPA.

- VARANDAS, José Manuel (1993) – A Ocupação Medieval do Buraco da Moura de São Romão. In *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa: Edições Colibri.

- VARELA, António Carlos Neves de (1993) – A ocupação calcolítica da “sala 20” do Buraco da Moura de S. Romão. In *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.* N.º1 Lisboa: Edições Colibri, p.37-53.

- VASCONCELOS, J. Leite (1981) – *Religiões da Lusitânia. Vol. III*. Lisboa: Imp. Nac. Casa da Moeda.

- VEIGA, António; GOMES, Paulino (2003) – Seia: Porta aberta para a Serra da Estrela. Paços de Ferreira: Héstia editores.

- VIEIRA, Gonçalo Brito Guapo Telles (2004) – *Geomorfologia dos Planaltos e Altos Vales da Serra da Estrela – Ambientes Frios do Plistocénico Superior e Dinâmica Actual*. Tese de Doutoramento em Geografia. Faculdade de Ciências do Departamento de Geografia da Universidade de Lisboa. Policop.

- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de (1960) – *Elucidário das Palavras, Termos e Frases, Vol. II*.

- VV. AA. (1945a) – *Grande Enciclopédia portuguesa Brasileira. Vol. II*. Lisboa: Rio de Janeiro., p.244.

- VV. AA. (1945b) – *Grande Enciclopédia portuguesa Brasileira. Vol. XXVII*. Lisboa: Rio de Janeiro, p. 466.

- VV. AA. (1945c) – *Grande Enciclopédia portuguesa Brasileira. Vol. XXXIV.* Lisboa: Rio de Janeiro, p. 9-15; 154-155.
- VV. AA. (1945d) – *Grande Enciclopédia portuguesa Brasileira. Vol. XXXV.* Lisboa: Rio de Janeiro, p. 466-467.
- VV. AA. (2006) – *Santuários do Concelho de Seia.* Seia: Câmara Municipal de Seia, p. 20-24.
- VV. AA. (2009) - *Relatório Final.* Seia Câmara Municipal de Seia.
- VV. AA. (2013) – *Aspectos da romanização das terras beirãs de entre Tejo e Douro.* Celorico da Beira: Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa
- WACHSMANN, Fred (1949) – *Como eu vi a Serra da Estrela.* 3ª Edição. Alcobça: Edições da Tipografia.

Legislação

- Decreto-Lei n.º 557/76 de 16 de Julho
- Decreto-lei n.º 83/2007

Webgrafia

- Câmara Municipal de Seia – Na Rota das Aldeias de Montanha. Câmara Municipal de Seia [online]. Disponível em <http://www.cm-seia.pt/> [consultado 3 de Maio de 2015].
- Centro de Interpretação da Serra da Estrela. [s.d] – Regulamento Interno do CISE. Câmara Municipal de Seia [online]. Disponível em <http://www.cise.pt/pt/index.php/cise>. [consultado 12 de Março 2015].
- CMS – Na Rota das Aldeias de Montanha. **Câmara Municipal de Seia** [online]. Disponível em <http://www.cm-seia.pt/> [consultado 3 de Maio de 2015].
- DGEMN - Base de Dados da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [online] Disponível em www.monumentos.pt [Consultado em 15-08-2014].
- FARINHA, Nuno. Valezim (2011) - Valezim: Minas do Cirio. **Nuno Farinha** [online]. Disponível em www.nunofarinha.com [Consultado a 10 de Novembro de 2015].
- O CISE. Parque Natural da Serra Estrela [online Disponível em <http://www.cise.pt/pt/index.php/serra-da-estrela/parque-natural>.] [consultado 12 de Março 2015].

- Portal da Direcção-Geral do Património Cultural - Portal do Arqueólogo. **DGPC** [online]. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/>. [consultado 10 de Fevereiro 2015].

- Portal da Estrela (2014) - Estudo identifica 27 marcas judaicas em Alvoco da Serra [online] Disponível <http://www.portadaestrela.com/index.asp?idEdicao=402&id=17681&idSeccao=3868&Action=noticia> [Consultado a 20 de Dezembro de 2015].

- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico - Inventário do Património Arquitetónico. **SIPA** [online]. Disponível em <http://www.monumentos.pt/> [consultado 10 de Fevereiro 2015].

Fontes Cartográficas

Cartas Militar de Portuguesa (1945) – Escala 1:25.000, folhas nº 223, 233 e 234

Cartas Militar de Portuguesa (1970) – Escala 1:25.000, folhas nº 223, 233 e 234

Anexo I – Questionário para as Fontes Orais

Inquérito

A) Recursos Naturais

- 1- Indique-me os cursos de água que conhece neste território?

A) Lendas e Mitos

- 1- Quais as lendas que conhece nesta localidade?
- 2- Quais os mitos que se contam neste sítio?
- 3- Quando era criança lembra-se de os seus pais ou avós contarem histórias relativas as mouras encantadas nesta zona?

Caso existam:

- a. Onde se situa o sítio?
- b. Identificou alguma vez nesse local cerâmica ou outros artefatos sob a superfície?
- c. Caso tenha encontrado poderá descrever brevemente o que se lembra e consegue dizer se conhece alguém que possa ter guardado?

B) Vestígios Arqueológicos

1. Nesta localidade já presenciou no campo estruturas estranhas como é o caso das sepulturas escavadas na rocha? Ou inscrição nas rochas?

Caso existam:

- a) Onde se localiza esse sítio?
- b) Encontrou perto deste local cerâmica, mós ou artefatos antigos perto deste local?

2. Nas zonas mais altas desta localidade alguma vez identificou inscrição na rocha?

Caso existam:

- a) Onde se localiza esse local?
- b) Conseguiria descrever o sítio?

Anexo II – Modelo das Fichas de Inventariação

Ficha A – Património Arqueológico

1. Identificação

Nº de Ficha	
Denominação	
Nº CNS	

2. Localização

Distrito		C.M.P. 1:25.000 folha	
Concelho		Altitude (m)	
Freguesia		Coordenada X	
Localidade /Lugar/ Toponímia local		Coordenada Y	

3. Descrição

Tipo/Categoria de Sítio	
Cronologia	
Descrição	
Bibliografia	

4. Outras Informações

Proprietário	
Estado de Conservação	
Uso do solo	
Riscos e Ameaças	
Protecções	
Acesso	
Espólio	
Informações Orais	

5. Imagens

Ficha B – Património Arqueológico Industrial

1. Identificação

Nº de Ficha	
Denominação	
Nº CNS	

2. Localização

Distrito		C.M.P. 1:25.000 folha	
Concelho		Altitude (m)	
Freguesia		Coordenada X	
Localidade/ Lugar/ Topónimo local		Coordenada Y	

3. Descrição

Tipologia /Categoria de Sítio	
Cronologia	
Descrição	
Bibliografia	

4. Outras Informações

Proprietário	
Estado de Conservação	
Materiais	
Riscos e Ameaças	
Acesso	
Informações Orais	
Outras Informações	

5. Imagens

Ficha C – Património Arquitectónico

1. Identificação

Nº de Ficha	
Denominação	
Nº IPA	

2. Localização

Distrito		C.M.P. 1:25.000 folha	
Concelho		Altitude (m)	
Freguesia		Coordenada X	
Localidade/ Lugar/ Toponímia local		Coordenada Y	

3. Descrição

Tipologia /Categoria da estrutura	
Cronologia	
Descrição	
Bibliografia	

4. Outras Informações

Proprietário	
Estado de Conservação	
Materiais	
Riscos e Ameaças	
Acesso	
Fontes Orais	
Outras Informações	

5. Imagens da Estrutura

Anexo III – Imagens

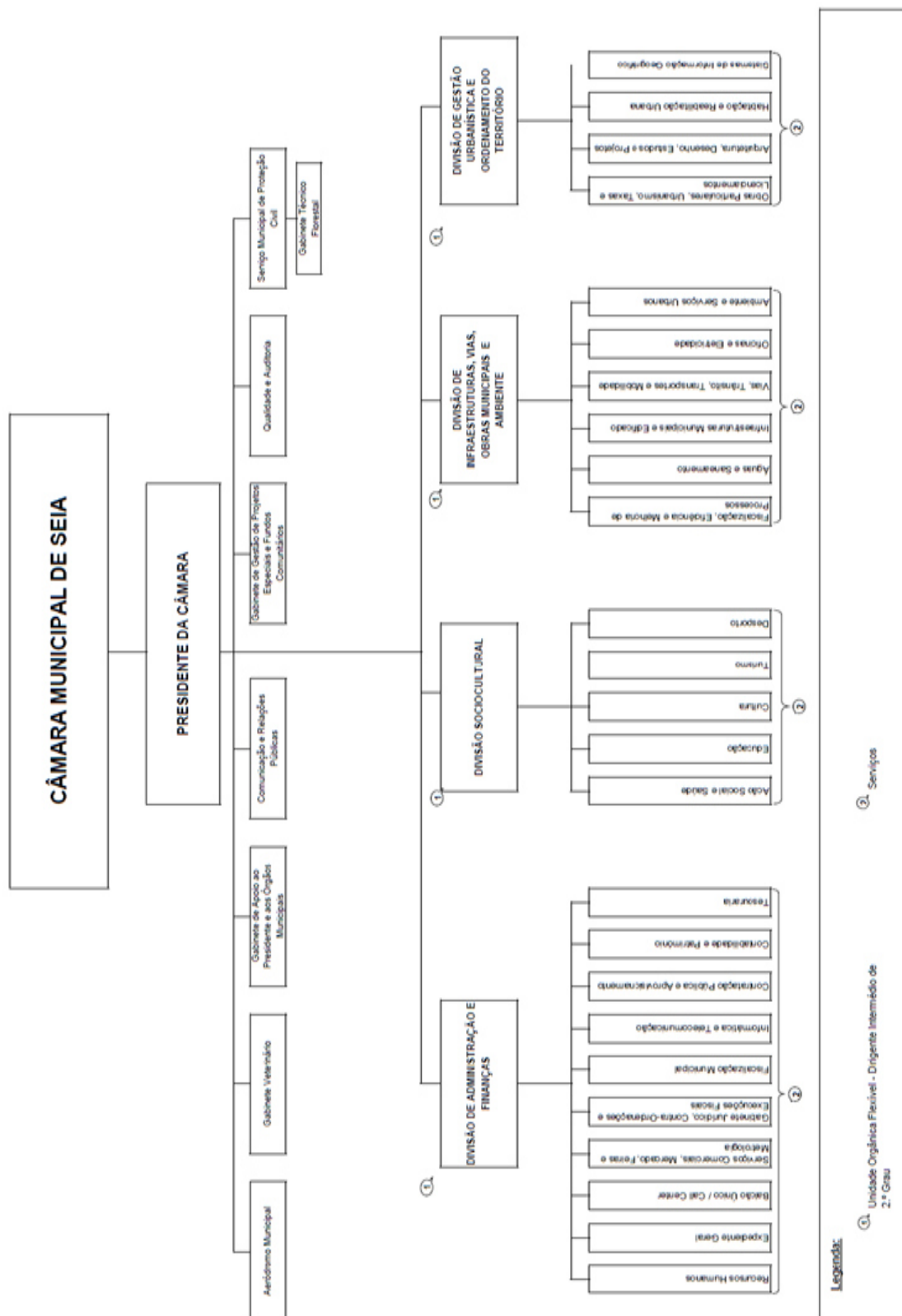


Figura 1 – Ornaograma (O CISE. CISE [online]. Disponível em <http://www.cise.pt>. [consultado 12 de Março 2015].



Figura 2 – Exposição “*Lagoas da Estrela – Água, Energia e Electricidade*” do CISE
(Fotografias tiradas pelo Doutor José Conde).



Figura 3 - Mapa das freguesias do Concelho de Seia (O CISE. CISE [online].
Disponível em <http://www.cise.pt>. [consultado 12 de Março 2015].

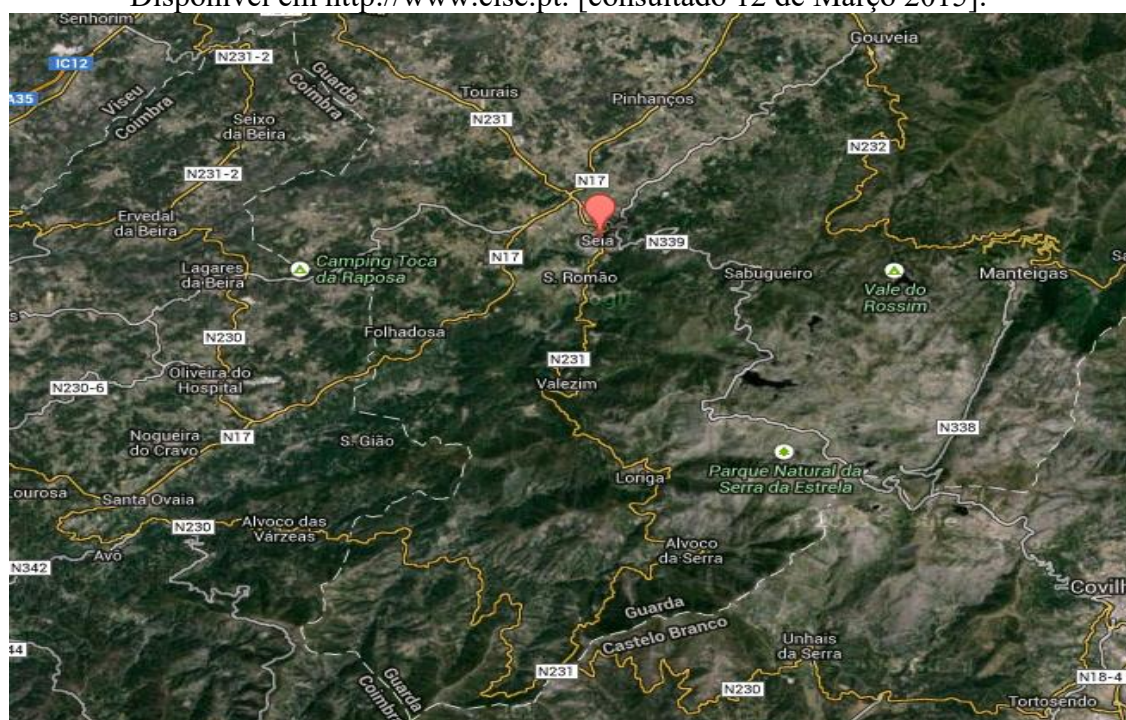


Figura 4 – Vista Aérea do Concelho de Seia (Google Earth).

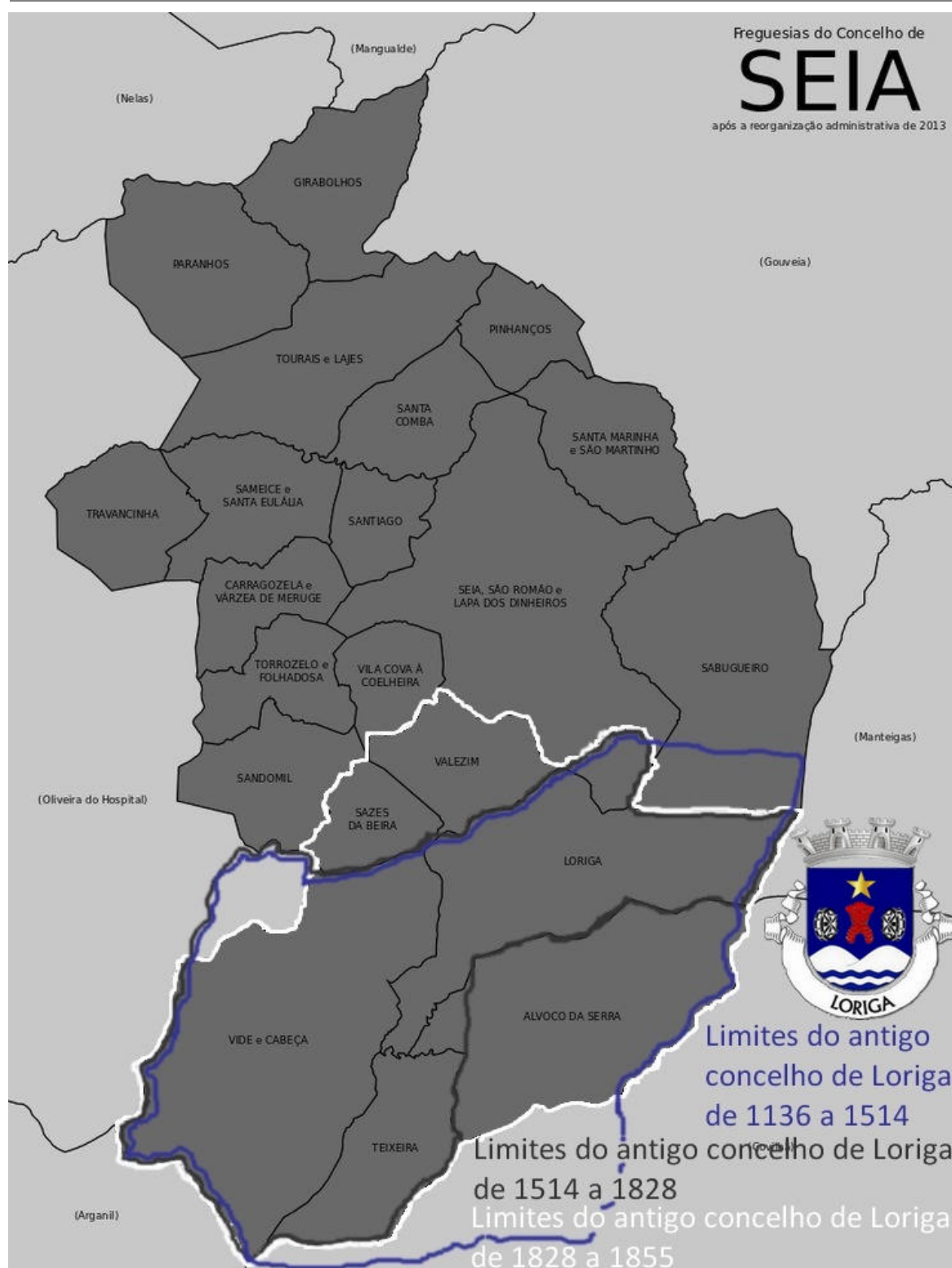
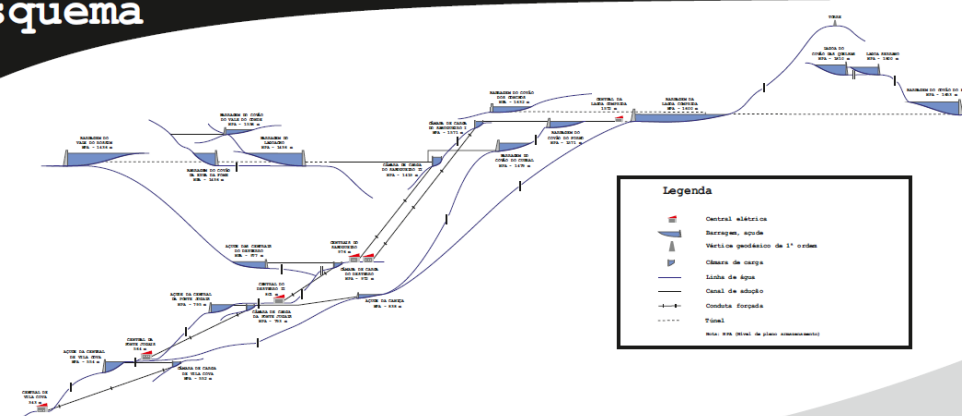






Figura 7 – Ponte da Senhora do Desterro (Fonte Fototeca da CMS)

Esquema



Perfil do Sistema Eletroprodutor da Serra da Estrela

Figura 8 – Rede Hidráulico de Aproveitamento Hidroelétrica (Painel da Exposição “Lagoas da Estrela – Água, Energia e Electricidade” do CISE).



Figura 9 – Vide (Fonte Fototeca da CMS)

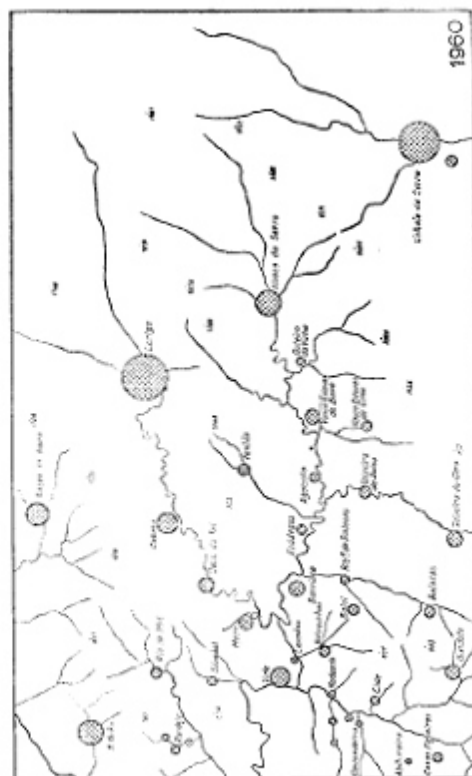
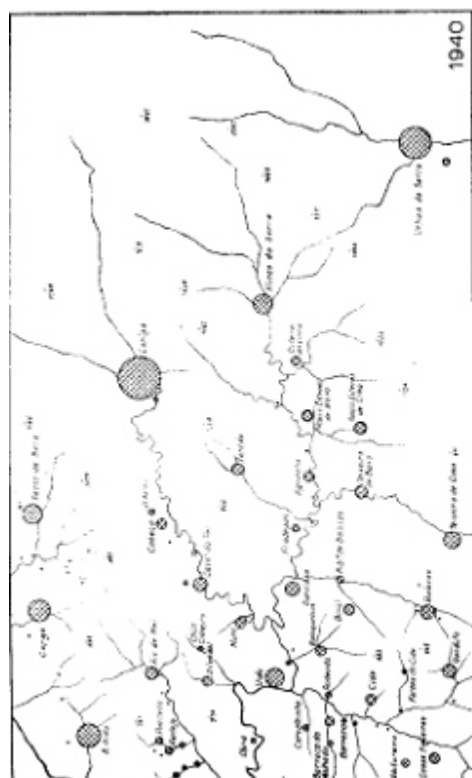


Fig. 8 — Evolução do povoamento.

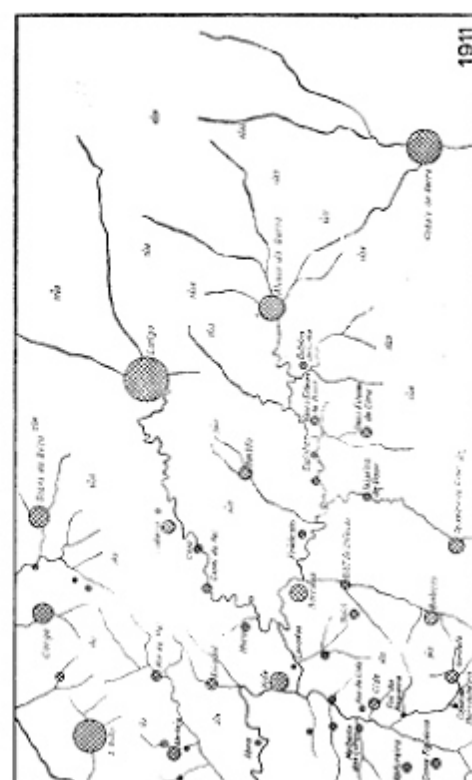
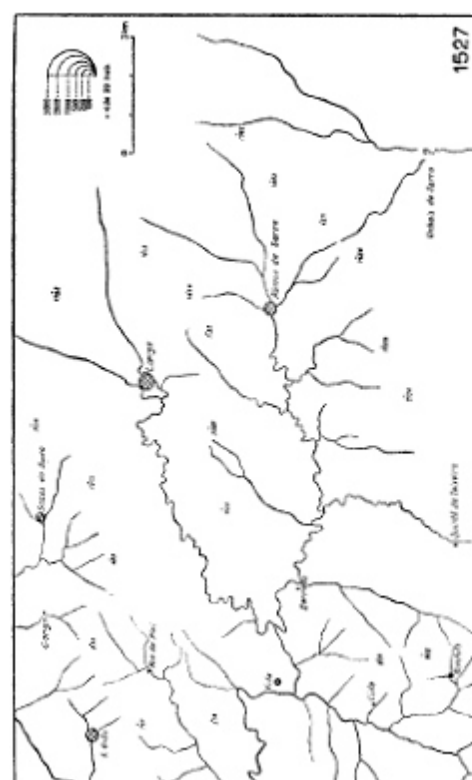


Fig. 7 — Evolução do povoamento.

Figura 10 – Evolução do Povoamento (Cavaco e Marques, 1966: p. 234)

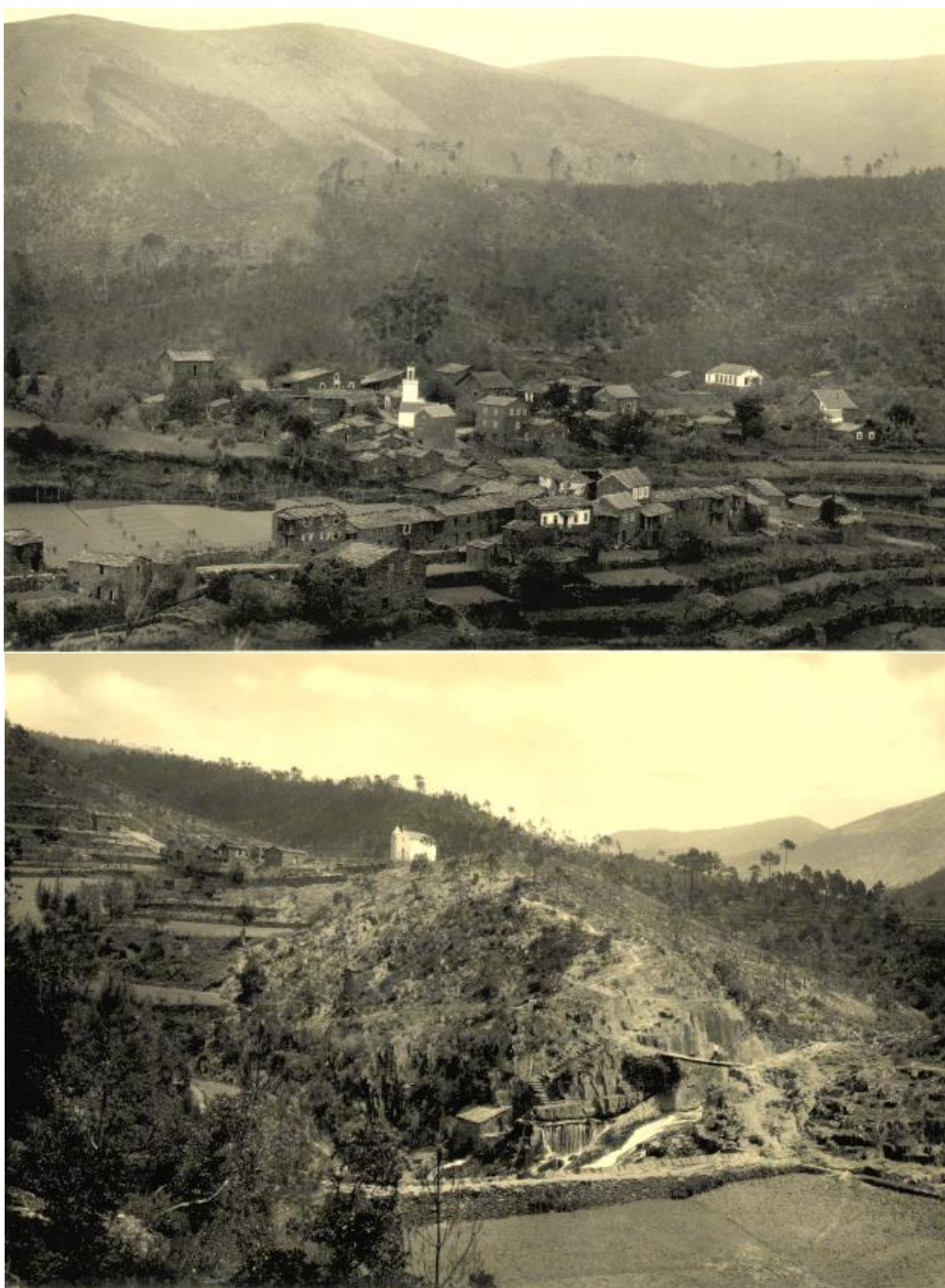


Figura 11 – Barriosa (Fonte Fototeca da CMS)

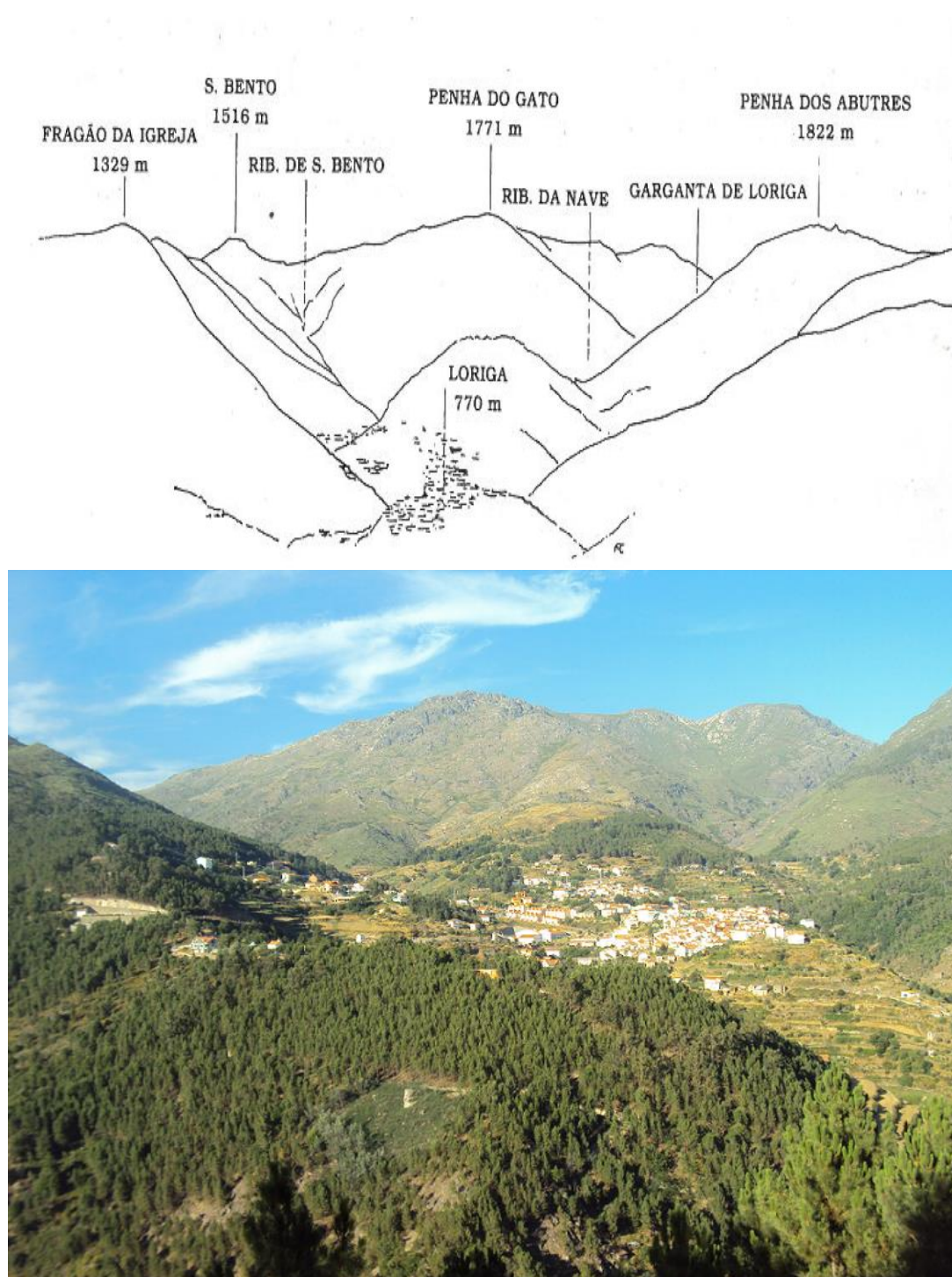


Figura 12 – Loriga (Barbosa e Correia, 1998: p.109)

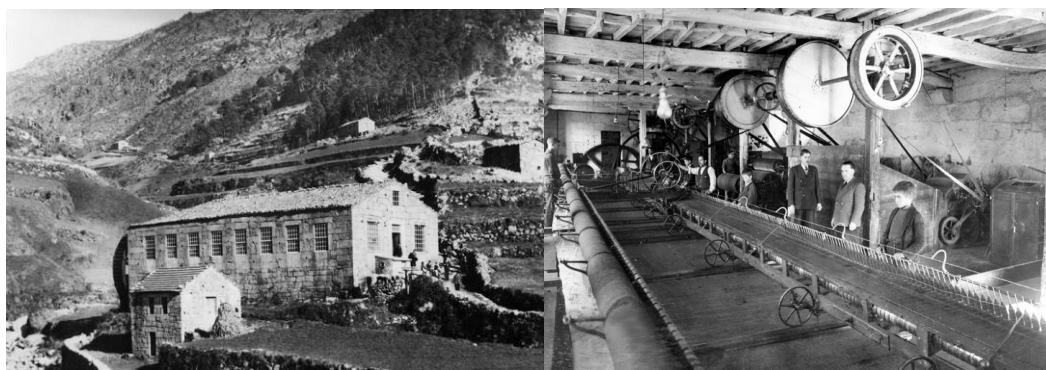


Figura 13 – Fábrica das Tapadas (Fonte Fototeca da CMS)

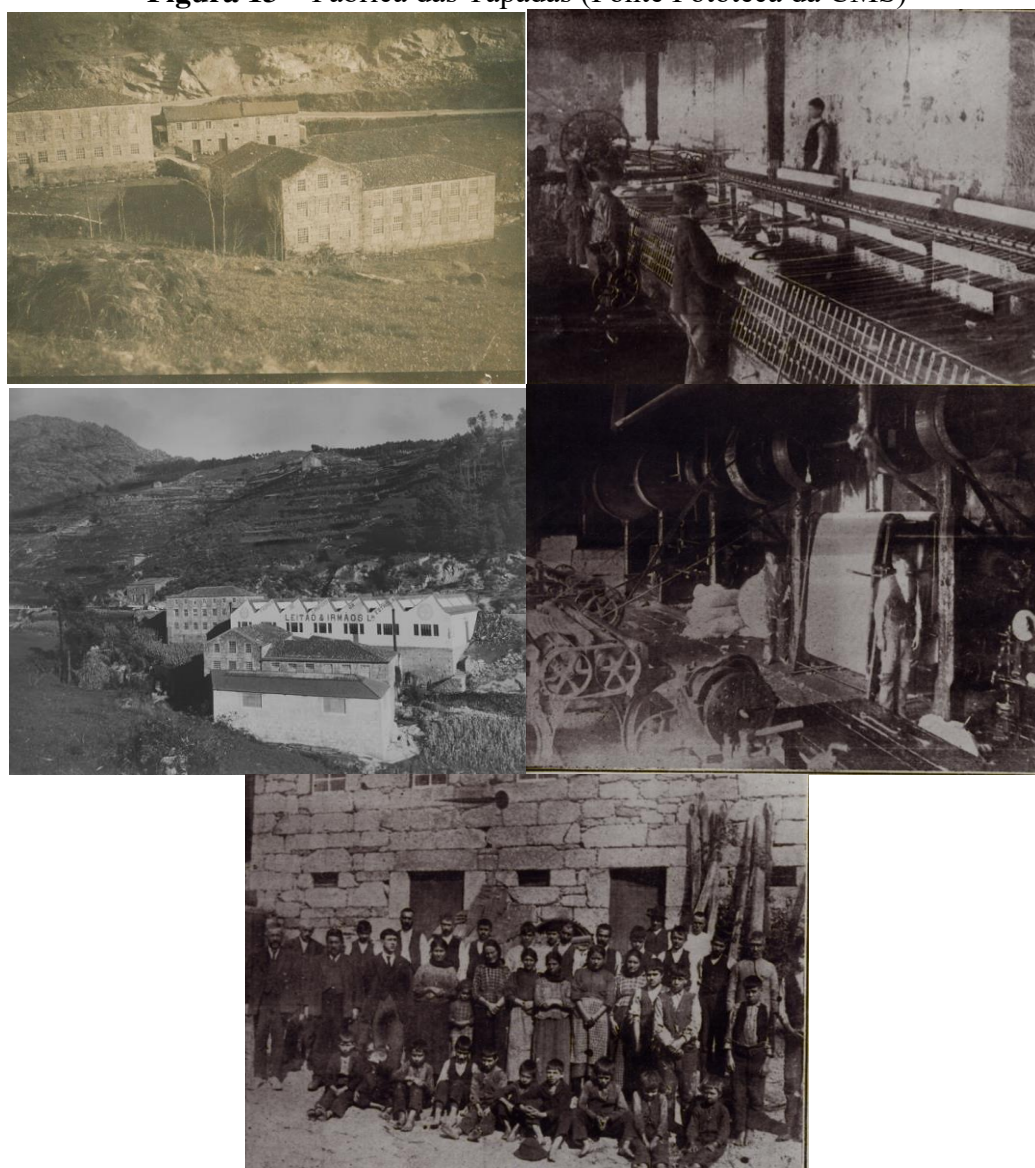


Figura 14 – Fábrica da Fonte dos Amores ou dos Leitão & Irmãos (Fonte Fototeca da CMS)

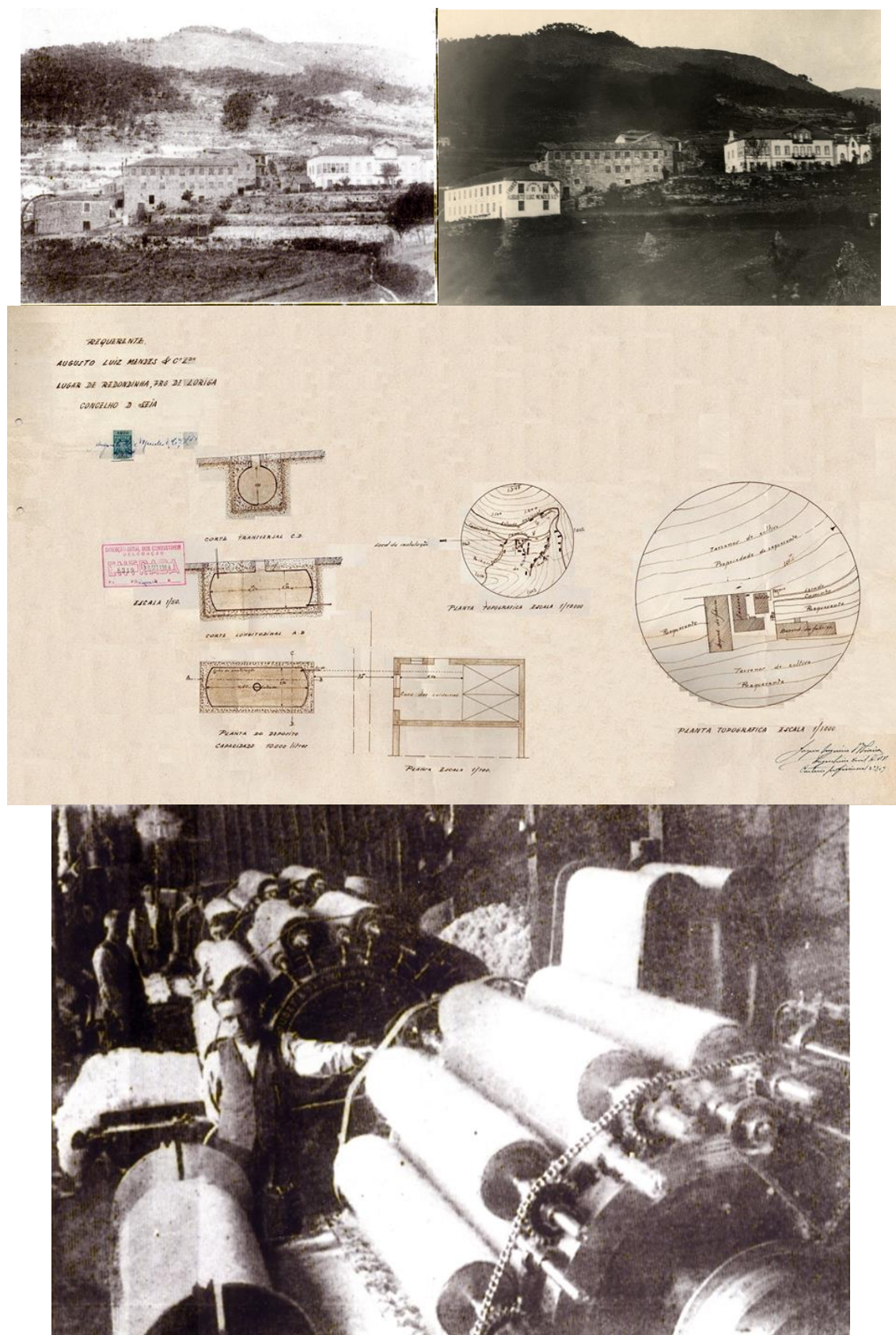


Figura 15 – Fábrica da Redondinha (Fonte Fototeca da CMS)



Figura 16 – Fábrica do Regato (Fonte Fototeca da CMS)



Figura 17 – Capela de Santo António (Fonte Fototeca da CMS)



Figura 18 – Zona denominada por carreira trecho da Avenida Augusto Luís Mendes
(Fonte Fototeca da CMS)



Figura 19 – Pastores de Loriga (Fonte Fototeca da CMS)



Figura 20 – Sindicato (Fonte Fototeca da CMS)

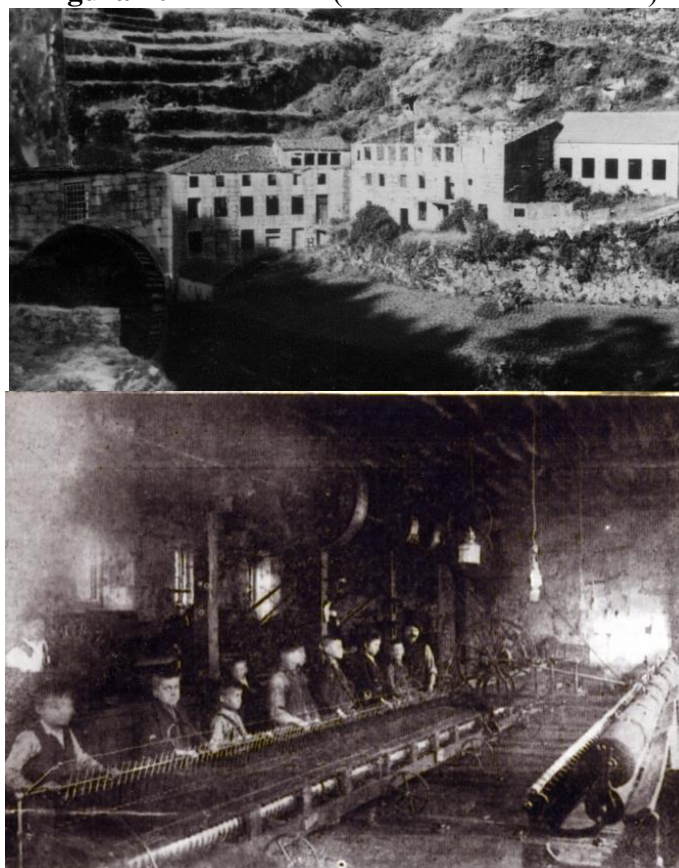


Figura 21 – Fábrica da Fandega (Fonte Fototeca da CMS)



Figura 22 – Fábbrica Nova ou Moura Cabral (Fonte Fototeca da CMS)

Anexo IV – Inventário do Património Histórico